UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO DO CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL - PGDR

BÁRBARA MARIA SANTOS CALDEIRA

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E GESTÃO MUNICIPAL NO ESTADO DA BAHIA: empoderamento das mulheres ou redimensionamento da feminização da pobreza?

SALVADOR
2010

BÁRBARA MARIA SANTOS CALDEIRA

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E GESTÃO MUNICIPAL NO ESTADO DA BAHIA: empoderamento das mulheres ou redimensionamento da feminização da pobreza?

Dissertação apresentada à Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional – PGDR, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Professora Dra. Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti.

SALVADOR
2010

C321

CALDEIRA, Bárbara Maria Santos.
Programa Bolsa Família e Gestão Municipal: empoderamento das mulheres ou redimensionamento da feminização da pobreza? / Bárbara Maria Santos Caldeira, 2010.
195f.

Orientadora: Professora Dra. Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional, 2010.

1. Programa Bolsa Família. 2. Políticas Públicas. 3. Gestão Municipal. 4. Empoderamento das Mulheres – Universidade do Estado da Bahia I. Universidade do Estado da Bahia. Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional. II. Caldeira, Bárbara Maria Santos. III. Título.

CDU: 321
CDD: 320

Elaborado por: Urania Conceição de Araújo

BÁRBARA MARIA SANTOS CALDEIRA

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E GESTÃO MUNICIPAL: empoderamento das mulheres ou redimensionamento da feminização da pobreza?

Dissertação apresentada à Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional – PGDR, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional.

Salvador (BA), 16 de março de 2010.

Aprovada por:

_____
Profª. Drª. Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti (Orientadora)
Universidade do Estado da Bahia

_____
Profª. Dr. Rosali Braga Fernandes (2ª interna)
Universidade do Estado da Bahia

_____
Prof. Drª. Mary Garcia Castro
Universidade Católica do Salvador (1ª externa)

_____
Prof. Drº Edvaldo Machado Boaventura
Universidade Federal da Bahia (2º externo)

A todas as mulheres, sejam elas mães, filhas, irmãs, esposas, companheiras
Lutadoras, senhoras do seu destino, esperançosas
Às que ainda não mataram seus sonhos ou que ainda não os deixaram morrer
Àquelas que reinventam suas famílias a cada dia, a cada obstáculo enfrentado, a cada luta e conquista alcançada
Àquelas que não se calam e àquelas que se utilizam do silêncio como estratégia de sobrevivência
Às paralisadas pelo medo e às domesticadas pela sociedade
Àquelas que romperam com os grilhões da subordinação e resistem às injustiças.
À história que todas as mulheres escrevem com suas próprias vidas.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, meus dois amores, Maria Lúcia Santos Caldeira e Sérgio Alves Caldeira, pela formação humana e dedicação incondicional aos meus estudos, à minha carreira profissional e às minhas escolhas pessoais.

À Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti, eterna orientadora e amiga, pela amizade, confiança e crença dedicadas à minha formação docente e científica ao longo de minha trajetória acadêmica.

À minha ilustre Banca de Qualificação que, nas figuras da Profª Drª Mary Garcia Castro – Universidade Católica do Salvador, Prof. Drº Edvaldo Machado Boaventura – Universidade Federal da Bahia e Profª Rosali Braga Fernandes – Universidade do Estado da Bahia trouxe contribuições decisivas e clarificadoras para a conclusão de idéias.

À Profª Drª Sônia Maria Ribeiro Simon Cavalcanti (*in memorian*) por estar sempre presente em minhas lembranças e por ter me mostrado a beleza de ser historiadora.

Ao Prof. Drº Antonio Carlos Silva pelo reconhecimento do meu trabalho e estímulo ao início de minha carreira docente no Ensino Superior.

Aos colegas e futuros mestres que tornaram suaves os momentos mais difíceis: Cláudia Eleutério, Luciana Barreto, Mariana Machado, Maria Angélica Coutinho, Nair Mamede e Valuza Saraiva.

À amiga Izabel Cristina Firmo Foglia por ter oportunizado o ingresso na área sócio-comunitária e por ter me ensinado a enxergar à sociologia das famílias por outra perspectiva.

Às Prefeituras Municipais e Gestores do Programa Bolsa Família de Arataca, Belmonte, Camacã, Eunapólis, Guaratinga, Ibirapuã, Ilhéus, Itaju do Colônia,

Mascote, Nova Viçosa, Pau Brasil, Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália, Santa Cruz da Vitória, Santa Luzia, Una e Vereda pelo tempo e disponibilidade dedicados ao desenvolvimento da pesquisa de campo.

Ao Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Juventudes, Identidade, Cidadania e Cultura (NPEJI) pelo aprendizado e oportunidade de caminhar pelo mundo da pesquisa e da ciência.

Ao Centro Educacional de Tecnologia em Administração (CETEAD) pelo consentimento para a execução do projeto de investigação em paralelo às minhas funções profissionais nos municípios.

Às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família pela fé depositada no projeto de pesquisa e nas futuras linhas escritas.

A todas as pessoas que não puderam ser citadas em detrimento dos limites deste texto, mas que trouxeram particulares contribuições em algum momento, os meus mais sinceros agradecimentos.

A injustiça passeia pelas ruas com passos seguros.
Os dominadores se estabelecem por dez mil anos.
Só a força os garante.
Tudo ficará como está.
Nenhuma voz se levanta além da voz dos dominadores.
No mercado da exploração se diz em voz alta:
Agora acaba de começar:
E entre os oprimidos muitos dizem:
Não se realizará jamais o que queremos!
O que ainda vive não diga: jamais!
O seguro não é seguro. Como está não ficará.
Quando os dominadores falarem
falarão também os dominados.
Quem se atreve a dizer: jamais?
De quem depende a continuação desse domínio?
De quem depende a sua destruição?
Igualmente de nós.
Os caídos que se levantem!
Os que estão perdidos que lutem!
Quem reconhece a situação como pode calar-se?
Os vencidos de agora serão os vencedores de amanhã.
E o "hoje" nascerá do "jamais".

Bertolt Brecht, “Elogio da Dialética”, 1926.

RESUMO

Trata-se de uma investigação acerca do Programa Bolsa Família (PBF) - considerado pela opinião pública e pelos analistas das últimas eleições presidenciais no país, elemento-chave para a reeleição do presidente Lula - e dos instrumentos de acompanhamento das condicionalidades do programa e ações complementares voltadas às famílias beneficiárias pelas gestões municipais no estado da Bahia. Dentro do temário, selecionado a partir da experiência profissional e acadêmica da mestranda - considerou-se a abordagem de gênero, haja vista a atual política federal que prioriza programas voltados ao combate à pobreza e às desigualdades sociais, em que se destacam as intervenções para a promoção do empoderamento das mulheres, representado pela participação feminina na condição de gestoras públicas do programa e pela posse concedida do cartão de benefícios às mães beneficiárias da política. A escrita está sustentada por idéias e argumentos que recaem sobre as políticas de transferência de renda direta com condicionalidade, o princípio da universalidade, ações afirmativas e nos elementos da Política Nacional para as Mulheres que se opõem à máxima *giddensiana* do "direito com responsabilidade". Frente à linha de pesquisa – Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional questiona-se: as gestões municipais, onde leia-se a dimensão sócio-administrativa do acompanhamento das condicionalidades, estão sendo eficientes para que o PBF contribua para o empoderamento das mulheres ou estão atuando como complicadores que redimensionam a feminização da pobreza? Para responder a tais questões, propôs-se trabalhar com estudo comparativo e método teórico-empírico. A metodologia qualiquantitativa buscou a coleta de dados (pesquisa de campo) e a elaboração dos dados em 17 municípios baianos: 1) aplicação questionários referentes aos instrumentos nas áreas da educação, saúde e assistência social desenvolvidos nos municípios e sua articulação com as condicionalidades da política; 2) grupos focais com representantes municipais e sociedade civil que nos mostraram a subjetividade dos principais problemas e desafios enfrentados por esses grupos, utilizando como critério o índice de avaliação das gestões municipais, o IGD. Investigou-se ainda o conjunto teórico acerca do histórico das políticas públicas na América Latina, em específico no Brasil e documentos dos Ministérios do Desenvolvimento Social, da Educação e da Saúde, ademais da revisão bibliográfica da produção científica nacional e internacional para os eixos temáticos Políticas Públicas, Família, Empoderamento Feminino e Feminização da Pobreza.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família. Políticas Públicas. Empoderamento das Mulheres. Gestão Municipal. Bahia.

RESUMEN

Se trata de una investigación acerca del Programa Bolsa Familia (PBF) - considerado por la opinión pública y por los analistas de las últimas elecciones presidenciales en el país, elemento-llave para la reelección del presidente Lula - y de los instrumentos de acompañamiento de las condicionalidades del programa y acciones complementarias vueltas a las familias beneficiarias por las gestiones municipales en el estado de Bahia. Dentro del temário, seleccionado a partir de la experiencia profesional y académica de la alumna - se consideró el abordaje de género, haya vista la actual política federal que prioriza programas vueltos al combate a la pobreza y a las desigualdades sociales, en que se destacan las intervenciones para la promoción del empoderamiento de las mujeres, representado por la participación femenina en la condición de gestoras públicas del programa y por la posesión concedida de la tarjeta de beneficios a las madres beneficiarias de la política. La escritura está sostenida por ideas y argumentos que recaen sobre las políticas de transferencia de renta directa con condicionalidad, el principio de la universalidad, acciones afirmativas y en los elementos de la Política Nacional para las Mujeres que se oponen a la máxima *giddensiana* del "derecho con responsabilidad". Frente a la línea de investigación – Políticas Públicas y Desarrollo Regional se cuestiona: las gestiones municipales, donde léase la dimensión socio-administrativa del acompañamiento de las condicionalidades, están siendo eficientes para que el PBF contribuya para el empoderamiento de las mujeres o están actuando como complicadores que redimensionam la feminización de la pobreza? Para responder la tales cuestiones, se propuso trabajar con estudio comparativo y método teórico-empírico. La metodología qualiquantitativa recogió la colecta de datos (investigación de campo) y la elaboración de los datos en 17 municipalidades bahianas: 1) aplicación cuestionarios referentes a los instrumentos en las áreas de la educación, salud y asistencia social desarrollados en los municipios y su articulación con las condicionalidades de la política; 2) grupos focales con representantes municipales y sociedad civil que nos mostraron la subjetividad de los principales problemas y desafíos enfrentados por esos grupos, utilizando como criterio el índice de evaluación de las gestiones municipales, el IGD. Se investigó aún el conjunto teórico acerca del histórico de las políticas públicas en América Latina, en específico en Brasil y documentos de los Ministerios del Desarrollo Social, de la Educación y de la Salud, además de la revisión bibliográfica de la producción científica nacional e internacional para los ejes temáticos Políticas Públicas, Familia, Empoderamiento Femenino y Feminización de la Pobreza.

Palabras-llave: Programa Bolsa Familia. Políticas Públicas. Empoderamiento de las Mujeres. Gestión Municipal. Bahia.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Presença Feminina na Gestão do Programa Bolsa Família em 387 municípios baianos para o ano de 2006.	119
Gráfico 2	Presença Feminina na Gestão do Programa Bolsa Família em 387 municípios baianos para o ano de 2007.	119
Gráfico 3	Presença Feminina na Gestão do Programa Bolsa Família em 387 municípios baianos para o ano de 2008.	119

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1	Transferência de Renda com Condicionalidades - Bolsa Família	81
Tabela 2	Secretarias/Órgãos responsáveis pela decisão de alocação dos recursos	82
Tabela 3	Emprego dos Recursos IGD para Atividades Complementares	85
Tabela 4	Áreas Contempladas – Ações Complementares	86
Tabela 5	Acompanhamento do IGD geral para o período de 2006.2 a 2008.2 apresentado pelas gestões baianas	94
Tabela 6	Acompanhamento do IGD Saúde para o período de 2006.2 a 2008.2 apresentado pelas gestões baianas	95
Tabela 7	Acompanhamento do IGD Educação para o período de 2006.2 a 2008.2 apresentado pelas gestões baianas	96
Tabela 8	Acompanhamento do IGD para Validade dos Cadastros para o período de 2006.2 a 2008.2 apresentado pelas gestões baianas	97
Tabela 9	Acompanhamento do IGD Atualização de Cadastros para o período de 2006.2 a 2008.2 apresentado pelas gestões baianas.	98
Tabela 10	Média Aritmética dos Índices (Geral, Condicionalidades, Validade e Atualização dos Cadastros) para o período de 2006.2 a 2008.2 apresentados pelas gestões baianas	98
Tabela 11	Dados referentes à situação da Educação no acompanhamento das famílias beneficiárias pelo Programa Bolsa-Família	99
Tabela 12	Dados referentes à situação da Saúde no acompanhamento das famílias beneficiárias pelo Programa Bolsa-Família	100
Tabela 13	Dados referentes à situação da Assistência Social no acompanhamento das famílias beneficiárias pelo Programa Bolsa-Família	104
Tabela 14	População Juvenil de 15 a 29 anos, segundo a cor ou raça, Bahia 2006	118
Quadro 1	Adesão ao I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres no estado da Bahia	63
Quadro 2	Perspectivas Gerenciais	71
Quadro 3	Desenho Federativo	71
Quadro 4	Articulação Intersetorial	72
Quadro 5	Práticas Gerenciais	72
Quadro 6	Estratégias	73
Quadro 7	Condicionalidades por área e ações correspondentes para as famílias beneficiárias	74
Quadro 8	Responsabilidades dos Municípios e Gestores quanto às condicionalidades	76
Quadro 9	Principais Decretos, Disposições, Alterações e Status atual	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGENDE – Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento
AS – Assistência Social
BAL – Programa Bolsa Alimentação
BES – Programa Bolsa Escola
BIRD/BM – Banco Mundial
BPC – Benefício da Prestação Continuada
CADÚNICO – Cadastramento Único
CEDAW – Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
CEF – Caixa Econômica Federal
CETEAD – Centro Educacional de Tecnologia em Administração
CF – Constituição Federal
C.G. – Coeficiente de Gini
CGU – Controladoria Geral da União
CNBB – Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil
CNDM - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CNPM – Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CPF – Cadastro de Pessoa Física
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CRAS – Conselho de Referência da Assistência Social
DISOC – Diretoria de Estudos Sociais do IPEA
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FLEM – Fundação Luís Eduardo Magalhães
FSP – Folha de São Paulo
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

GF – Grupo Focal

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRE – Instituto Brasileiro de Economia

IC – Índice de Condicionalidades

ICE – Índice Condicionalidade Educação

IBGE – Instituto Brasileiro e Geográfico de Estatísticas

IDH – Índice do Desenvolvimento Humano

IEE – Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

IGD – Índice de Gestão Descentralizada

INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPC - Centro Internacional de Pobreza

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

LOS – Lei Orgânica da Saúde

MCid – Ministério das Cidades

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEC – Ministério da Educação

MESA - Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar

MINC – Ministério da Cultura

MJ – Ministério da Justiça

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MME – Ministério de Minas e Energia

MPE – Ministério Público Estadual

MPF – Ministério Público Federal

MPOG – Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão

MS – Ministério da Saúde

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NEIM - Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher

NOB – Normativa Operacional Básica

NPEJI - Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Juventudes, Identidade, Cidadania e Cultura

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não-governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PBF – Programa Bolsa-Família

PEA – População Economicamente Ativa

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PGRM – Programas de Garantia de Renda Mínima

PIB – Produto Interno Bruto

PLANSEQ – Plano Setorial de Qualificação e Inserção Profissional para os Beneficiários do Programa Bolsa Família

PLOA – Projeto de Lei Orçamentária

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios

PNB – Produto Nacional Bruto

PNPM - Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

PNUD – Programa das Nações Unidas

PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

RG – Registro Geral

SECOM – Secretaria de Comunicação Social

SECOMP – Secretaria Estadual de Combate a Pobreza e às Desigualdades Sociais

SEDH – Secretaria Especial dos Direitos Humanos

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social de Alagoinhas

SENARC – Secretaria Nacional de Renda de Cidadania

SEPLAN – Secretaria do Planejamento

SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SEPROMI - Secretaria de Promoção da Igualdade

SIBEC – Sistema de Benefícios ao Cidadão

SISVAN – Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

TCU – Tribunal de Contas da União

TOPA – Todos pela Educação

TRILHA – Programa Estadual de Inserção de Jovens no Mundo do Trabalho

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIFEM - Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO		**16**
1	**REVISITANDO CONCEITOS: Trajetória Histórico-Social das Políticas Públicas**	**35**
1.1	Política de Transferência de Renda Direta com Condicionalidade: Estratégia de Redução da Pobreza e da Desigualdade	**44**
1.2	Entre o Princípio da Universalidade e as Ações Afirmativas: quais os caminhos percorridos pela Política Nacional para as Mulheres no Brasil?	**56**
2	**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E OS CAMINHOS DA POLÍTICA – da promulgação às várias faces sociais.**	**67**
2.1	Das Condicionalidades, Responsabilidades e Ações nos Municípios.	**74**
2.2	A Criação do IGD como Estratégia da Descentralização e Intersetorialidade.	**79**
3	**OS CAMINHOS DA PESQUISA**	**87**
3.1	Pesquisa Social - Análise e Resultados dos Formulários	**91**
3.2	Práticas Gestoras e o Acompanhamento das Condicionalidades	**93**
4	**"QUANDO FALAM AS MULHERES": empoderamento feminino ou redimensionamento da feminização da pobreza?**	**106**
4.1	Dos Termos Empoderamento e Feminização da Pobreza – algumas considerações.	**106**
4.2	Da Teoria Democrática às Concepções de Cidadania: políticas de ações afirmativas ou manutenção de práticas assistencialistas?	**116**
CONCLUSÃO		**136**
REFERÊNCIAS		**148**
APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE INVESTIGAÇÃO 1 – QUESTIONÁRIO GESTÕES MUNICIPAIS		**160**
APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE INVESTIGAÇÃO 2 - ROTEIRO GRUPO FOCAL MULHERES BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA		**161**
APÊNDICE C – CARTA-CONVITE GRUPO FOCAL MULHERES BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA		**162**
APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO GRUPO FOCAL MULHERES BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA		**163**
ANEXO 1 – INFORMAÇÕES BOLSA FAMÍLIA		**165**
ANEXO 2 - INFORMAÇÕES INSTÂNCIAS DE CONTROLE SOCIAL		**181**
CRÉDITOS DA AUTORA		**195**

INTRODUÇÃO

> Uma crise nos obriga a voltar às questões mesmas e exige respostas novas ou velhas, mas de qualquer modo julgamentos diretos. Uma crise só se torna um desastre quando respondemos a ela com juízos pré-formados, isto é, com preconceitos. Uma atitude dessas não apenas aguça a crise como nos priva da experiência da realidade e da oportunidade por ela proporcionada à reflexão.

Hannah Arendt, 1972.

Em 2006, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), sob a liderança do então ministro Patrus Ananias, desenvolveu em alguns estados brasileiros, uma ação direcionada às comunidades tradicionais remanescentes (quilombolas, indígenas e ribeirinhas) que tinha por objetivos a inclusão de suas famílias no Cadastramento Único (CADÚNICO) e a capacitação das gestões municipais no que diz respeito à função e papel do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) para o acompanhamento do Programa Bolsa Família. O projeto no Estado da Bahia foi desenvolvido em parceria com a ex-Secretaria Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (SECOMP) por intermédio do Centro Educacional de Tecnologia em Administração (CETEAD), em que iniciei meus primeiros contatos com o programa e sua política.

Minha função era supervisionar o cadastramento local nos municípios e promover ações em conjunto com as gestões locais para providenciar a documentação das comunidades que ainda não possuíam certidões de nascimento, registro geral e títulos de eleitor. Em paralelo, desenvolvia o trabalho técnico de capacitar os gestores do programa, profissionais do atendimento CADÚNICO, secretários (as) da saúde, educação e assistência social, assim como seus respectivos técnicos – professores, médicos, enfermeiras, assistentes sociais, conselhos e sociedade civil em geral.

O projeto foi desenvolvido entre os meses de junho de 2006 e janeiro de 2007 e composto por duas etapas: Oficinas de Instância do Controle Social e o Cadastramento das Comunidades Tradicionais Remanescentes. A primeira etapa

consistia em encontros com gestores e representantes da sociedade civil (em geral conselhos e associações de moradores) em que foram realizados palestras e um mapa diagnóstico acerca dos principais problemas e desafios dos municípios para o acompanhamento do Programa Bolsa Família.

Considero o trabalho acima o marco das inquietações acadêmicas e profissionais presentes nesse projeto de pesquisa alocado na linha temática: Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional e principal desencadeador de interesses pessoais em participar desde então de estudos tendo como objeto de análise o programa e sua relação com a área de Família e de Políticas Públicas. Anterior a esse trabalho, minha experiência profissional já trilhava por tal linha de ação, ao assessorar a Organização Não-Governamental (ONG) Centro de Formação Talita nos trabalhos de Formação de Educadores, Ações Comunitárias e Políticas Sociais, sempre através de projetos sociais em parceria com organizações governamentais.

Em 2007, os laços acadêmicos se fortaleceram a partir do projeto de pesquisa "Juventude, Gênero e Programa Bolsa Família" alocado no Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Juventudes, Identidade, Cidadania e Cultura (NPEJI) da Universidade Católica do Salvador – em que resultou em artigo científico intitulado "A Dimensão do Enfoque de Gênero no Programa Bolsa Família: ranços e avanços na promoção do empoderamento das mulheres nos municípios baianos", ganhador da 3ª. Edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero (2007), promovido pelo CNPq - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Presidência da República - Ministérios de Ciência e Tecnologia e Educação e Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM).

Em outubro de 2007 fui contratada pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Alagoinhas para desenvolver projetos e ações direcionadas ao acompanhamento das famílias beneficiárias e das condicionalidades do Programa Bolsa Família, no cargo de Coordenadora de Infra-estrutura – apoio a Projetos, Programas e Conselhos. Na secretaria tive também a oportunidade de desenvolver atividades técnicas voltadas às comunidades quilombolas e às mulheres, além de

participar do Fórum de Gestores Municipais de Promoção da Igualdade (SEPROMI), elemento relevante para minha formação profissional na área de políticas públicas.

Dentro do contexto descrito, propôs-se uma investigação acerca do Programa Bolsa Família (PBF) - considerado pela opinião pública e pelos analistas da última eleição presidencial no país, elemento-chave para a reeleição do presidente Lula - e os instrumentos de acompanhamento das condicionalidades do programa e ações complementares voltadas às famílias beneficiárias pelos municípios e, em especial, às jovens mulheres-mãe beneficiárias.

A partir do temário, considerou-se a abordagem pela perspectiva de gênero, haja vista a atual política federal que prioriza ações voltadas ao combate à pobreza e às desigualdades sociais, em que se destacam as intervenções para a inclusão, promoção social das mulheres e equidade entre as relações (mulheres e homens) no espaço familiar. Como defende a pesquisadora Mary Garcia Castro, seria então admitir que gênero

> mais apontaria para relações sociais, portanto, apelando para sua dialética articulação com outras relações, ou seja, seria um estruturante da totalidade social, que permitira sair das dicotomias entre o específico e o universal, entre a produção e a reprodução, entre o subjetivo e o objetivo (que tanto contaminaram os debates sobre a “questão da mulher”. (CASTRO, 2000, pp.100-101).

Nesse sentido, o presente trabalho investigativo procurou dar continuidade ao projeto de pesquisa que o precedeu e incentivou tais inquietações, além de responder outros questionamentos sociais, acadêmicos e profissionais que acompanharam o desenvolvimento e conclusão do texto dissertativo. Desde o final de 2008 até o segundo semestre do presente ano, atuei na área profissional como Supervisora de Monitoramento e Avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) em 10 (dez) territórios de identidade baianos (perfazendo um quantitativo de quarenta e oito municípios) e o exercício docente da disciplina Teoria Geral do Estado e Ciência Política em Instituição de Ensino Superior veio intensificar ainda mais o caráter investigativo pelo Programa Bolsa Família haja vista a dimensão que o mesmo ganhou para a compreensão das relações de poder, planejamento, execução e a avaliação entre Estado, Família e Sociedade Civil.

Tal observação se justifica pelo fato de que hoje, os principais programas sociais do MDS estão atrelados direta e obrigatoriamente ao Bolsa Família através do CADÚNICO e do cumprimento das condicionalidades.

O Programa Bolsa Família implantado em outubro de 2003 e promulgado em 2004 com a criação da lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004 pela atual gestão do presidente Luis Inácio Lula da Silva que tem por princípio norteador o combate à fome e à pobreza no país é resultado da unificação dos Programas de Garantia de Renda Mínima (PGRM) – Bolsa Alimentação, Bolsa Escola e Programa Auxílio-Gás com a pretensão de uma gestão descentralizada, com destaque para a intersetorialidade entre os entes federados, com a participação comunitária e o controle social. Isto significa que o modelo e os princípios que orientam o desenho desse programa referem-se a "proteção contra riscos; combate à miséria; desenvolvimento de capacidades que possibilitem a superação das desigualdades e o exercício pleno da cidadania; redistribuição de riquezas; etc". (IVO, 2004, p.57).

As três dimensões que pautam o programa estão articuladas de forma que promovam o "alívio imediato da pobreza" através da transferência direta da renda às famílias beneficiárias, reforcem ação dos direitos básicos nas áreas da Saúde e Educação utilizando as condicionalidades (ferramentas criadas para controlar e "garantir" o acesso aos serviços médicos e a presença de crianças e adolescentes nas escolas), "o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações". (MDS, 2004).

Por último, a política prevê o trabalho de coordenação de programas complementares que visam o desenvolvimento do capital cultural das famílias, por meio de ações nas áreas de geração de emprego e renda, alfabetização de jovens e adultos e documentação como registros civis. O tema gênero e, destarte, o empoderamento da mulher são elementos alocados na agenda social do programa, apesar de não serem incorporados legalmente por sua normativa e diretrizes. De fato, a primeira avaliação de âmbito nacional que traça o perfil das famílias beneficiárias do PBF, realizado em março de 2007 e publicado em 21 de agosto de 2007 pelo MDS, traz uma fotografia e não um diagnóstico de como o programa está sendo desenvolvido e acompanhado nos municípios.

Após cinco anos de implantação, o Programa Bolsa Família (objeto desse estudo) desde o ano de 2006 vem sofrendo pequenas alterações no que concerne aos valores dos benefícios recebidos pelas famílias que compõem o programa. Em relação às mudanças institucionais que dispõem sobre a política em si, identificamos no quadro histórico dois marcos importantes: a Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, que precede a Lei nº 10.836 de 2004 e a Medida Provisória nº411 que vem a ser até então a última ação que antecede a criação da Lei atual nº 11.692 que dispõe sobre a inserção Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei no 11.129, de 30 de junho de 2005 e revogam alguns dispositivos da lei anterior.

Durante o período compreendido entre a promulgação da primeira lei que regulamentou a organização estrutural, normativas e instruções, sobretudo no que diz respeito à caracterização das situações de pobreza e extrema pobreza no âmbito do Bolsa Família, foi possível construir um quadro de análises relacionado ao caráter principal do programa, ou seja, a sua proposta de inclusão social e fazer algumas considerações sobre o âmbito sócio-administrativo nos municípios, ainda que diante de tais modificações.

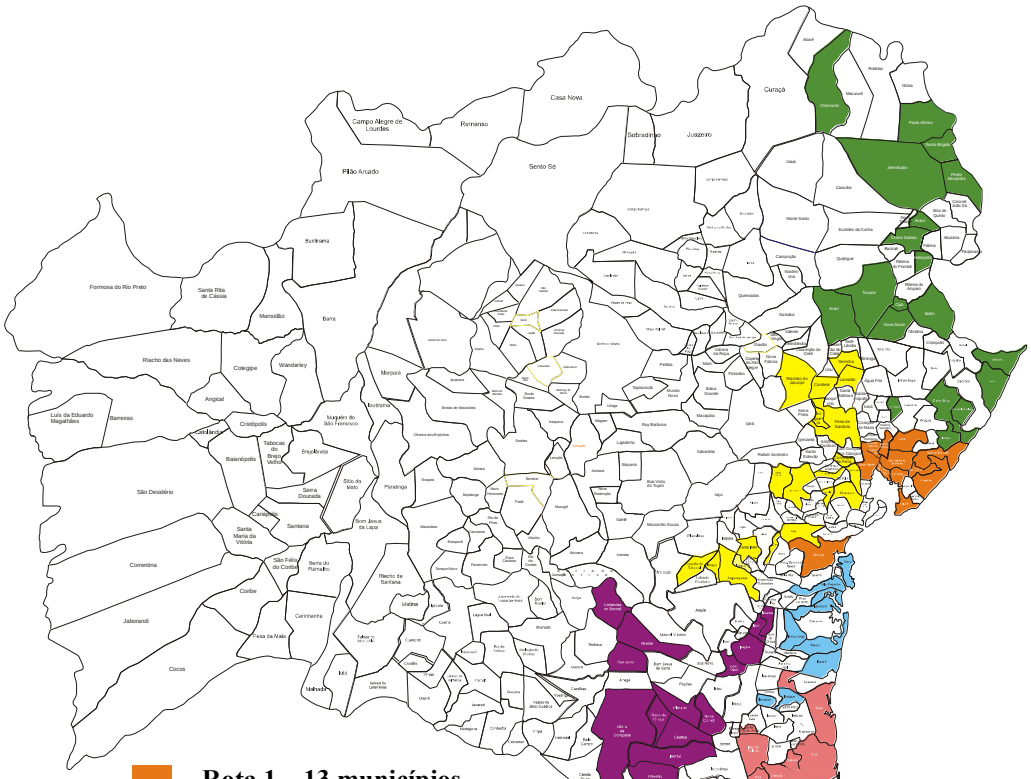
Apesar desse quadro social, uma última inquietação contribuiu para a construção da problemática que perpassa por todo o trabalho: o pequeno número de produção científica no país, ademais da falta de pesquisas de caráter teórico-empírico nas universidades brasileiras sobre o tema. Fica claro dessa forma, a necessidade cada vez mais crescente de pesquisadores que atuam também profissionalmente na formulação, execução e monitoramento de ações vinculadas à área social, de garantir o retorno social através de estudos que contribuam para a melhoria e legitimação de tais ações.

Diante do quadro de justificativas de ordem pessoal, social e cientifica, objetivou-se levantar e analisar os instrumentos de acompanhamento das condicionalidades do programa Bolsa Família e ações complementares voltadas às famílias beneficiárias pelas gestões municipais no Estado da Bahia que o caracterizem como política pública de combate à fome e às desigualdades sociais no país, com destaque para a abordagem de gênero.

Nesse sentido, a delimitação espacial e histórica do projeto procurou se adequar aos instrumentos do quadro metodológico: para atender a demanda da pesquisa documental e revisão bibliográfica, em especial, àquela referente à produção acadêmica que tem por objeto de estudo o Bolsa Família, determinou-se o recorte temporal a partir de 2002 (ano anterior à criação do programa) até o ano de 2008 (último ano de referência em que o MDS fornece os valores para o IGD). Para o recorte geográfico foi selecionada a mesma rota de municípios[1] em que atuei profissionalmente e que já havia aplicado metodologia quanti-qualitativa anteriormente na execução do projeto de pesquisa já citado. Além disso, considerou-se a continuidade e acompanhamento das permanências e rupturas identificadas pelas amostragens entre o segundo semestre de 2006 e o segundo semestre de 2008 – um período então de dois anos para a pesquisa de campo.

[1] Ao todo foram selecionados 17 municípios: Nova Viçosa, Santa Cruz de Cabrália, Santa Cruz da Vitória, Porto Seguro, Itaju do Colônia, Belmonte, Pau Brasil, Ibirapuã, Vereda, Guaratinga, Eunapólis, Mascote, Camacã, Ilhéus, Santa Luzia, Una, Arataca. Ver Figura 1, p.21.

MAPA DAS ROTAS



Rota 1 – 13 municípios
Salvador, Água Fria, Terra Nova, Camaçari, Candeias, Catu, Conceição do Jacuípe, Dias D'ávila, Mata de São João, Santo Amaro, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé e Valença.

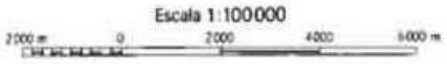
Rota 2 – 20 municípios
Anguera, Barrocas, Cachoeira, Candeal, Castro Alves, Conceição da Feira, Itiruçu, Jaguaquara, Jequiriçá, Laje, Lajedo do Tabocal, Lamarão, Maragojipe, Muritiba, Nova Itarana, Riachão do Jacuípe, Santa Inês, Santa Terezinha, São Felipe e Serrinha.

Rota 3 – 9 municípios
Almadina, Itajuípe, Itacaré, Ibirapitanga, Maraú, Igrapiúna, Ituberá, Nilo Peçanha e Cairu.

Rota 4 – 19 municípios
Chorrochó, Paulo Afonso, Santa Brígida, Jeremoabo, Pedro Alexandre, Antas, Cícero Dantas, Heliopólis, Cipó, Tucano, Nova Soure, Jandaíra, Conde, Cardeal da Silva, Entre Rios, Aramari, Itanagara, Piritiba e Rui Barbosa.

Rota 5 – 17 municípios
Nova Viçosa, Santa Cruz de Cabrália, Santa Cruz da Vitória, Porto Seguro, Itaju do Colônia, Belmonte, Pau Brasil, Ibirapuã, Vereda, Guaratinga, Eunapólis, Mascote, Camacã, Ilhéus, Santa Luzia, Una, Arataca.

Rota 6 – 18 municípios
Contendas do Sincorá, Barra do Rocha, Boa Nova, Iguaí, Ipiaú, Itagibá, Vitória da Conquista, Dário Meira, Ibirataia, Itambé, Mirante, Nova Caanã, Maiquinique, Planalto, Caetanos, Caatiba, Ubatã e Ribeirão do Largo.



Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2009.

Frente à linha de pesquisa – Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional questionou-se: O programa é eficiente no que diz respeito à promoção de ações e intervenções complementares direcionadas às mulheres beneficiárias da política? O aspecto focalizado do programa e os princípios de sua formulação atendem à garantia de direitos com responsabilidade ou com condicionalidade?

A hipótese inicial deste trabalho é a de que o Programa Bolsa Família, com enfoque no princípio da gestão descentralizada, no que diz respeito à emancipação social das famílias beneficiárias, caminha na contramão da "máxima giddesiana" do "direito com responsabilidade"[2], fator que contribui para aprofundar a segmentação socioeconômica urbana e para o aumento dos ciclos intergeracionais da pobreza. (GIDDENS, 1998).

Tal hipótese foi construída no âmbito do cumprimento das condicionalidades previstas pela política (oferta de serviços básicos nas áreas de saúde, educação e assistência social), considerando o paradoxo democrático referente à universalização da garantia de direitos e o contexto de um *"quasi direito"* relativo aos limites de atuação dos programas de transferência de renda com condicionalidade.

Para responder a tais questionamentos e à hipótese correspondente, o optou-se pela metodologia teórico-empírica, constituída por etapas, organizadas pela seguinte estrutura: a) Revisão Bibliográfica, Documental e Eletrônica com Marco Referencial Teórico fundamentado em três eixos: 1) Políticas Públicas e Gestão Municipal – bloco temático em que se buscou a revisão de literatura histórica, sociológica e política para o debate sobre programas de transferência direta de renda com condicionalidade, a Política Nacional para as Mulheres e sua trajetória pelos caminhos dos princípios da universalidade e das ações afirmativas; 2) Programa Bolsa Família e o Projeto de Descentralização e Intersetorialidade para a área de proteção social não-contributiva no país que teve por finalidade a apresentação do programa através de sua trajetória e mudanças, sobretudo, para a agenda social e sobre as estratégias propostas para as gestões municipais para o

[2] Anthony Giddens em "The third way" (1998) estrutura a máxima de que os programas de renda mínina não atendem o princípio de que a responsabilidade é naturalmente constituída pela cooperação e senso de negociação, e não uma obrigação inerente ou uma doutrina a priori, a exemplo, das condicionalidades criadas pelo Bolsa Família.

acompanhamento das condicionalidades. 3) Finalmente, para o último eixo foi elaborado arcabouço teórico para o debate de gênero, localizado entre questões relativas ao empoderamento feminino e o processo de feminização da pobreza em que as categorias de cidadania e práticas assistencialistas são melhores debatidas.

Para a etapa quantitativa buscou-se trabalhar com banco de dados – resultado da tabulação das informações coletadas por questionários e análise de documentos institucionais disponibilizados pelo MDS e demais ministérios da educação e saúde (histórico do Índice de Gestão Descentralizada - IGD para as dimensões avaliadas – educação, saúde e assistência social).

Foi construído, por sua vez, um questionário semi-estruturado em que foram coletadas informações acerca do acompanhamento das condicionalidades, das famílias e das jovens mulheres-mãe para as áreas estudadas pelas gestões municipais. As tabelas e gráficos resultantes de tal etapa auxiliaram a elaboração do roteiro da segunda etapa, a qualitativa. Os mesmos deram condições numéricas para a interpretação acerca das gestões municipais, uma vez que a amostragem aleatória permitiu a observação de crescimentos, decréscimos e não-variação relevante do número de municípios que apresentavam IGD[3] geral menor que 0,6 para o ano de 2006, que mantiveram o índice ou que obtiveram avanços para áreas específicas.

Para a pesquisa social escolhemos também a metodologia qualitativa por acreditarmos que as vozes e os silêncios das jovens mulheres-mãe do programa sejam uma participação que pode nos mostrar caminhos e interpretações acerca do programa que dados e indicativos quantitativos muitas vezes mascaram a realidade. Finalmente, decidiu-se pela realização de grupos focais como última técnica de investigação. Há muitas definições na literatura especializada acerca do conceito de

[3] Esse critério adotado pelo MDS foi estabelecido seguindo a normativa do IGD, ou seja, os municípios que apresentem o índice inferior a 0,6 – valor considerado para um conceito de aprovação a gestão municipal do programa, indica que a política não está atendendo as condicionalidades do programa, o que significa o comprometimento do município com a execução do projeto. O IGD é utilizado, dessa forma, para avaliar o município e para servir como indicador numérico para o cálculo de recurso que será repassado à gestão do programa para acompanhar e melhorar o PBF nos municípios, a citar o auxilio aos programas complementares.

grupo focal, todavia, as principais estão associadas à idéia de grupos de debates organizados em torno de uma temática.

De fato, essa técnica que vem ganhado cada vez mais espaço nas áreas das Ciências Sociais pode ser considerada como uma prática muito rica no que concerne o esforço analítico aplicado para a (re)interpretação e trabalho em consonância com as demandas dos sujeitos já que os coloca em posição de privilégio no campo metodológico. Essa escolha é justificada pelo fato de acreditarmos que as diferentes falas e um debate composto por posicionamentos adversos, nos levariam a entender melhor a dinâmica do programa em cada município, bem como o funcionamento de elementos como a descentralização e a intersetorialidade, eixos que, conforme demonstra estudos (ARRETCHE, 2000; SOUZA, 2006; CARVALHO, 1997) sinalizam que esses dois fatores têm estimulado o aumento das instâncias governamentais, promovendo a extensão dos espaços de participação e o surgimento de práticas inovadoras no desenvolvimento de programas sociais.

Para estudos anteriores como o de A.R. Rodrigues (1988), grupo focal pode ser entendido como “uma forma rápida, fácil e prática de pôr-se em contato com a população que se deseja investigar”, ao passo que E.S. Gomes e E.F. Barbosa (1999) complementam que “o grupo focal é um grupo de discussão informal e de tamanho reduzido, com o propósito de obter informações de caráter qualitativo em profundidade”. Já R.A. Krueger (1996) acredita ser o grupo focal um método em que “pessoas reunidas em uma série de grupos possuem determinadas características e que produzem dados qualitativos sobre uma discussão focalizada”.

Dentro dessa perspectiva, a “fala” que é o aspecto primordial dessa técnica, “não é meramente descritiva ou expositiva; ela é uma fala em debate, pois todos os pontos de vista expressos devem ser discutidos pelos participantes”. (NETO; MOREIRA; SUCENA, 2000, p.06).

O Roteiro de Debate final seguiu as seguintes etapas preparatórias:

1. Definição dos participantes dos Grupos Focais;
2. Preparação do roteiro de entrevista: perguntas-estímulo;
3. Seleção do moderador do Grupo Focal;

4. A reunião;
5. Interpretação das informações obtidas.

Depois da definição dos objetivos, partiu-se para o segundo passo: os critérios de seleção das pessoas que iriam participar dos grupos: a partir do perfil básico do público envolvido e haja vista a questão temporal optou-se por trabalhar com as jovens mulheres-mãe beneficiárias com faixa etária entre 15 e 29 anos. Como parâmetro foi decidido que um número adequado seria entre 05 e 10 participantes por grupo focal. Definidos o público-alvo teve-se a preocupação em organizar o cronograma de encontros de acordo a disponibilidades dos convidados (turno oposto às atividades domésticas ou ao horário de serviço), seguindo então a formalidade de convite oficial às entrevistadas, reiterando-os dos objetivos do estudo, da metodologia de trabalho e do roteiro com informações sobre horário, local, etc e termo de autorização. (MEIER; KUDLOWIEZ, 2003).

A preparação das perguntas-estímulo foi outra preocupação do trabalho. Como recomenda M. Debus (1997), as questões devem ser não somente concretas, senão também estimulantes. Nesse sentindo, as mesmas precisam ser amplas e dentro das possibilidades, permitirem que a discussão seja conduzida do aspecto mais geral ao mais específico, ou seja, ao cerne da discussão principal. Procurou-se dessa forma, posicionar as perguntas em uma seqüência que fosse cômoda para os participantes, com uma dinâmica de caminhasse, como já citado, do mais difícil ao mais fácil, dos aspectos positivos aos negativos.

Ao todo a pesquisa de campo conseguiu realizar 17 (dezessete) grupos focais, número proporcional à quantidade de municípios e distribuídos igualmente. Apesar da determinação de um parâmetro inicial para o quantitativo de participantes, a metodologia teve que se adequar à maciça resposta das convidadas: participaram 187 (cento e oitenta e sete) jovens mulheres-mãe com equilibrada distribuição entre os grupos.

O roteiro de debate procurou levantar questões pertinentes à promoção do empoderamento feminino, da cidadania e do acompanhamento das condicionalidades e dos programas complementares. O cruzamento de dados das duas etapas, fundamentado pela revisão bibliográfica proporcionou a confirmação de

argumentos iniciais, ao surgimento de novas abordagens e à reflexão de algumas perspectivas.

Seguindo o planejamento do projeto inicial, o sumário está estruturado de acordo com os capítulos que por ora se apresentam: o primeiro capítulo revisita a produção científica nacional e internacional em que buscou entender a trajetória histórica das políticas públicas como conceito da área do conhecimento e disciplina acadêmica com origem nos Estados Unidos que vieram romper uma tradição européia de estudos e pesquisas concentradas em análises sobre a figura do Estado e de suas instituições. Ao relembrar os estudos de teoria política de Norberto Bobbio (2007) sobre Estado, governo e sociedade destacamos a relevância de se considerar dicotomias sempre presentes nas relações sociais: público-privado, sociedades de iguais e sociedades de desiguais, assim como a clássica distinção entre Estado e sociedade.

De certo, o processo de definir o que é uma política pública para uma sociedade implica reconhecer que a mesma serve como um espelho dos conflitos e dos interesses dos diversos grupos envolvidos, bem como os jogos de poder delineados pelos Estados e pela própria sociedade em geral. Além disso, devemos respeitar a posição que os elementos culturais assumem na construção do histórico das representações (mentalidades), posturas de aceite ou de rejeição aos programas, necessidades específicas aqueles períodos históricos ao que conclui Eloisa de Mattos Höfling:

> Indiscutivelmente, as formas de organização, o poder de pressão e articulação de diferentes grupos sociais no processo de estabelecimento, à medida que a “reivindicação de demandas são fatores fundamentais na conquista de novos e mais amplos diretos sociais, incorporados ao exercício da cidadania. (HOFLING, 2001, p.39).

O segundo capítulo se preocupou em apresentar o Bolsa Família através de sua trajetória em que pese o princípio da política de inclusão social e os limites do programa encontrados pela literatura de políticas sociais. Nesse capítulo o leitor irá encontrar o debate sobre o conceito e aplicação das esferas federal, estadual e municipal para elementos como intersetorialidade, descentralização e as ações

desenvolvidas pelo governo, assim como resultados de pesquisa desenvolvida acerca do impacto do IGD para as práticas gerenciais.

Nesse momento são acolhidos alguns conselhos tomados de empréstimo do trabalho de Aldaíza Sposati (2008) para avaliar, contrapondo com os resultados ilustrados pelo terceiro capítulo, as funções da assistência social como política de proteção social não-contributiva e os princípios que a sustentam, tais como: universalidade, matricialidade sociofamiliar, territorialização-descentralização compartilhada e regionalização, regulação e habilitação do ente gestor.

Algumas considerações críticas no meio acadêmico já questionam os caminhos da política entre um projeto social ou de marketing político (MOURA, 2007), assim como o enfoque nas condicionalidades do programa e no controle social questionando se o mesmo é uma "nova institucionalidade no campo da política social brasileira" (SENNA et al, 2007). Entretanto, as produções ainda são restritas às pesquisas teóricas, identificando-se então uma lacuna na produção empírica.

O que queremos destacar é que observa-se, sobretudo, que há um excesso de responsabilidades delegadas às famílias quando o Estado e o mercado não conseguem controlar socialmente os impactos provocados por mudanças relativas ao trabalho, à educação, a saúde e a própria assistência social traduzindo uma realidade perversa como caracteriza Goldani (2005) vivida pelo processo de "passagem da mobilização de recursos da pobreza para a pobreza de recursos", problema identificado em pesquisas como a da socióloga que Izabel Cristina Firmo Foglia (FOGLIA, 2007).

Do mesmo modo, chama-nos atenção algumas questões propostas por Nathalie Itaboraí:

> Será que temos construído políticas públicas coerentes com a presente realidade de ausência de um modelo único de família e com a presente valorização da individualidade e dos direitos assegurados? Sem perder de vista a importância dos laços afetivos e o papel de construção identitária das famílias, podemos nos perguntar: política de renda mínima vinculadas à presença de filhos é uma decisão legítima? Nossas políticas públicas contemplam a diversidade de arranjos familiares, considerando os diferentes ciclos de vida da família e suas necessidades específicas? Tem sido dada atenção às relações de poder de gênero e geracionais que se desenvolvem nas famílias, de forma que as políticas públicas possam

> incentivar arranjos mais igualitários e o empoderamento ou a maior autonomia de pessoas vulneráveis? Considerando a questão da mulher, e o papel muitas vezes a ela conferido de gerenciadora desses programas sociais, trata-se de um reforço aos estereótipos familiares da mulher como gerente do lar ou uma tentativa de empoderamento feminino? (ITABORAÍ, 2005, p.15).

Ao nos debruçarmos sobre os estudos historiográficos e sociológicos sobre a família nas últimas três décadas, nos deparamos com um conglomerado de informações e novas idéias acerca de sua definição, funções, organização estrutural, ademais das relações entre os gêneros e as gerações. Como considera a socióloga e pesquisadora da Fundação Carlos Chagas Cristina Bruschini, a

> Antropologia lembra-nos também que o conceito de família refere-se, de um lado a um grupo social concreto e empiricamente delimitável, de outra parte a um modelo cultural e a sua representação. A análise da família deve por isso mover-se tanto no plano das construções ideológicas quanto no de seu papel na organização da vida social. (BRUSCHINI, 1989, p.4).

O quantitativo de novos elementos ou a integração de paradigmas até então exclusivos da vida pública nos obrigam a repensar a flexão do conceito, não somente por uma questão estrutural, mas acima de tudo, por constatarmos que os modelos de agrupamento dos indivíduos acompanharam o processo de longa duração, seja no que diz respeito às permanências, seja no que tange às rupturas. Neste sentido, não nos pudermos furtar de tratar a temática a partir de um olhar singular, objetivo, mas ao contrário, devemos nos atentar para as configurações sociais e culturais que enveredam pelo cotidiano de tais grupos.

Destarte, estudar famílias na sociedade contemporânea significa adentrar os emaranhados do imaginário social que povoa as relações entre os papéis exercidos por cada sujeito, desde as questões da parentalidade, discursos sexistas, relações de poder e construções sociais que perpassam por dimensões políticas e econômicas.

Kaloustian e Ferrari (1994) defendem a idéia de que a família representa na vida prática e idealizada como o espaço, o território que se torna indispensável para a segurança e proteção integral de seus membros, independente de seu modelo. É

ela que se encarrega da formação educacional nos contextos formais e informais, haja vista que é o primeiro espaço de sociabilização para as crianças. Na vida privada proporcionada pelas famílias é que são construídos valores e juízos que perpassam as gerações, inclusive quando resultados dos conflitos entre os sujeitos de diferentes temporalidades.

Para além das observações feitas acima, Cynthia Andersen Sarti conclui que

> família não é apenas o elo afetivo mais forte dos pobres, o núcleo da sua sobrevivência material e espiritual, o instrumento através do qual viabilizam seu modo de vida, mas é o próprio substrato de sua identidade social. Sua importância não é funcional, seu valor não é meramente instrumental, mas se refere à sua identidade de ser social e constitui o parâmetro simbólico que estrutura sua explicação do mundo. (SARTI, 2005, p.34).

Nesse sentido, identificamos conceitos e particularidades que nos permitem mapear o cotidiano e as práticas culturais do mundo das jovens mulheres-mãe beneficiárias do PBF. Ao estudar a “moral dos pobres”, a antropóloga Sarti (2005) trabalhou com modalidades sociológicas que servem como referencial teórico para considerações iniciais desse estudo: o “trabalhador como homem forte e pobre”, o “trabalhador como provedor” e o “trabalho feminino”.

Em ambos os objetos de análise, a distinção do trabalho por gênero é identificada na organização social das famílias. “O trabalho é o instrumento que viabiliza a vida familiar. Trabalhar para si aparece, tanto para o homem como para a mulher, como uma atividade sem razão de ser”. (SARTI, 2005, p.95).

A dependência econômica surge nessas circunstâncias como forte complicador das relações familiares: a figura masculina assume a “disposição de homem forte para trabalhar, o sentido do trabalho para o homem está na possibilidade de, através dele, cumprir o papel familiar do provedor”. Sarti nos esclarece que em relação ao trabalho feminino, a atividade doméstica contribui para a valorização da figura feminina e fortalece sua identidade, “como contrapartida da atividade masculina de provedor”. (SARTI, 2005, p.96).

Contudo, encontramos elementos que contradizem as propostas de igualdade entre os grupos sociais que integram os atuais arranjos familiares: conflitos entre

gerações, gêneros e culturas regionais que na maioria dos casos precisam entrar em processo de negociação entre as famílias e que superam, na maioria das vezes, o possível efeito de empoderamento feminino nas relações sociais através da posse do cartão Bolsa Família pelas mulheres.

Segundo Mônica Araújo Gomes e Maria Lúcia Duarte Pereira (2005, p.359), para “a família pobre, marcada pela fome e pela miséria, a casa representa um espaço de privação, de instabilidade e de esgarçamento dos laços afetivos e de solidariedade”.

Não por menos,

> quando a casa deixa de ser um espaço de proteção para ser um espaço de conflito, a superação desta situação se dá de forma muito fragmentada, uma vez que esta família não dispõe de redes de apoio para o enfrentamento das adversidades, resultando, assim, na sua desestruturação. A realidade das famílias pobres não traz no seu seio familiar a harmonia para que ela possa ser a propulsora do desenvolvimento saudável de seus membros, uma vez que seus direitos estão sendo negados. (GOMES, 2003, s.p.).

O atual presidente Lula, assim mais conhecido entre a população brasileira, apóia seu discurso político na definição de família estabelecida pelo PBF a partir do modelo nuclear de família que pode adaptar seu conceito aos núcleos estendidos, utilizando os demais modelos para caracterizar quadros familiares que eventualmente fujam “a normalidade” brasileira, o que contraria, em parte, os estudos e teorias desenvolvidos desde a década de 80 em âmbito nacional, por exemplo, os modelos monoparentais e as famílias chefiadas por mulheres.

Considerando também a mentalidade dos sujeitos que estão em contato direto ou indireto com a implementação da política, percebemos que para os gestores municipais os riscos de suspensão do programa, se expressa para eles, pelo aumento da insegurança, resultante da redução dos recursos e dos serviços que devem ser oferecidos à população. Para as famílias beneficiárias, ele se traduz na possibilidade de ultrapassarem a condição de sobreviventes para uma situação de vida de cidadão. Em ambos os casos, paira a dimensão da dependência financeira (institucional) e assistencialista (do tipo de atenção). Essas limitações encaminham o dilema das políticas sociais seguirem o rumo das políticas de renda

mínima universal na ação de garantir não apenas a segurança material, mas, sobretudo, a cidadania não os transformando no que Alba Zaluar (1997) denomina de “parasitas sociais”.

Há que se considerar iminente a clarificação de idéias e propostas que andam lado-a-lado com a perspectiva de considerarmos apenas a família como estratégia desses programas; nesse sentido, se assim o for, estamos trilhando por um caminho perigoso, onde essa instituição social pode terminar caracterizada e limitada a um caráter de comando-mecânico, de ordem de sistemas pensados habilmente de forma a conseguir bons resultados, como se estivéssemos diante de uma empresa, de um jogo, de uma troca comercial, o que pode contribuir ainda mais para o contexto de exclusão social dessas pessoas. (ACOSTA; VITALE, 2005).

Pierre Rosanvallon (1998) e também Zaluar (1997) defendem a criação de uma contrapartida representada por algum modelo de trabalho que seja útil à sociedade ou mesmo uma atividade voltada para o engajamento dessas pessoas que visem sua recuperação social favorecendo de forma a construir bases institucionais para que ultrapassem um círculo vicioso dependente. Os programas complementares previstos pela normativa deveriam seguir a trilha da promoção de geração de trabalho e renda, por exemplo. No entanto, é perceptível que, na forma como desenhado, e tendo em vista as tendências excludentes do mercado de trabalho brasileiro (setor informal), além dessa desarticulação aprofundar-se a política reconverte os princípios universalistas da Carta Constitucional para objetivos focalizados, fora de uma dinâmica social que considere a pobreza na sua relação direta com a estruturação do mercado de trabalho. (IVO, 2006).

> Esta reconversão da questão social para o âmbito exclusivo da assistência subordinada à tese da eficiência dos gastos sociais tende a despolitizar e tecnificar a questão social, transformando direitos sociais (universais) em programas e medidas técnicas ou estratégicas de distinguir, contar e atribuir benefícios a um conjunto de indivíduos selecionados pelos inúmeros programas sociais focalizados, sem se constituir em direitos. (IVO, 2004, p.60).

Envereda-se, portanto, não para a discussão exclusiva de programas, mas para a compreensão de uma ordem social, como analisa Ivo (2004). A idéia de

reconversão social trabalhada por Anete Ivo (2004) analisa o caráter dessa agenda internacional com base na pobreza, demonstrando um movimento de hegemonia e contra-hegemonia nos quais os “sentidos” da política passam a ser deslocados, o que geraria uma “suposta convergência entre os contrários”. Para a autora, a “retórica da pobreza” representaria o “mecanismo de *consentimento ampliado* que atende à agenda neoliberal, traduzindo-se em ações técnicas focalizadas, de caráter gerencialista, comunitária e mitigadora da pobreza”. (IVO, 2006, p.62).

O terceiro capítulo se encarrega de descrever e analisar a metodologia e os caminhos trilhados pela experiência teórico-empírica a partir dos questionários e grupos focais realizados nos municípios baianos. Nesse capítulo são apresentados tabelas e roteiros de debate em que foi trazido à esfera científica, o confronto entre argumentos da literatura e dos dados obtidos. Assim mesmo, buscou-se o mapeamento preliminar das principais idéias e resultados que serviram de embasamento teórico para a escrita do quarto capítulo.

Os índices trazidos pelo terceiro capítulo proporcionaram ao quarto a elaboração da seguinte assertiva: Quando Falam as Mulheres: empoderamento feminino ou redimensionamento da feminização da pobreza? Nesse contexto, o “empoderamento das mulheres”, neologismo construído para definir a ação de “tomar o poder” por aqueles que carecem dele, significa para o universo feminino não um ato de subordinação das pessoas, mas a garantia dos meios necessários ao combate aos estereótipos de que são objeto e à conquista de um *status quo* social que lhes permita defender e representar idéias e comportamentos na sociedade.

O uso do termo “empoderamento” pelo feminismo tem suas raízes atreladas à importância adquirida pela idéia de poder, seja para os movimentos sociais, seja para os estudos teóricos das ciências sociais nas últimas décadas Contribuíram de forma essencial, (1994), os trabalhos de Ana Lau Javien (1994) e sua experiência com trabalhos de história oral e grupos focais com mulheres, Magdalena León (1994) e seu debate sobre o empoderamento na teoria e prática do feminismo e os questionamentos trazidos por Menchu Ajamil García (2003) acerca das relações entre gênero e cidadania na sociedade contemporânea.

Tendo como referencial o pressuposto acima foram analisadas as vozes e silêncios das participantes durante os grupos focais em que se pese a observação de que na conquista dos meios necessários que possibilitem às mulheres defender idéias, propor debates e que garantam espaços de equidade social, o Programa Bolsa Família caminha lentamente na melhoria e crescimento dessa realidade. É essencial o aperfeiçoamento de políticas afirmativas que trabalhem no combate à redução das desigualdades de gênero, reconhecendo que tais ações assumem na sociedade brasileira atual a mesma importância da rede de proteção social que balizam as condicionalidades do programa. Levou-se em conta, ao mesmo tempo, o debate sobre o fenômeno da feminização da pobreza, não representado pela idéia de que as mulheres vêm se tornando, ao longo do tempo, mais pobres do que os homens, mas pelo pressuposto de que o que é passível de observação e análise é o aumento visível dos elementos que estruturam a pobreza das mulheres; tal argumento, por sua vez, traz precedentes para que se justifique a “defesa da implementação de políticas que beneficiem tanto as mulheres quanto os homens pobres”. (NOVELLINO, 2004, p.2).

Finalmente, o último capítulo apresenta o conjunto de aspectos que permitiu a conclusão de idéias e respostas às inquietações iniciais do projeto de investigação. Entretanto, não há apenas conclusões fechadas, mas, sobretudo, há a afirmação do argumento de que ainda é necessária a intensificação de estudos científicos sobre referido objeto de estudo haja vista a dimensão social e a relevância política que o acompanham.

1 REVISITANDO CONCEITOS: trajetória histórico-social das políticas públicas.

No contexto geral do presente capítulo nos parece oportuno realizar um estudo historiográfico acerca da trajetória social das políticas públicas em tempo e espaço. Na sociedade contemporânea, em específico, a partir da segunda metade do século XX, o desenvolvimento das ações voltadas para a capacidade de atuação dos poderes públicos, sobretudo, para os governos das sociedades mais avançadas, forçou a Ciência Política a agregar um novo campo de reflexão e a construir um original conjunto de instrumentos que permitisse analisar o que acontece na esfera de adoção e implementação das decisões governamentais.

No primeiro momento posterior a criação de tal aparato instrumental, as análises das políticas públicas surgem como um agrupamento de ferramentas conceituais. Não se construíram a partir desse fato, pressupostos de caráter unitário ou racional, mas sim conforme os processos de levantamentos analíticos fragmentados ou mesmo mediante as mudanças sofridas pelo contexto político socioeconômico.

Dentro das contribuições acadêmicas que vêem surgindo nas últimas décadas, o trabalho do economista indiano Amartya Sen (2000) nos permitir considerar que políticas públicas devem atender afirmações e valores sociais na tentativa de promover uma discussão política, o que seria um passo para a garantia da liberdade política dos indivíduos, tão difícil de conquistar na sociedade contemporânea. Esse processo se daria através do incentivo à autonomia econômica e educacional, por exemplo, na ação de políticas direcionadas ao “desenvolvimento como liberdade”.

Caminhando pelos estudos de Sen, nos debruçamos sobre o panorama geral desenhado pelo economista acerca da situação atual enfrentada pelos países desenvolvidos e em desenvolvimento: o grupo de aspectos positivos apresenta alguns elementos que caracterizam as sociedades atuais – 1. Abundância nunca vista; 2; governos democráticos e participativos. 3. direitos humanos e liberdade

política no discurso dominante; 4. esperança de vida elevada; 5. grande interação entre as diferentes zonas do globo. (SEN, 2000).

Para o grupo negativo, encontramos elementos que contradizem o quadro acima exposto: 1. persistência da pobreza e necessidades elementares insatisfeitas; 2. fome e subnutrição; 3. violações das liberdades políticas e das liberdades básicas;4. desprezo pelos interesses e atividades das mulheres; e , finalmente, 5. ameaças ao ambiente e à sustentabilidade da nossa vida econômica e social.

A liberdade, portanto, tem função instrumental na promoção de outras liberdades: as liberdades básicas – econômicas e políticas e liberdades complementares: saúde e educação em que a mesma é abordada como principal elemento do desenvolvimento. Para tanto, dito desenvolvimento consiste na superação das restrições ou de pontos negativos a expansão das liberdades individuais e a oferta de oportunidades sociais e econômicas. A expansão da liberdade é ao mesmo tempo o fim e meio do desenvolvimento.

Para isso, as políticas públicas devem atender afirmações e valores sociais na tentativa de promover uma discussão política, o que seria um passo para a garantia da liberdade política dos indivíduos, tão difícil de conquistar na sociedade moderna. Esse processo se daria através do incentivo à autonomia econômica e educacional, por exemplo. Por outro lado, as liberdades cruciais, como as oportunidades econômicas, as liberdades políticas, serviços sociais, garantias de transparência e segurança pública devem acompanhar a liberdade política e qualidade de vida com objetivo de assegurar que a eficiência de tais elementos promova o desenvolvimento econômico. (SEN, 2000).

Neste sentido, o economista advoga a favor do argumento de que a superação destes problemas é condição central para a garantia do exercício do desenvolvimento, ao passo que a ação individual é fundamental neste contexto, apesar de sua liberdade de agir está condicionada às oportunidades sociais, políticas e econômicas. Não de forma excludente, mas sim, de complementaridade, a ação individual deve ser atrelada aos agentes sociais. (SEN, 2000).

Alberto Cimadamore (2004) ressalta um aspecto comum às políticas que visam à redução de desigualdades sociais ou combate à pobreza: elas terminam

muitas vezes por cometer confusões relacionadas às posições normativas ou às visualizações políticas que estão presentes na determinação do papel do Estado-governo-sociedade para referidas ações. Além disso, muitas vezes se fala de sociedade civil como oposta ao Estado, sem levar em conta que o conceito clássico de Estado inclui a sociedade como um de seus componentes, juntamente com a ordem jurídico-constitucional, o território e o próprio governo. À primeira vista, tal fenômeno pode ser identificado nos modelos de gestões municipais do PBF em algumas cidades baianas.

Em estudos acerca do Bem-Estar Social e suas relações com governos locais, os pesquisadores Quim Brugué e Ricard Gomà (1998, p.26) apontam que o campo teórico das políticas públicas se estruturou para a maior parte dos países, arredor de dois aspectos tradicionais com poucos aspectos em comum. As duas dimensões encarregadas de organizar tais políticas adotaram por um lado, a configuração de “um enfoque racional, prescritivo, com fortes tendências à formalização e de caráter dedutivo”. Por outro lado, “foi sendo cristalizado um enfoque pós-racional, crítico, menos modelador e muito mais indutivo”.

De forma crítica, os autores espanhóis chamam atenção para o fato de que a primeira dimensão terminou por se transformar em uma caixa de técnicas a serviço da melhoria dos rendimentos do poder, “seja qual seja esse poder”. Partindo desse princípio a primeira tradição buscou se situar em uma lógica da racionalidade instrumental, com próprio referencial, “à margem de qualquer consideração sobre as grandes questões da ciência política”. (BRUGUÉ; GOMÀ, 1998, p.26).

A segunda tradição, por sua vez, veio ao longo da segunda metade do século XX construindo um espaço conceitual que permite, desde então, a crescente análise relativa às questões-chave da ciência política (estrutura de recursos, distribuição social de ganhadores e perdedores, relações de poder, hegemonias culturais e simbólicas) que se identificam e se resolvem pelo processo de elaboração de tais políticas, “já seja no conflito pela definição de problemas, na tomada de decisões, ou na articulação de estilos de gestão alternativos”. (BRUGUÉ; GOMÀ, 1998, p.26).

Os norte-americanos, seguidores da primeira tradição, passam a se preocupar com a produção dos governos, elemento que marca a tendência de sua

atuação. Em resumo comparativo podemos afirmar que o histórico europeu é marcado pelos estudos e trabalhos sobre o Estado e uma de suas principais instituições, o governo – produtor, por excelência, de políticas públicas; o norte-americano, caracterizado pela atenção dispensada à ação governamental.

Ao caminhar pela leitura bibliográfica produzida na América Latina e Europa, encontramos algumas referências para abordar o tema políticas públicas e desenvolvimento regional, a exemplo das reflexões dos pesquisadores já citados Gomà e Brugué, Celina Souza (2006), Carlos Aurélio Pimenta de Faria (2003), dentre outros. Gomà e Brugué (1998) trazem contribuições para avaliarmos políticas públicas locais e suas respectivas agendas complexas: respostas atreladas à efetivação de uma oferta mais complexa de políticas, a adoção de novos instrumentos estratégicos e o emergente nascimento de novos estilos de governo, levando em consideração o impacto das mudanças da macroeconomia e seus principais reflexos sobre as políticas públicas.

Para o quadro brasileiro, entendemos que políticas públicas podem ser entendidas como ação de governo, através da implantação de novos projetos, seja por meio de programas ou ações direcionadas a setores e grupos com perfil bem definido. De fato, desde a década de 80 várias pesquisas surgem no meio científico como prova de que tais políticas podem surgir de tal meio, assim como são passíveis de análise independente, afirma Celina Souza (2006).

Faria (2003) chama atenção para a importância de considerarmos nas reflexões que uma política pública é uma unidade de análise da ciência política, em que encontramos novas perspectivas acerca dos estudos sobre a interação entre os autores públicos e privados no processo de produção de tais políticas. Ao mesmo tempo, destaca como complicadores para o avanço da área, a incapacidade dos modelos tradicionais de interpretar mecanismos como o corporativismo, condição relevante para o entendimento da participação de novos atores sociais: ONGs, transnacionais e redes de especialistas, contribuição à interligação dos temários maiores da gestão pública com as políticas, em uma ação de privilegiar o desenvolvimento local.

Tal qual Faria, referenciamos aqui o trabalho de Souza que afirma ser inquestionável o crescimento da área de políticas públicas na pesquisa acadêmica, porém, essa área apresenta alguns problemas que precisam ser superados. O primeiro é a escassa acumulação de conhecimento na área, apesar de iniciativas como a criação de fóruns e a informatização de periódicos. O segundo problema levantado pela autora diz respeito à expansão horizontal desse conhecimento em detrimento da falta de fortalecimento vertical, girando as pesquisas em torno de áreas temáticas. O terceiro é a proximidade com os órgãos governamentais e organismos multilaterais. Há que se observar também a farta produção de pesquisas sobre determinados temas específicos deixando de lado temas importantes que ficam ao largo da agenda de pesquisa.

De forma complementar acreditamos que a pesquisa do professor Klaus Frey (2002) acerca das três abordagens de acordo com os problemas de investigação levantados pela ciência política nos mostra a importância de se questionar os reais fatores que dizem quando um país tem de fato uma democracia consolidada a partir da análise de suas políticas. São elas: questionamento clássico da ciência política (pergunta pela ordem política certa ou verdadeira); questionamento político (análise das forças políticas no processo decisório); questionamento dos resultados que um dado sistema político vem produzindo – contribuição que certas estratégias podem trazer para a solução de problemas específicos: econômicos, financeiros, (sociais ou ambientais).

Tipologicamente, as políticas são classificadas de acordo com os seguintes modelos: grupo teórico que partilham das idéias de Lowi: distributivas, reguladoras, redistributivas e constitucionais. O outro grupo é caracterizado por modelos direcionados ao crescimento e geração de riquezas e da redistribuição baseados no segundo enfoque descrito acima. As idéias que construíram os primeiros princípios dessa área do conhecimento estão baseadas no pensamento “de que, em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser (a) formulado cientificamente e (b) analisado por pesquisadores independentes”. (SOUZA, 2006, p.03).

Encontramos, em pleno século XX o trabalho de Paine e Tocqueville defensores das organizações sociais e de sua função cívica de promover o “bom governo”. E, segue definindo Souza, “o terceiro caminho foi o das políticas públicas como um ramo da ciência política para entender como e por que os governos optam por determinadas ações”. (SOUZA, 2006, p.03).

Dentro do quadro teórico de conceitos acerca do termo, buscamos estudos e pesquisas elaborados por quatro cientistas que são considerados os fundadores da área: H. Laswell (1936), H. Simon (1957), C. Lindblom (1959) e D. Easton (1965) que pretendemos abordar na revisão bibliográfica do projeto de dissertação. (SOUZA, 2006).

Podemos entender nesse quadro delineado pelos programas sociais brasileiros que políticas públicas são como a ação do Estado, ou melhor, o exercício de implantação de novos projetos, seja por meios de programas ou ações voltadas para setores e grupos determinados da sociedade. Devemos levar em conta, dentro dessa perspectiva que não pode haver uma redução do Estado à mera burocracia pública, aos seus organismos que seriam os responsáveis pela construção e aplicação dessas políticas.

> O que antes era uma tarefa dos governos passou a ser visto como uma obrigação de todos. A consciência da necessidade de eliminar do mundo a mancha da fome, da falta de acesso à educação, à saúde e à garantia dos direitos humanos básicos é, hoje, generalizada. Com certeza, no Brasil, existe disposição para não mais se aceitar a enorme desigualdade que, tradicionalmente, vem marcando nossa sociedade. A mobilização de todos os setores é grande e os veículos de comunicação informam, constantemente, tanto sobre a persistência da pobreza quanto sobre a necessidade de combatê-la. Entretanto, apesar da presença constante do tema na mídia impressa e falada, estes veículos não têm apresentado análises e avaliações (que existem) sobre o fracasso de soluções apresentadas como milagrosas, ou sobre a inoperância de programas com longa trajetória. (CARDOSO, 2004, p.42).

Pensamos então que políticas públicas são responsabilidades do Estado e, dessa forma, um “processo de tomada de decisões que envolvem órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implantada. Neste sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais”. (HÖFLING, 2001, p.31). As políticas sociais precisam ser compreendidas como

instrumentos que avaliam a rede de proteção social do Estado, a princípio debruçadas no trabalho de redistribuição de serviços que beneficiem socialmente os sujeitos, diminuindo as desigualdades promovidas pela economia do país.

Destarte, como defende a pesquisadora Maria das Graças Rua (1998), “as políticas públicas são *públicas* – e não privadas ou apenas coletivas. Sua dimensão *pública* é dada não pelo tamanho do agregado social sobre o qual incidem, mas pelo seu caráter imperativo”. (RUA, 1998, p.232). Isso que dizer que um dos cernes das políticas públicas é a constatação de que as mesmas se constituem como decisões e ações compostas pela autoridade soberana do poder público.

Do mesmo modo, tais políticas surgem a partir dos *inputs* e *withinputs* traduzidos pelas demandas e apoios nascidos no interior dos sistemas políticos. As demandas seriam então aspirações, desejos e necessidades expressadas de forma organizada ou não, em que por sua vez se referem a extensos setores sociais ou grupos de menor dimensão.

De certo, o processo de definir o que é uma política pública para uma sociedade implica reconhecer que a mesma serve como um espelho dos conflitos e dos interesses dos diversos grupos envolvidos, bem como os jogos de poder delineados pelos Estados e pela própria sociedade em geral. Além disso, devemos respeitar a posição que os elementos culturais assumem na construção do histórico das representações (mentalidades), posturas de aceite ou de rejeição aos programas, necessidades específicas àqueles períodos históricos ao que conclui Eloísa de Mattos Höfling.

> Indiscutivelmente, as formas de organização, o poder de pressão e articulação de diferentes grupos sociais no processo de estabelecimento”, a medida que a “reivindicação de demandas são fatores fundamentais na conquista de novos e mais amplos diretos sociais, incorporados ao exercício da cidadania. (HOFLING, 2001, p.39).

Nos limites deste trabalho, destaca-se a relação entre política pública e idéias, políticas e comunidades epistêmicas e aprendizado, numa tentativa de apreender o pensamento de Faria acerca das cinco vertentes de maior relevância para a área que é dividida em: institucional, a da percepção dos modelos de atuação e do

“impacto” provocado nas redes e grupos, a que enfatiza no processo de produção das políticas os condicionantes socioeconômicos, a linha baseada na teoria racional e finalmente a que prioriza as contribuições das idéias e do conhecimento.

Todas as cinco vertentes caminham pelo discurso da frágil institucionalização da área, em especial no caso brasileiro, o que é reforçado pela “debilidade” da atuação da administração pública e dos projetos de investigação que se propõem a estudá-la. Tal fato alia-se da mesma forma ao problema tecnicista presente na formulação e gestão das políticas, marcado principalmente pela influência dos atores internacionais. Por outro lado, Faria observa que as variáveis cognitivas, a exemplo das idéias e do conhecimento, estão atreladas à dimensão temporal e condicionante na formulação das políticas: é essencial considerar “se” há independência nos papéis de tais variáveis e “quando” isso ocorre.

Um breve resumo mostra a percepção do autor acerca dos pontos aqui citados e de que maneira se intercruzam, enquanto política, uma disputa entre a forma de discurso baseada na luta pelo poder e a busca de significados. Para tanto, nesse espaço surgem as idéias, ou seja, a afirmação de valores que podem especificar relações causais, soluções para problemas públicos, símbolos e imagens que expressam identidades entre o público e o privado, concepções de mundo e ideologias, em que o mais saudável é unir idéias aos interesses, na possibilidade de aliviar os problemas de cooperação ao oferecer soluções. Em terceiro, as comunidades epistêmicas seriam as redes de profissionais com competência reconhecida em um domínio específico para acompanhar ditas políticas públicas e então, o quarto aspecto, o aprendizado, processo que tem a ver mais com política que com ciência, o que transforma o estudo do processo político em uma questão relacionada a quem aprende o quê, quando, para o benefício de quem e por que.

A partir do exposto acima, percebe-se que a trajetória histórico-social das políticas públicas no Brasil caminha lentamente no que diz respeito à concretização de programas e ações que atendam aos critérios estabelecidos pela estrutura social e de gestão dos agentes sociais. Ressalta-se, sobretudo, a própria confusão relativa à definição e aplicabilidade de conceitos, a exemplo de política pública (dimensão macro) e política social (dimensão micro) em que pese o uso da segunda para

definir a segmentação da condição pública. Neste sentido, é válido frisar que tais políticas devem ser caracterizadas e analisadas conforme as formas de governo, contexto sociopolítico e, sobretudo, por meio das estratégias de redução da pobreza e da desigualdade protagonizadas pelas políticas de transferência de renda direta com condicionalidades, tema que será apresentado no próximo sub-capítulo.

1.1 Política de Transferência de Renda Direta com Condicionalidade: Estratégia de Redução da Pobreza e da Desigualdade.

As políticas de transferência de renda direta com condicionalidade apresentam, entre seus precedentes históricos, o nascimento de políticas sociais que previssem em meados de década de 1990, a garantia de uma renda mínima para grupos de parte da população no contexto da América Latina. Tais políticas assumiram caráter específico haja vista o objetivo principal que norteia seus propósitos: combater a pobreza e erradicar a fome nos países afetados historicamente e socialmente por esses dois fenômenos. Os estudos de L. Lavinas (2000) e R. Varsano (1998), ambos publicados pelo IPEA, apresentam a cronologia e os países pioneiros na criação e implementação de tais políticas, a exemplo da Dinamarca em 1933, na Inglaterra em 1948, na Alemanha em 1961, na Holanda em 1963, na Bélgica em 1974, na Irlanda em 1977, em Luxemburgo no ano de 1986 e finalmente, na França em 1998.

Considerando o intervalo de tempo entre a implantação de programas entre os países acima é relevante destacar que, apesar de possuírem elementos particulares que os diferenciam, há um conjunto em comum caracterizado pelos seguintes aspectos:

- São programas que se destinam aos grupos que apresentam renda mínima insuficiente para a manutenção da sobrevivência que se vinculam, portanto, ao princípio da universalidade;
- A determinação do benefício a ser transferido é estipulada pela demanda declarada do próprio beneficiário;
- São orientados a partir do cumprimento de algumas prerrogativas e contrapartidas, vistas aqui como condicionalidades;
- O valor do benefício é calculado a partir da somatória das demais prestações sociais e pela renda do indivíduo ou da família daquele que a solicita. (LAVINAS; VARSANO, 1998).

Além dos elementos que o caracterizam, existem os pilares que estruturam os debates acerca da funcionalidade desses tipos de programa: a primeira, denominada *incondicionalidade forte* defende que a transferência de renda destinada à subsistência não seja precedida por diferenças e pressuposições condicionantes; a segunda, conhecida como *incondicionalidade débil* está baseada na previsão de um imposto de renda negativo somente para os sujeitos que não possuem renda mínima para viver de forma digna; a terceira, o *workfare* se baseia na idéia de que o benefício deve estar condicionado ao desenvolvimento de atividades laborais por aqueles que estejam em condição para, estabelecendo contrapartidas para o ingresso e manutenção do recurso.

Para o caso brasileiro se observa que ao longo das mudanças de governo, principalmente para as gestões do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o atual governante, Luiz Inácio Lula da Silva, há uma manutenção do predomínio de políticas de caráter focalizado em detrimento de programas e ações universalizantes. Vê-se que a crise sofrida pelo Welfare State e pela reestruturação do mercado de trabalho trouxe a urgência de se rever o debate acerca das relações entre a proteção social e o trabalho, retomando o enfoque nos desafios da inserção social, em eu pese, nesse sentido, o redimensionamento da noção tradicional de direito social. De um lado, temos o fortalecimento da implementação de experiências de transferência de renda orientadas pela condicionalidade; do outro, a intensificação da polêmica em torno da cobrança de contrapartidas dos beneficiários dessas políticas.

Para o exemplo latino-americano, em especial, o caso brasileiro, impera a "lógica da cobrança" de condicionalidades/contrapartidas com objetivo de inserir seus beneficiários nos serviços de saúde, educação e, em casos esporádicos, na assistência social, visando à ampliação do acesso a tais direitos sociais, no entanto, não há a busca de inserção dos sujeitos no mercado de trabalho[4].

---

[4] O Programa Bolsa Família já apresenta sinais de mudanças referentes a essa condição, a citar, o PLANSEQ que visa à inclusão dos pais beneficiários do programa na área da construção social das atividades do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Tal tema será aprofundado no capítulo II.

Dentro desse quadro, resta-nos questionar o paradoxo em torno ao debate entre renda mínima X direito ao trabalho/direitos sociais X condicionalidades em que paire sob as cabeças de tais políticas, os polêmicos questionamentos: considerando o proeminente conjunto de transformações societárias, “os programas de transferência monetária contribuem para aprofundar os direitos de cidadania, ou, ao contrário, concorrem para sua negação e regressão?” (MONNERAT et al, 2007, p.1456).

Os debates mais recorrentes na literatura e nas decisões econômicas perpassam pelo dilema da necessidade de se adotar ou não políticas de renda sustentadas pelo modelo incondicional, em que pese, sobretudo, “os critérios de justiça” apontados por Simone Diniz (2007).

Diniz (2007) trabalha com a mesma teoria que Lavinas (2000) quando parte do princípio que políticas sociais e Estado de Bem-estar social assumem o mesmo entendimento, ou seja,

> um regime específico de transferências sociais, de base fiscal, cujo objetivo é promover o bem-estar dos indivíduos mediante uma redistribuição de renda e da riqueza (ativos) comprometida com a idéia de justiça. (LAVINAS, 2000, p.1).

Partilha-se então da compreensão de que a idéia de justiça deveria estar atrelada ao elemento distributivo, em que as dotações de recursos que se destinam à garantia da subsistência dos pobres podem, potencialmente, oferecer condições para que estes se tornem titulares efetivos de direitos sociais. Os direitos sociais são determinantes para conceder às famílias e às jovens mulheres do programa capacidades mínimas que fomentem a constituição de sujeitos políticos demandantes de recursos públicos para atender ás várias necessidades da vida.

Ao compararmos os estudos dos autores acima citados conclui-se que o elemento de interseção entre os dois argumentos é o compromisso com a idéia de justiça, uma idéia presente em diversos trabalhos acerca da temática. Um dos principais defensores da *incondicionalidade forte*, Philippe Van Parijs (1994), trabalha com a visão de que a renda incondicional é entendida como uma política social que ultrapassa o modelo do “Estado de bem-estar social”. O professor

acredita não se tratar de uma fragmentação do conjunto de ações e intervenções características do *welfare state*, mas de uma nova feição da intervenção do Estado, formada por diferentes padrões de ética, distintos dos tradicionais.

Interessante destacar que a literatura nacional[5] em muitos momentos se deixa desaperceber de alguns elementos teóricos, considerados por essa investigação como relevantes para o entendimento sócio-histórico das políticas de transferências de renda e de sua gestão: a tipologia e as metodologias construídas a partir das experiências do século XIX. Atualmente, trabalha-se com três tipos de *welfare*: a) Bismarkiano – baseado em um sistema de seguros sociais, de cunho obrigatório; b) Beveridgeano – baseado na concepção de solidariedade e nas transferências *ex-ante;* e, c) Paineano – assentado na noção de equidade, materializado na permissão de uma renda básica que seja incondicional. (VAN PARIJS, 1995).

Ao optar pela abordagem de justiça, norte de seus argumentos a favor da adoção de renda básica incondicional, Van Parijs precisou recorrer aos filósofos-economistas do século XIX para mostrar que o conceito utilitarista necessitou aos poucos fazer revisões do seu discurso original para sustentar o argumento da "distribuição justa dos níveis de vida" atrelado à noção de liberdade haja vista que o método utilitarista se baseia nas escolhas individuais, ou seja, as escolhas que produzirem maior utilidade são as mais justas, trazendo à tona as comparações entre as preferências dos sujeitos. Para o aspecto da distribuição, Van Parijs observa que

> ... tratava-se de maximizar o bem-estar coletivo, definido como a soma dos níveis de bem-estar coletivo dos indivíduos que compunham a sociedade considerada. A maneira como os níveis de vida são distribuídos não importa como tal. Importa somente seu impacto sobre esse agregado que é o bem-estar coletivo. (VAN PARIJS, 1997, p.141).

Apesar de bem construída teoricamente, ao longo dos tempos, provou-se a ineficiência de tal método com a experiência empírica já que seria impossível a "comparação interpessoal das utilidades" como aponta Diniz (2007). Seria

[5] Refere-se nesta ocasião aos trabalhos monográficos de mestrado e doutoramento no Brasil analisados por esta investigação que identificou esta lacuna no referencial teórico de grande parcela das publicações.

necessário responder a algumas questões de caráter qualitativo, a exemplo de: “A dimensão populacional dever ser tomada como variável?” ou “Quem são indivíduos cuja utilidade deve ser considerada quando comparamos a soma das utilidades correspondentes às diversas opções?”

Diante dos dilemas de ordem inviável descritos acima, Van Parijs decide então defender a adoção de aspectos distributivistas ao invés de exigir a eficiência de tais processos em medida que se preocupa com o princípio da igualdade imbricado no princípio da equidade. Como observa Diniz, tal princípio “assume que os indivíduos são diferentes entre si, portanto, merecem tratamento diferenciado, que elimine ou reduza a desigualdade”. (DINIZ, 2007, p.107).

Tais conclusões estão marcadas pela teoria de Rawls[6] que defende a idéia de que todo “tratamento desigual é justo quando beneficia o indivíduo mais necessitado”. (DINIZ, 2007, p.107). Para as questões que se apresentam neste estudo, nos interessa investigar os elementos do princípio da diferença de Rawls, princípio este que propõe a articulação entre a igualdade e eficiência, em que pese a eventual possibilidade de “justificar as fórmulas concretas de distribuição que diferem de um contexto a outro”. (VAN PARIJS, 1997, p.146).

Em tempos voltados para o discurso da “justiça social”, o trabalho de Rawls intitulado “Uma Teoria da Justiça” nos possibilita visualizar as dimensões passíveis de debate: de um lado, o estabelecimento de um “sistema igual de liberdade pata todos” fundamentado na idéia de que

> [...] cada pessoa deve ter um direito igual ao mais extenso sistema de liberdades básicas que seja compatível com um sistema de liberdades idêntico para as outras; o segundo determina sob quais condições sociais essas liberdades devem ser distribuídas de forma a que, simultaneamente: a) se possa razoavelmente esperar que elas sejam em benefício de todos; b) decorram de posições e funções às quais todos têm acesso. (VAN PARIJS, 1993, p.68).

[6] Filósofo norte-americano (1921/2002) que construiu a distinção do surgimento das gerações do direito em três categorias: 1ª Civil, 2ª Política e 3ª Social. No Brasil tais gerações caminharam por outra ordenação: surge em primeiro lugar o grupo político, em seguida o grupo social e por último o grupo civil. Tal fenômeno abre margem para interpretação das desigualdades sociais enfrentadas por sua população.

Por sua vez, o “princípio da diferença” se relaciona de forma direta à segunda concepção que acabamos de apresentar: na interpretação de Diniz, referência para nossos argumentos, “trata-se de maximizar as oportunidades de renda, poder, bem-estar, etc. dos mais desfavorecidos, pois, desigualdades sociais só são legítimas se contribuem para melhorar a sorte dos mais desfavorecidos”. (DINIZ, 2007, p.107).

À primeira vista é possível identificar que tal princípio está presente nas disposições legais e diretrizes do PBF em que pondere, acima de tudo, não a prioridade do conceito de utilidade ou bem-estar, mas sim em termos do que Rawls chama de “bens sociais primários”, ou seja, são os meios, as condições intermediárias que possibilitam os indivíduos perseguirem a realização de uma condição boa de vida. Consideramos, nesse tempo, para as abordagens aqui propostas, “os bens sociais” e suas categorias de observação social (RAWLS, 2000, p.228):

1. “Direitos e liberdades fundamentais, que também constituem uma lista”;
2. “Liberdade de movimento e de livre escolha de ocupação num contexto de oportunidades diversificadas”;
3. “Poderes e prerrogativas de cargos e posições de responsabilidade nas instituições políticas e econômicas da estrutura básica”;
4. “Renda e riqueza”;
5. “Bases sociais do auto-respeito”.

Partindo destes pressupostos, a posição “libertariana” se aproximaria das primeiras noções da política do Bolsa Família quando do precedente de que a liberdade (entendida pela normativa do programa como autonomia) assume posição central, em que a liberdade como direito não é suficiente, de todos modos, uma vez que é necessário ter os meios para alcançá-la. Há que considerar, para, além disso, a máxima de tais liberdades, exigência da “igualdade eqüitativa de oportunidades e a maximização dos benefícios dos mais desfavorecidos) ou para qualquer outro princípio de justiça distributiva”. (DINIZ, 2007, p.108).

Ademais, percebe-se a forte relação entre a “liberdade real” e os “bens sociais primários” existentes no princípio da diferença de Rawls.

> O “princípio da diferença” poderia ser a “justificação para o sistema de renda mínima garantida, pois no rol dos ‘bens primários’ estão as bases sociais do auto-respeito” necessárias para dar à pessoa um sentido firme de seu próprio valor e a confiança em si necessária para a perseguição de seus fins. Para que isto ocorra é necessário que o benefício seja distribuído de uma maneira que não estigmatize os beneficiários e que essa distribuição se faça em particular, sem controle dos recursos e sem controle da vida privada. (DINIZ, 2007, p.108).

Seria então,

> (uma) renda concedida de modo incondicional a cada cidadão (ou residente permanente), quer tenha ou não emprego, quer pense ou não em ter um, qualquer que seja sua condição conjugal e qualquer que sejam os seus rendimentos provenientes de outras fontes (VAN PARIJS, 1997, pp. 177-179).

Para além dos condicionantes para a garantia da liberdade e da diferença haveria de se destacar o princípio universalista – argumento que não abriria precedentes para as “arbitrariedades morais” (uma espécie de loteria, talentos, recursos materiais), garantindo desta forma, um sistema institucional incondicional para qualquer cidadão e sua subsistência. (GARGARELLA, 1995, p.236).

Entretanto, a adoção de uma renda universal básica não se aplica às sociedades classificadas como pobres. Ainda que adote uma forte tendência para a aplicação da renda básica universal e incondicional, Van Parijs admite que apenas as sociedades que não possuem a fome como fenômeno social, “ou que podem fazê-lo sem violação à propriedade de si mesmo, é que vale a pena falar em renda básica”. (DINIZ, 2007, p.108).

Há que se examinar atentamente, que políticas distributivas de renda enfrentam dois problemas: o excessivo quantitativo de beneficiários e poucos recursos a serem destinados pelos governos. Esse determinante, por sua vez, provoca uma problemática de ordem política extremamente grave: como organizar ações efetivas com a finalidade de distribuição entre os beneficiários em condições institucionais apresentadas por cada país? (GARGARELLA, 1995).

Para o caso brasileiro, o histórico-social das políticas sociais é caracterizado pela predominância do modelo bismarckiano; tais políticas iniciaram sua institucionalização entre os anos de 1930 e 1970. Entre as décadas de 30 e 40 vê-se que a legislação se preocupava quase unicamente com aspectos previdenciários e trabalhistas, com a finalidade de assegurar a proteção dos trabalhadores nas áreas urbanas haja vista as baixas aposentadorias e pensões.

De acordo com S. Draibe (1989), as demais áreas reuniram-se em um só bloco: saúde, educação, assistência social e habitação que caminharam rumo ao modelo institucional a partir de 45, alcançando maior espaço finalmente em 1964.

Já o ano constituinte de 1988 trouxe a esperança de nascimento de novos paradigmas que valorizassem padrões de justiça social. O período conhecido como Nova República trouxe o crescimento do número de programas para assistência social, sem base contributiva, em que se destacam os de “distribuição gratuita de bens *in natura* à população pobre”. (DINIZ, 2007, p.108).

Neste mesmo contexto foram rascunhados os primeiros debates e propostas para a descentralização, em especial, na área da saúde; a Constituição Federal incitou também uma intensa modificação para o sistema previdenciário rural, em que se frisa o acesso das mulheres às aposentadorias e pensões de forma independente, ou seja, autonomia frente a condição do cônjuge ser ou não beneficiário, como observa H. Schwarzer (2000). No entanto, após o entusiasmo de 88, outro debate

> começou a estruturar-se em torno da busca de soluções contra o fraco desempenho econômico, os desequilíbrios financeiros e o processo inflacionário. A base de sustentação dos antigos modelos de welfare state começava a ruir. Alterações no ‘mundo do trabalho’ (terceirização, mudanças tecnológicas, dispensa de trabalhadores, etc.) colocaram na ‘ordem do dia’ a necessidade de se repensar o modelo de políticas sociais. (DINIZ, 2007, p.109).

Os programas de renda mínima no Brasil, ao longo dos anos e das transições de formas de governo, se apresentam e se organizam a partir de três argumentos, conforme pontua C. A. Ramos (1998):

1. O de que um programa deste tipo viria a terminar com a história e já divulgada prática política baseada na intermediação feita pelos políticos em mandato, dos benefícios sociais de ordem do Estado;
2. A oportunidade para aquelas pessoas que estão fora do mercado formal de trabalho de ter acesso a uma renda mínima;
3. Tal renda, por sua vez, se configurava em um possível instrumento de distribuição de renda.

Dos três pontos apresentados, o que nos parece apropriado para um dos debates que permeiam o Bolsa Família é o primeiro por se tratar de algo relacionado ao cunho político e eleitoral do programa. Ademais, o histórico das políticas de transferência de renda com condicionalidade mostra que as diretrizes legais da política trazem complicadores referentes ao próprio conceito de família utilizado pelo MDS para caracterizar os grupos beneficiários, não esquecendo que os programas e normativas da assistência social apresentam, cada um a seu bel prazer, diferentes definições para o termo família, primeira incoerência detectada haja vista que atualmente todos os programas são integrados e tem como fator central de proteção social a mesma família, além de identificarmos o não-alinhamento com pesquisas e conselhos nacionais que possuem mesmo público-alvo.

Como exemplo, podemos fazer uma comparação entre o Bolsa Família, Benefício da Prestação Continuada (BPC) e o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar, política pública deliberada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA):

- BPC: O conjunto de pessoas que vivem sob o mesmo teto, assim entendido, o requerente, o cônjuge, a companheira, o companheiro, o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido, os pais, e o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido. (MDS, 2007);
- PBF: unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo

doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantêm pela contribuição de seus membros. (MDS, Lei nº 10.836, Art.2º, § 1º);

- SUAS: núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional. A defesa do direito à convivência familiar na proteção de assistência social supera o conceito de família como unidade econômica, mera referência de cálculo de rendimento per capita e a entende como núcleo afetivo, vinculada por laços consangüíneos, de aliança ou afinidade, onde os vínculos circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero. (NOB/SUAS, 2005, p.16);
- CONANDA: todo grupo de pessoas com laços de consangüinidade, de aliança, de afetividade ou de solidariedade, cujos vínculos circunscrevem obrigações recíprocas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero. Arranjos familiares diversos devem ser respeitados e reconhecidos como potencialmente capazes de realizar as funções de proteção e de socialização de suas crianças e adolescentes. (CONANDA, 2006, p.03).

O PBF traz como prioridade para as intervenções propostas pela política o modelo nuclear de família, em que a inclusão ou adaptação de conceitos contemporâneos somente surgem em situações eventuais, permitindo, portanto, ampliar sua definição ao domicílio ou unidade de moradia que abriguem, seja por laço de sangue ou afinidade, o grupo familiar. No entanto, essa ampliação está condicionada à comprovação de vínculos a partir da documentação civil de seus integrantes e não apenas por declaração do responsável pelo Cadastramento Único (CADUNICO).

O CONANDA por sua vez trabalha com a noção de arranjos familiares em que pese o reconhecimento os novos modelos - monoparentais, estendidas ou recompostas, não como exceções ou eventualidades, mas como elementos do cotidiano da maioria das famílias brasileiras. Ademais, o CONANDA defende mudanças no paradigma do atendimento às famílias, por meio da ênfase nas funções de proteção e socialização dos indivíduos.

Por sua vez, o BPC caminha pela perspectiva inicial do PBF da família nuclear, mas não incorpora a possibilidade de adaptação da definição do grupo como este. Já o SUAS advoga a favor da superação da família como unidade econômica e da criação de políticas com base em seleção das famílias beneficiárias quase sempre à base da renda per capita. Valoriza-se então, os laços e relação de afinidade sócio-afetivas, atendendo, de certa forma, às demandas das novas configurações atuais.

Nessa perspectiva, vê-se a importância de compreendermos com maior profundidade a proposta das políticas de transferência direta de renda com condicionalidades. A ex-Secretária Nacional de Renda e Cidadania do MDS, Rosani Cunha (2008) lembra que as transferências de renda no Brasil como estratégia de redução da pobreza e da desigualdade passam a partir da década de 90, a assumir o caráter de “escolhas” pelo poder público como estratagemas do conjunto de ações para tais objetivos. De modo geral, Cunha resgata o debate acerca das três matrizes principais que permeiam as diretrizes desses programas:

1. A reunião das teorias defensoras da universalização (compreendida como direito de todos os cidadãos), da autonomia e do poder de escolha que teriam em comum o “compartilhamento da riqueza produzida por todos e fortaleceria o sentimento de solidariedade e de pertencimento dos cidadãos”. Como objetivo tem-se o alcance de princípios da igualdade, isonomia, sem focalização e como metodologia faz-se opção pela redistribuição de renda assegurada por políticas tributárias progressivas;
2. A compreensão de que políticas públicas (renda) possuem relevância para a garantia da sobrevivência das famílias ou dos indivíduos em casos específicos, mas precisam ter natureza residual. Isso significa que devem ser restritos à população (parte dela) em condição de extrema pobreza ou de incapacidade de manter sua própria sobrevivência. São características marcantes: atuação residual do Estado, oferta de “pacotes” básicos de serviços e desenhos de focalização bastante restritivos;

3. A concepção de que tais políticas são “opções do Poder Público em privilegiar os mais pobres”. Em linhas gerais, se fundamenta em: tratamento diferenciado, justiça distributiva e mecanismos de focalização.

Segundo Cunha, a terceira estratégia apresentada é a base que fundamenta as diretrizes e objetivos do Programa Bolsa Família. De forma geral, os aspectos aqui levantados foram sendo agrupados ao longo dos governos nas últimas duas décadas, resultando na unificação de alguns programas das áreas prioritárias: saúde, educação e assistência social. No próximo ponto apresentamos os caminhos da Política Nacional para as Mulheres no Brasil por meio das relações entre o princípio da universalidade e as ações afirmativas, ademais de identificar programas e ações desenvolvidos nos municípios baianos estudados.

1.2 Entre o Princípio da Universalidade e as Ações Afirmativas: quais os caminhos percorridos pela Política Nacional para as Mulheres no Brasil?

A incorporação da perspectiva de gênero por políticas públicas e programas governamentais é algo recente no país em que pese às frágeis iniciativas do Estado em formular e desenvolver políticas que reconheçam a diferença de gênero – entendido como estudo e investigação das diferenças entre os sexos, ou ainda, "aquela parte do comportamento humano que se relaciona com o sexo a fim de que não restem dúvidas sociais acerca de qual é um e outro[7]"- e com base nesse reconhecimento, estabeleçam ações específicas para as mulheres e direcionadas ao fomento da igualdade entre os gêneros nas esferas pública e privada. (SAU, 2000, 134).

A história dos movimentos sociais feministas e de mulheres pode indicar como elemento importante para a visibilidade de suas lutas, a realização de Conferências nos âmbitos municipal, estadual e federal destinadas a ouvir e possibilitar a construção participativa de idéias e metas vinculadas às demandas e urgências vivenciadas pelos diversos setores da sociedade, em que pese a importância dos movimentos sociais como tradutores dos complexos mecanismos de desenvolvimento de uma nação. Há que se considerar, sobretudo, que tais movimentos representam também os aspectos de insatisfação, reais reveladores da carência estrutural das áreas, ademais de trazer à tona, desejos coletivos e a tipologia das relações sociais.

Os governos subnacionais tiveram seus papéis ampliados nas atividades de formulação e implementação de políticas públicas nos últimos anos no país em que se identifica a inclusão de novas temáticas no que concerne o campo de atuação das gestões estaduais e municipais, em que se inserem as questões de gênero. Não obstante, é perceptível que tal processo inclusivo tem acontecido mais pela incorporação da dimensão gênero em programas que não têm a mulher como foco específico do que por meio de programas dirigidos à mulher. (SUÁREZ, 2002).

---

[7] Tradução Livre da autora.

Há que se considerar também o fato de que tal incorporação pode não representar, em alguns programas e ações, a adesão à agenda de gênero ou o ingresso de sua perspectiva em termo da prática de fomento à redução de desigualdades entre homens e mulheres. Com efeito, embora focalizem as mulheres ou a elas dirijam módulos específicos, “acabam por reiterar desigualdades de gênero, reafirmando uma posição tutelada e subordinada da mulher tanto no espaço público como no privado”. (FARAH, 2004, p.65).

Quando nos deparamos com as prioridades do movimento feminista e movimentos de mulheres há que se identificar duas vertentes que tensionam a agenda pública: de um lado, os partidários da visão funcional da mulher nas famílias, que preconizam o papel das políticas públicas como investidoras nas mulheres como elementos multiplicadores de ações diretas sobre a família e seus integrantes, com destaque para o segmento materno-infantil. Do outro, a posição hegemônica na agenda dos movimentos citados, baseada na idéia dos direitos, pela garantia da ampliação da cidadania e pela sua inclusão no atendimento estatal.

O marco legal brasileiro no que diz respeito ao posicionamento do Estado frente ações e decisões nacionais/internacionais pode ser historiado a partir dos atos listados abaixo:

- Recomendação nº. 90, de 29 de junho de 1951, da Organização Internacional do Trabalho – OIT, sobre a igualdade de remuneração de homens e mulheres trabalhadores por trabalho de igual valor;
- Convenção nº. 100, de 29 de junho de 1951, da OIT, sobre a igualdade de remuneração de homens e mulheres por trabalho de igual valor;
- Convenção nº. 111, de 25 de junho de 1958, da OIT, sobre Discriminação em Matéria de Emprego e Ocupação (entrou em vigor, no plano internacional, em 1960);
- Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW (1979);
- Recomendação nº. 165, de 23 de junho de 1981, da OIT, sobre Igualdade de oportunidades e de tratamento para homens e mulheres trabalhadores com encargo de família.

- Declaração e Plataforma de Ação da III Conferência Mundial sobre Direitos Humanos (Viena, 1993); Convenção nº. 156, de 23 de junho de 1981, da OIT, sobre a igualdade de oportunidades e de tratamento para homens e mulheres trabalhadores com encargo de família;
- Declaração e Plataforma de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994);
- Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará (1994);
- Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher-Beijing, 1995/Protocolo Facultativo à CEDAW (1999);
- Cúpula do Milênio: Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000);
- Declaração e Programa de Ação da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata (Durban, 2001);

Caminhando pelo século XXI, a I e a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (I e II CNPM) tiveram como objetivo geral o levantamento dos pressupostos e diretrizes de maior impacto para a melhoria da qualidade de vida das mulheres, sustentadas por “linhas mestras”, quais sejam: a igualdade, justiça social, controle social, a laicidade do Estado e a universalização das políticas, dentre outros. Por sua vez, os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (I e II PNPM) criados subsidiados por tais conferências, respectivamente em 2004 e 2008, traçam perspectivas e desafios a serem superados pelo Estado no que diz respeito a quatro áreas estratégicas de atuação: 1. Autonomia, Igualdade no Mundo do Trabalho e Cidadania; 2. Educação Inclusiva e Não Sexista; 3. Saúde das Mulheres, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; 4. Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. (I PNPM, 2004).

O II PNPM foi formulado ainda, com base nos resultados e informações do Plano Plurianual 2008-2011 e na Agenda Social do atual governo e o trabalho de coordenação contemplou a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 18 órgãos da administração pública federal (MEC, MJ, MS, MCid, MDA, MDS, MPOG, MTE, MME, MinC, MMA, Seppir, SEDH, Casa Civil, Secretaria Geral, Secom, Funai

e Ipea), além das parcerias firmadas entre as representatividades dos governos municipais e estaduais de políticas para as mulheres e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM).

Em linhas gerais, o II PNPM propõe o desenho de 94 metas, 56 prioridades e 388 ações que estão distribuídas em 11 áreas de enfrentamento. Foram somados às áreas estratégicas contempladas pelo I PNPM, seis novos grupos de atuação:

- Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão;
- Cultura, comunicação e mídia não-discriminatórias;
- Enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia;
- Direito a terra, moradia digna e infra-estrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais;
- Desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, inclusão social, soberania e segurança alimentar;
- Enfrentamento às desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas.

Conforme argumento defendido pelo II PNPM, a “grande inovação” de tal documento pode ser caracterizada pelo destaque concedido à participação feminina nos espaços de poder, “como objeto de políticas públicas orientadas para a igualdade de gênero”, atrelada, por sua vez, à própria ampliação do conceito de poder, sobretudo, pelas ações da SPM, além do aumento de cadeiras representativas da sociedade civil no comitê gestor.

Como pressuposto fundamental, o II PNPM defende o “entendimento de que os Planos Nacionais expressam conjunturas específicas e que a política nacional é a linha mestra das diferentes ações que integram os planos nacionais”. (II PNPM, 2008, p.27). Para nossa investigação, dois princípios apresentam indispensáveis leituras: a autonomia das mulheres e a universalidade das políticas. O pensamento que norteia tais princípios está assim definido:

- Autonomia das Mulheres – deve ser assegurado às mulheres o poder de decisão sobre suas vidas e corpos, assim como as condições de influenciar os acontecimentos em sua comunidade e país e de romper com o legado histórico, com os ciclos e espaços de dependência, de exploração e subordinação que constrangem suas vidas no plano pessoal, econômico, político e social. (II PNPM, 2008, p.28).
- Universalidade das Políticas – as políticas devem ser cumpridas na sua integralidade e garantir o acesso aos direitos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais para todas as mulheres. O princípio da universalidade deve ser traduzido em políticas permanentes nas três esferas governamentais, caracterizadas pela indivisibilidade, integralidade e intersetorialidade dos direitos, e combinadas às políticas públicas de ações afirmativas, percebidas como transição necessária em busca da efetiva igualdade e eqüidade de gênero, raça e etnia. (II PNPM, 2008, p.28).

Frente aos princípios, encontram-se as prioridades vinculadas ao Plano de Ação em que nos chama atenção a seguinte proposição: garantir a reserva de pelo menos 30% das vagas em todas as frentes de trabalho do PAC para mulheres atendidas pela ação de Qualificação e Inserção Profissional de Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família, com meta a ser alcançada até o ano de 2011. Tal elemento se configura como medida do Programa Complementar da política, haja vista que à primeira vista se remete à concepção da igualdade. A história pode testemunhar seguramente a trajetória e avanços galgados por tal conceito, principalmente quando falamos hoje do direito à igualdade. Flávia Piovesan descreve com clareza as três vertentes que melhor ilustram a cronologia de tal fenômeno:

> a) a igualdade formal, reduzida à fórmula “todos são iguais perante a lei” (que, ao seu tempo, foi crucial para abolição de privilégios); b) a igualdade material, correspondente ao ideal de justiça social e distributiva (igualdade orientada pelo critério sócio-econômico); e c) a igualdade material, correspondente ao ideal de justiça enquanto reconhecimento de identidades (igualdade orientada pelos critérios de gênero, orientação sexual, idade, raça, etnia e demais critérios). (PIOVESAN, 2008, p.888).

Em medida que se percebe a iminência de consolidar o projeto de implantação de um Estado participativo, vê-se que a relação entre redes e programas sociais envereda pelo estreitamento dos vínculos estabelecidos entre a concretização do corporativismo, da prerrogativa emancipatória e de uma sociedade democrática. Não por menos, o Estado assume papel regulador e participativo: de um lado, a convivência social, conjunto de legislações e as políticas públicas; do outro, os espaços públicos de sociabilidade (escola, família) e finalmente, a vida privada, onde a família assume papel maior, absorvida por laços de pertença e de afetividade.

Ao passo que Piovesan (2008) resgata a noção da igualdade material atrelada ao reconhecimento de identidades mais próxima da área jurídica, a pesquisadora Nancy Fraser (2001) advoga a favor da parceria entre as duas instâncias, reforçando a idéia de Boaventura de Souza Santos (2003) de que somente a exigência do trabalho simultâneo entre tais, resulta na realização da igualdade. Em outras palavras,

> o reconhecimento não pode se reduzir à distribuição, porque o status na sociedade não decorre simplesmente em função da classe. [...] Reciprocamente, a distribuição não pode se reduzir ao reconhecimento, porque o acesso aos recursos não decorre simplesmente em função de status. (FRASER, 2001, p.54).

Piovesan descortina desta forma, o caráter bidimensional da justiça: o somatório entre redistribuição e reconhecimento. As ações afirmativas partiriam tão somente da idéia de que o exercício do direito às políticas redistributivas exige instrumentos de enfrentamento das várias injustiças, quais sejam: a econômica, a marginalização dos cidadãos, a própria desigualdade social, por meio da “transformação nas estruturas sócio-econômicas”; há que se considerar, do mesmo modo, que tal reconhecimento consiste na construção de medidas que combatam à injustiça cultural, processos discriminatórios, adotando então uma política de reconhecimento. Para a autora, “é à luz dessa política de reconhecimento que se pretende avançar na reavaliação positiva de identidades discriminadas, negadas e desrespeitadas; na desconstrução de estereótipos e preconceitos”. (PIOVESAN, 2008, p.889).

Os posicionamentos apresentados por Piovesan, Santos e Fraser nos remetem a refletir acerca dos caminhos escolhidos para a compreensão das ações afirmativas: tais ações não podem ser entendidas e executadas apenas pela retrospecção – alívio da carga de um passado discriminatório – mas principalmente, pela prospecção, por meio do fomento à transformação social, criadora de uma nova realidade. Nossa abordagem não será intensificada pelo debate polêmico das ações afirmativas, nem tampouco é nosso objetivo propor tal discussão; no entanto, está clara a relevância do temário em vista do fortalecimento cada vez maior de tais dimensões em detrimento do caráter constitucional da universalidade.

A crítica que gira em torno dessa questão está fundamentada pelo antagonismo "políticas universalistas" x "políticas focalizadoras". Os grupos que apresentam posturas contrárias às ações afirmativas alegam que estas exigem a focalização de tais determinações, favorecendo parte da população que está em condições de vulnerabilidade social, fragilizando assim, o pressuposto universalista; Piovesan declara que nada "impediria a adoção de políticas universalistas combinadas com políticas focadas" em proporção que estudos e pesquisas "demonstram que a mera adoção de políticas universalistas não tem sido capaz de reduzir as desigualdades raciais", por exemplo, contribuindo para a manutenção dos padrões absolutos e de sua estabilidade ao longo do processo geracional. (PIOVESAN, 2008, p. 894).

Partilhamos da opinião da autora em destacar a fragilidade da crítica ao modelo de programas sociais balizado por ações afirmativas; contudo, o que está perceptível e em questão, não é a eficiência de tais políticas de forma isolada, mas a não-execução da integração das mesmas. Recai-se, de fato, em práticas emergenciais, mas necessárias ante os índices de desigualdade apresentados pelo país; paga-se caro, por não incentivar políticas transformadoras e permanentes.

Quando nos debruçamos sobre o Bolsa Família, uma segunda preocupação nos é imposta: as ações afirmativas de gênero estão interligadas ao fenômeno da transversalidade e não à focalização, ainda que pode-se considerar como avanço a inclusão de tal modalidade nas políticas públicas atuais. Soma-se também, o início da criação de "organismos governamentais estaduais e municipais para

coordenação e gerenciamento das políticas para as mulheres". (II PNPM, 2008, p.28).

As gestões governamentais deveriam seguir as orientações e diretrizes previstos pela Política Nacional de Políticas para as Mulheres, em que pese a necessidade social da sintonia entre as ações públicas específicas – município a município e às propostas do governo federal. A realidade denunciada pelo Quadro de Adesão ao I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres no estado da Bahia é alarmante: das 417 municipalidades, apenas 6 assinaram termo de compromisso com as intervenções e metas previstas pelo plano, como vemos a seguir:

Quadro 1 - Adesão ao I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres no estado da Bahia.

Governo do Estado / Município	Data da assinatura	Data Publicação DOU
SALVADOR	13/04/2005	07/11/2005
CAMAÇARI	13/04/2005	07/11/2005
LAURO DE FREITAS	13/04/2005	07/11/2005
CANDEIAS	19/12/2005	16/08/2006
CRUZ DAS ALMAS	22/03/2007	25/07/2007
GOVERNO DO ESTADO	16/05/2007	25/07/2007
SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ	27/07/2007	----------

Fonte: Elaboração da autora. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2009.

O silêncio das gestões municipais baianas frente ao projeto de ações afirmativas e políticas universalistas do governo federal fomentam o enviesamento da idéia do cumprimento das condicionalidades em comunhão com os instrumentos dos programas complementares previstos pela normativa do Bolsa Família: quais perspectivas gerenciais direcionam a atuação das gestões atuais? O desenho federativo calcado pela pactuação de estratégias de proteção e promoção social com os programas implantados por estados e municípios e pelo Distrito Federal é

eficiente na conjuntura baiana no que diz respeito à promoção da autonomia das mulheres? Com efeito, é possível afirmar que podemos pensar na eficiência da articulação intersetorial dos diversos agentes públicos e sociais em torno de uma prioridade de governo e, sobretudo, de um imperativo ético: a erradicação da fome; no entanto, em qual plano ficaria as estratégias de combate à exclusão social pela ótica do empoderamento feminino?

As insuficiências, termo utilizado pelo II PNPM para avaliar os problemas e aspectos negativos da política nacional, aguçam o desequilíbrio entre estas e os avanços registrados pelas gestões nos últimos anos, em vista do número superior de complicadores:

- A não existência de organismos de políticas para as mulheres em inúmeros governos estaduais e na maioria dos governos municipais;
- A não existência de organismos de políticas para as mulheres em inúmeros governos estaduais e na maioria dos governos municipais;
- A baixa incorporação da transversalidade de gênero nas políticas públicas;
- A ausência de compartilhamento, entre mulheres e homens, das tarefas do trabalho doméstico e de cuidados;
- A fragilidade dos mecanismos institucionais de políticas para as mulheres existentes.

A literatura nacional recente sobre a temática do empoderamento feminino no PBF demonstra que são fortes os argumentos que defendem o aumento da autonomia das mulheres por meio da posse do cartão magnético e que tal medida se configura como instrumento de “reparação”, estipulada estrategicamente para o reconhecimento das diferenças de gênero, mesmo que sua origem não seja intencional e, ainda sim, incompleta. (MESQUITA, 2007, p.121).

Posto que tal idéia trabalhe em uma perspectiva de empoderamento sustentada pela intenção e não por diretrizes legais, acreditamos que caminha-se pela estrada do sorteio já que não se determinou atuar por métodos focalizadores e sim transversais. Ao mesmo tempo em que a posse do cartão pela mulher é garantida por lei, dentro da normativa do programa, a priorização de ações

destinadas à promoção de sua autonomia deveria ser uma das dimensões da política e não somente um dos itens da agenda complementar.

Não obstante, alguns estudos constroem pontos positivos que lutam a favor da hipótese de que o PBF fomenta impactos relevantes nas relações de poder entre os gêneros, nas esferas dos padrões familiares de relacionamento e da iniciativa de decisões no lar, elementos levantados por Marcelo Aguiar e Carlos Henrique Araújo em pesquisa sobre o Bolsa Escola (2003). As assertivas defendidas pelos autores, com base em material elaborado pela UNESCO, OIT, Banco Mundial e a ONG Missão Criança são:

- A figura da mãe como administradora das necessidades do lar é reforçada;
- A mãe passa a ser reconhecida como membro importante para a economia familiar;
- Desenvolvimento do uso racional do dinheiro pela mãe;
- Fomenta-se anseios de ascensão social;
- Planejamento familiar na aplicação dos recursos.

As mesmas circunstâncias foram percebidas pela Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento (AGENDE) (2006) quando da realização de estudo direcionado aos impactos do programa pela perspectiva de gênero, divididas e resumidas em três categorias: 1. Segurança Econômica; 2. Afirmação da autoridade da mulher no espaço doméstico e 3. Sentimento de Cidadania. A abordagem utilizada pela terceira categoria é que as mulheres estão se sentido mais “brasileiras” porque passam a ter acesso a registros civis, como Registro Geral (carteira de identidade), Título de Eleitor e Cadastro de Pessoa Físicas (CPF), além de passarem a existir para o Estado quando da sua inclusão no Cadastramento Único (CADÚNICO), destacando então a garantia dos direitos de cidadania pelo viés civil, mas distante de um conceito de cidadania integral, isto é, o pleno reconhecimento da cidadania política, da cidadania civil e da cidadania social.

Ademais, observamos que não é possível negar ou conceber a titularidade feminina para o recebimento do benefício haja vista que a mesma é consenso entre as beneficiárias e os princípios pertencentes às políticas de transferência de direta de renda com condicionalidade, pelo panorama ainda prevalecente da "mulher provedora de cuidados[8]", onde leia-se que tal função engloba as atividades de administração dos laços afetivos, articulação entre espaços produtivos e reprodutivos e recursos familiares em geral. Tais políticas ao se debruçarem sobre a temática gênero devem perceber que para se conceber essa dimensão deverá ser direcionada

> tanto para homens quanto para mulheres, enquanto pais, assim como para as instituições sociais, que devem apoiar as famílias no atendimento de suas necessidades numa dupla perspectiva: políticas orientadas para conciliar a família e o trabalho, por um lado, e dar o apoio necessário para o cuidado dos filhos e dos idosos, por outro. (ARRAIGADA, 2006, p. 231).

Questiona-se então se o imaginário simbólico construído até aqui converge para o mesmo universo de mentalidades das mulheres beneficiárias do programa: a "posse" do cartão de benefícios pode ser considerada como imagem suficiente que representa à vista a autonomia feminina defendida pelo II PNPM - poder de decisão sobre seu corpo e sua vida, conhecimento e atitude para tomada de decisões emancipatórias e comunitárias? De que forma a "posse" isolada do cartão combate o ciclo de dependência econômica, moral e de gênero no espaço familiar e na esfera pública considerando a participação das mulheres nas instâncias sociais (comunidade, associações, político-governamental, escolas) nos municípios baianos? Diante de tais controvérsias e da aplicação isolada da estratégia, há que se refletir melhor sobre alguns binômios para se debater o princípio da universalidade e sua relação com estratégias de ações afirmativas: 1. Cumprimentos das condicionalidades X Manutenção/Autonomia nos espaços público e privado; 2. O significado da cidadania e sua relação com a posse do cartão/recebimento do benefício pelas mulheres; 3. Ações complementares do programa e a participação das mulheres no mercado de trabalho.

---

[8] Termo utilizado por Janet Gornick e Maria Meyers na análise sobre as perspectivas ideológicas encontradas em países industrializados (GORNICK; MEYERS, 2006).

2 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E OS CAMINHOS DA POLÍTICA – da promulgação às várias faces sociais.

Dentre as várias faces sociais do Programa Bolsa Família, o combate à pobreza e à fome tem um peso simbólico quase hegemônico no discurso governamental. Os papéis das famílias e das mulheres se confundem constantemente em que pese às circunstâncias, jogos de poder e responsabilidades dos entes envolvidos – espaços governamentais e sociedade civil que vão desde questionamentos se o conceito de família determinado pela política responde às necessidades dos modelos familiares que formam a sociedade contemporânea atual, integração das políticas por meio dos princípios da sinergia, convergência e amplitude até a função de administradora dos recursos familiares atribuída às mulheres do programa.

A implantação do Programa Bolsa Família se deu em outubro de 2003 e sua promulgação ocorreu finalmente em 2004 por meio da criação da lei nº 10.836 de 09 de janeiro do mesmo ano pela atual gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva que assume o posto por meio de segundo mandato, reeleito em 2006. O programa é resultado de elementos históricos e contextos políticos que, de forma direta ou indireta, influenciaram sua criação e constituição como política de transferência direta de renda com condicionalidade e instrumento normativo voltado para a garantia de renda entre os grupos sociais que estão abaixo ou na linha da pobreza.

O marco legal e histórico-social da garantia de direitos de cidadania e do incentivo e projeto embrionário da rede de proteção social que temos hoje é a Constituição Federal de 1988. Tal constituição é símbolo material do processo de redemocratização vivenciado pelo país, uma vez que em sua composição encontramos a ampla presença de debates e forte mobilização política, principalmente dos movimentos sociais. Dentre os aspectos mais relevantes, destacam-se: 1. O reconhecimento da relevância da garantia de direitos e do papel responsável do Estado por tais condições; 2. O fortalecimento do compromisso com a democracia direta por intermédio da institucionalização dos canais de participação social em algumas ações como controle da gestão pública e, sobretudo, da origem

de um novo pacto federativo, sustentado pelos pressupostos da descentralização e autonomia das gestões municipais. (COHN, 2004).

O art.1º da Constituição de 1988 traz uma prévia das inovações propostas pelo contexto iminente de mudanças necessárias ao Estado-nação: a afirmação do caráter federativo e republicano da maior unidade política do país, por meio do estabelecimento de três esferas autônomas de governo, com base no reconhecimento dos municípios como entes federados, detentores de competências particulares e específicas, com propriedade de governabilidade de alcance para as instâncias de legislação e instituição de tributos nos limites de suas atribuições e território. O art.3º complementa as disposições dos princípios fundamentais da República Federativa do país, em que sublinhamos os que se referem à erradicação da pobreza e o contexto de marginalização dos brasileiros, além das obrigações direcionadas à redução das desigualdades sociais e regionais. Para nossa análise há que se lembrar, ainda, a abordagem das políticas públicas, entendidas como instrumentos da garantia dos direitos universais: saúde e educação, ademais de legitimar a constituição da Seguridade Social pelas políticas de previdência social, de saúde e da assistência social. (Constituição Federal, 1998).

Percebe-se então que não por menos devemos considerar, para análise ou avaliação de políticas públicas brasileiras, a característica federativa do Estado e a co-responsabilidade dos entes federados no projeto de combate à pobreza. Os anos 90 do século XX trouxeram para o caso brasileiro experiências de outros países latino-americanos que adotaram modelos semelhantes de programas de transferência de renda: o México, contemporâneo de tais concepções, inaugura sua participação na área de políticas públicas dessa natureza por meio da criação do “Progresa”, atualmente conhecido como Programa Oportunidades. A partir dessa iniciativa os demais estados da América Latina e Caribe iniciam projetos de implantação como o “Famílias em Ação” na Colômbia, o “Solidariedade” na República Dominicana, o “Solidariedade” no Chile, o “Programa Juntos” no Peru, “Mi família” na Nicarágua, “Bono Alimentario” no Panamá, sob forma piloto o “Tekoporã” no Paraguai, “Programa de Asignación Familiar” em Honduras e “Mi Família Progresa” na Guatemala.

A trajetória brasileira está marcada por diversas e numerosas tentativas e projetos que se concretizaram para o atual desenho federativo, em que se pode identificar dois elementos relevantes: o aperfeiçoamento e o aumento do número de programas de transferência de renda direta com condicionalidade. Cunha 2008) em levantamento histórico nos apresenta datas e realizações fundamentais para o caminho percorrido das políticas públicas até o nascimento do Bolsa Família:

- 1995: Experiências pioneiras de Campinas e do Distrito Federal, com transferência de recursos a famílias que garantissem a freqüência escolar de suas crianças;
- 1996: Programa Bolsa Escola de Belo Horizonte;
- 1996: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – sob responsabilidade do Governo Federal, implantado em regiões com maior concentração de trabalho infantil degradante;
- 1998: Programa Nacional de Garantia de Renda Mínima – sob responsabilidade do Ministério da Educação - MEC;
- 2001: Programa Bolsa Escola (BES), vinculado ao Ministério de Educação;
- 2001: Programa Bolsa Alimentação (BAL), vinculado ao Ministério da Saúde;
- 2002: Programa Auxílio Gás, gerido pelo Ministério de Minas e Energia. O Auxílio Gás não era um programa de transferência condicionada, mas um benefício financeiro às famílias com renda familiar per capita mensal até ½ salário mínimo, como forma de compensar o aumento do preço do gás de cozinha, resultante da retirada do subsídio naquele momento;
- 2003: Programa Cartão Alimentação, como um componente da estratégia denominada “Fome Zero”. O Cartão Alimentação era gerido pelo hoje extinto Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar – MESA;
- 2003: Criação, por Medida Provisória n° 132/03, do Programa Bolsa Família - PBF;
- 2004: Promulgação da Lei da Renda Básica de Cidadania – Lei n° 10.835, de 2004;

- 2004: Conversão em lei da Medida Provisória que criou o PBF. Lei n° 10.836, de 2004. (CUNHA, ano).

Segundo normativa do programa, o objetivo maior da política é “contribuir para a redução da fome, da pobreza, da desigualdade e de outras formas de privações vividas pelas famílias pobres e extremamente pobres" e sua estrutura está disposta por meio da unificação dos Programas de Garantia de Renda Mínima (PGRM) – Bolsa Alimentação, Bolsa Escola e Programa Auxílio-Gás, em que pese o propósito de garantir a descentralização de sua gestão atrelada à condição de intersetorialidade entre os entes federados, a participação sócio-comunitária e o controle social.

Para que tais ações sejam eficientes, a participação dos órgãos públicos corresponde à seguinte composição: Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC), Gestor Municipal do PBF, Gestor Estadual do PBF, Instâncias de Controle Social e a Rede Pública de Fiscalização: Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria Geral da União (CGU), Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público Estadual (MPE).

Os quadros a seguir trazem o panorama dos pontos estruturantes da política: 2.Perspectivas Gerenciais; 3. Desenho Federativo; 4. Articulação Intersetorial; 5.Práticas Gerenciais e 6. Estratégias.

Quadro 2

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.

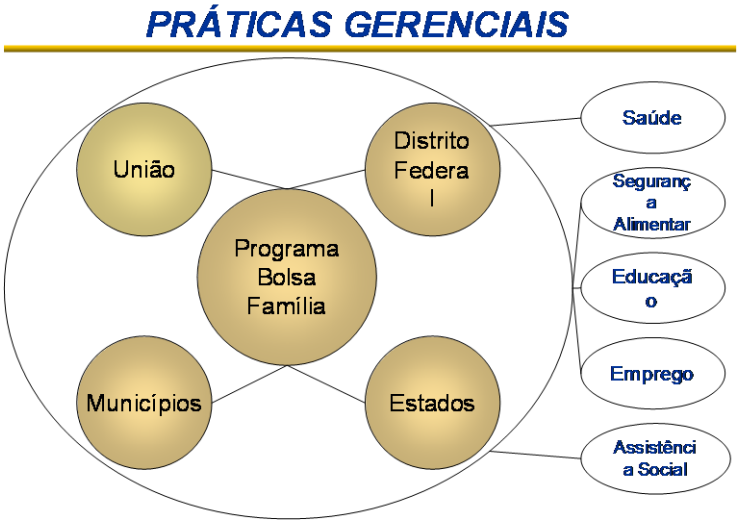
Quadro 3

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.

Quadro 4

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.

Quadro 5



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.

Quadro 6

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.

Da mesma forma, acompanha-se a trajetória legal marcada por alterações e revogações dos decretos referentes ao valor estipulado pela renda per capita mensal para o quesito “Seleção de Famílias Beneficiárias”, o aumento do limite da faixa etária para os adolescentes beneficiários no programa, bem como aos benefícios básico e variável, como sintetiza o Quadro 9. Atualmente os valores dos benefícios básico e variável, estipulados pelo decreto Nº 6.917 de 30 de julho de 2009 correspondem, respectivamente pelo art.19, a:

- I - benefício básico, no valor mensal de R$ 68,00 (sessenta e oito reais), destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza;
- II - benefício variável, no valor mensal de R$ 22,00 (vinte e dois reais) por beneficiário, até o limite de R$ 66,00 (sessenta e seis reais) por família, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição:
- III - benefício variável vinculado ao adolescente, no valor mensal de R$ 33,00 (trinta e três reais) por beneficiário, até o limite de R$ 66,00 (sessenta e seis

reais) por família, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescentes com idade de dezesseis a dezessete anos matriculados em estabelecimentos de ensino;

2.1 Das Condicionalidades, Responsabilidades e Ações nos Municípios.

A portaria GM/MDS nº 551, de 09 de novembro de 2005 que regulamenta o Bolsa Família dispõe, entre outras decisões, do estabelecimento das contrapartidas sociais, termo utilizado pelo MDS para definir as condicionalidades do programa nas áreas da saúde e da educação que precisam ser cumpridas pelo núcleo familiar como condição para manutenção e recebimento mensal do benefício, conforme sintetiza o quadro 7.

Quadro 7 – Condicionalidades por área e ações correspondentes para as famílias beneficiárias

ÁREA	**CONDICIONALIDADES PARA AS FAMÍLIAS**	**AÇÃO ESPERADA**
EDUCAÇÃO	Freqüência mínima de 75% (oitenta e cinco por cento) da carga horária escolar mensal de crianças ou adolescentes de 6 a 17 (seis a dezessete) anos de idade que componham as famílias beneficiárias, matriculados em estabelecimentos de ensino.	Efetivar, observada a legislação escolar vigente, a matrícula escolar das crianças e adolescentes de 6 a 17 anos em estabelecimento regular de ensino.
		Informar sempre à escola quando da impossibilidade de comparecimento do aluno à aula, apresentando, se existente, a devida justificativa.
		Informar, de imediato, sempre que ocorrer mudança de escola dos dependentes de 06 a 17 anos, para que seja viabilizado e garantido o efetivo acompanhamento da freqüência escolar.
SAÚDE	O cumprimento da agenda de saúde e nutrição para famílias beneficiárias que tenham em sua composição gestantes, nutrizes ou crianças menores de 7 anos.	Para as gestantes e nutrizes, no que couber: Inscrever-se no pré-natal e comparecer às consultas na unidade de saúde mais próxima de sua residência, portando o cartão da gestante, de acordo com o calendário mínimo preconizado pelo MS.
		Participar de atividades educativas ofertadas pelas equipes de saúde sobre aleitamento materno e promoção da alimentação saudável.
		Levar a criança à Unidade de Saúde ou ao local de campanha de vacinação, mantendo atualizado o calendário de imunização, conforme preconizado pelo MS.
		Levar a criança às unidades de saúde, portando o cartão de saúde da criança, para a realização do acompanhamento do estado nutricional e do desenvolvimento e de outras ações, conforme o calendário mínimo preconizado pelo MS.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005. Elaboração da autora.

A gestão das condicionalidades prevê o trabalho de acompanhamento periódico das famílias, no que diz respeito ao cumprimento das condicionalidades, respeitando a legislação e atos/sanções normativas estipuladas pelo MEC, MS e MDS; registro e atualização das informações relativas às condicionalidades e informações socioeconômicas das famílias beneficiárias; finalmente, gerenciamento de atividades, projetos e ações complementares que visem oferecer condições às famílias e aos órgãos envolvidos de atender às contrapartidas sociais estabelecidas. (MDS, 2005).

Essa mesma portaria define as responsabilidades e papeis dos entes federados, em que destacamos as competências designadas aos municípios e gestões locais, abordados pelo quadro 8. A realização do controle social[9] por sua vez está atrelada à efetiva parceria entre poder público e sociedade civil, organizações não-governamentais, associações comunitárias, instituições religiosas e demais instâncias, sobretudo, os conselhos municipais em que se destacam o próprio Conselho Municipal do Bolsa Família, composto por seu respectivo Comitê Gestor e demais correspondentes: Conselho Municipal da Assistência Social, da Saúde, da Educação, Criança e Adolescente ou ainda de Segurança Alimentar.

É perceptível que a normatização e regulamentação do PBF está orientada segundo parâmetros de uma política pública com objetivo de promover inovações no que tange à intervenção do Estado. Encontramos de um lado, o complexo esforço das arenas decisórias com metas a incorporar diferentes níveis e esferas de participação social. No entanto, observamos que a institucionalização do controle social permanece um desafio para o programa, uma vez que a mobilização social persiste em condição de fragilidade, ademais dos ranços que a tradição de uma democracia mínima impera sobre o poder público nos municípios baianos[10]. (CALDEIRA, 2008; FOGLIA, 2007).

---

[9] Para melhor conhecimento, ver a Instrução Normativa nº 1 de 20 de maio de 2005 que "Divulga orientações aos municípios, Estados e Distrito Federal para constituição de instância de controle social do Programa Bolsa Família (PBF) e para o desenvolvimento de suas atividades".

[10] Ver dissertação de mestrado da socióloga Isabel Cristina Firmo Foglia, defendida em 2007 no curso de Pós-graduação Família na Sociedade Contemporânea – Universidade Católica do Salvador. Essa pesquisa nos traz o desenho do controle social (desafios, problemas) em 387 municípios baianos. FOGLIA, Izabel Cristina Firmo. Políticas Públicas e o Programa Bolsa Família: inclusão

Quadro 8 - Responsabilidades dos Municípios e Gestores quanto às condicionalidades

RESPONSABILIDADES QUANTO ÀS CONDICIONALIDADES	MUNICÍPIOS	GESTORES
SERVIÇOS	Ofertar, adequada e regularmente, os respectivos serviços de educação e saúde, nos termos da legislação pertinente.	Articular, capacitar e mobilizar os agentes envolvidos nos procedimentos de acompanhamento do cumprimento das condicionalidades;
		Mobilizar, estimular e orientar as famílias beneficiárias sobre a importância do cumprimento das condicionalidades;
		Realizar o acompanhamento sistemático das famílias com dificuldades no cumprimento das condicionalidades, avaliando as causas e promovendo, sempre que necessário, a redução da situação de risco por meio da inserção da família em programas e ações voltados para combater os efeitos da vulnerabilidade identificada;
		No que se refere aos programas complementares, acompanhar e estimular a integração e a oferta de outras políticas públicas que favoreçam a emancipação das famílias beneficiárias do PBF, em especial das famílias em situação de descumprimento das condicionalidades, de sua condição de exclusão social, articuladas entre os conselhos setoriais existentes no município, os entes federados e a sociedade civil.
CADASTRO	Realizar, periodicamente, e conforme calendário, o acompanhamento do cumprimento das condicionalidades previstas, em observância ao disposto nas Portarias Interministeriais MEC/MDS nº 3.789, de 2004, e MS/MDS nº 2.509, de 2004;	Notificar formalmente o responsável legal da família, quando identificar o descumprimento de condicionalidade, conforme modelo padrão, sem prejuízo de outras formas definidas em normas complementares;
REGISTRO INFORMAÇÕES	Registrar as informações relativas ao acompanhamento do cumprimento de condicionalidades, com a utilização dos sistemas de informação disponibilizados pelo MEC e pelo MS.	Encaminhar, para conhecimento da instância de controle social do programa, a relação das famílias que devem ter o benefício cancelado em decorrência do descumprimento de condicionalidades.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005. Elaboração da autora.

---

social ou (re)ordenamento do poder?. 2007. Dissertação (Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea). Universidade Católica do Salvador, Salvador.

Com intuito de promover e garantir as ações da instância municipal de controle social, tal instrução normativa se debruça sobre algumas considerações a serem obedecidas pelas gestões municipais: construção de um CADÚNICO eficiente que retrate a realidade socioeconômica da população, assegurando a fidedignidade das informações e equidade para o acesso aos benefícios das políticas públicas destinadas às famílias de baixa renda; a identificação dos beneficiários em condições de vulnerabilidades sociais específicas dos programas em vigor; atualização dos dados cadastrais das famílias, impedindo problemas legais e prejuízos aos beneficiários. Enfim, acompanhar, fiscalizar e monitorar o programa em todas dimensões que o constituem.

Para que a concretização de todas essas atribuições seja possível de realização o governo federal criou um instrumento de acompanhamento e avaliação do trabalho das gestões municipais, definido como Índice de Gestão Descentralizada (IGD). Tal instrumento representa simbolicamente o esforço dos gestores em alcançar melhores resultados numéricos, melhoria dos serviços ofertados às famílias e o acompanhamento do cumprimento das condicionalidades, como descreve o sub-capítulo a seguir.

Quadro 9 – Principais Decretos, Disposições, Alterações e Status atual

DECRETO	DISPOSIÇÕES	DATA	ALTERAÇÕES/STATUS
Nº 3.877	Institui o Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal.	24/07/2001	REVOGADO
Nº 5.209	Regulamenta a Lei nº 10.836, de 09/01/2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências.	17/09/2004	REVOGADO PARÁGRAFO ÚNICO – Art.24.
Nº 5.749	Atualiza os valores referenciais para caracterização das situações de pobreza e extrema pobreza, no âmbito do Programa Bolsa Família.	11/04/2006	REVOGADO Da Seleção de Famílias Beneficiárias. Alteração da Renda per capita mensal– Situação Pobreza - R$ 100,00 Extrema Pobreza - R$ 50,00 **Para:** Situação Pobreza - R$ 120,00 Extrema Pobreza - R$ 60,00
Nº 6.135	Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências.	26/06/2007	NADA CONSTA
Nº 6.157	Dá nova redação ao art. 19 do Decreto no 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família.	16/07/2007	REVOGADO
Nº 6.392	Altera o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.	12/03/2008	Altera o art.18, no § 5º - a validade de concessão do benefício Programa Auxílio-Gás até 31/12/2008; Revogados: inciso IV do § 1o do art. 3º do Decreto no 5.209, de 17 de setembro de 2004, e os Decretos nos 4.102, de 24 de janeiro de 2002, e 4.551, de 27 de dezembro de 2002, a partir de 31 de dezembro de 2008.
Nº 6.491	Dá nova redação ao art. 19 do Decreto no 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família.	26/06/2008	REVOGADO
Nº 6.917	Altera os arts. 18, 19 e 28 do Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família.	30/07/2009	Da Seleção de Famílias Beneficiárias. Alteração da Renda per capita mensal– Situação Pobreza - R$ 100,00 Extrema Pobreza - R$ 50,00 **Para:** Situação Pobreza - R$ 140,00 Extrema Pobreza - R$ 70,00

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2009. Elaboração da autora.

2.2 A criação do IGD como estratégia da descentralização e intersetorialidade.

A criação do IGD por meio da Portaria GM/MDS nº 148 de 2006 e sua instituição, através da Medida Provisória nº 462 de 2009, vem atender à demanda de monitoramento do PBF como política pública, uma vez que as agendas de governo que visam planejar metas necessitam de respostas satisfatórias aos problemas públicos, como argumenta Luis F. Aguilar Villanueva e precisam alcançar alguns pontos fundamentais, como "o resgate e a busca do público podem ajudar a enfrentar velhas limitações da decisão e gestão governamental: a condução centralizada do estado, a tentação patriamonialista-clientelar, o descuido de recursos e bens públicos (...)". (VILLANUEVA, 2000, p.05).

Os parâmetros do IGD estão regulamentados pelo Poder Executivo e objetivam, dentre outros alcances:

- Medir os resultados da gestão descentralizada, com base na atuação do gestor estadual, distrital ou municipal na execução dos procedimentos de cadastramento, na gestão de benefícios e de condicionalidades, na articulação intersetorial, na implementação das ações de desenvolvimento das famílias beneficiárias e no acompanhamento e execução de procedimentos de controle;
- Incentivar a obtenção de resultados qualitativos na gestão estadual, distrital e municipal do Programa;
- Calcular o montante de recursos a ser transferido aos entes federados a título de apoio financeiro. (MDS, 2006).

O IGD é um indicador de ordem sintética e apóia financeiramente as gestões municipais no acompanhamento do programa; sua composição está estruturada pela média aritmética do Indicador do CADÚNICO e pelos Indicadores de Condicionalidades (IC). O primeiro representa a média aritmética entre o número total de cadastros válidos (completos e sem inconsistências) e o número total de famílias estimadas com até meio salário mínimo per capita. Já o segundo corresponde à média aritmética entre as taxas de crianças e adolescentes de 6 a 17

com freqüência escolar e das famílias acompanhadas na área da saúde. Conforme aponta o documento de Análise da Pesquisa sobre Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família publicada em julho de 2007.

> Esses componentes foram priorizados levando em conta dois aspectos. O primeiro é em relação à qualidade das informações do cadastro, pois dados imprecisos ou desatualizados no CadÚnico podem ocasionar erros de focalização e pagamentos indevidos, dificultando ou até mesmo impossibilitando o acompanhamento das condicionalidades e tornando mais complexas as atividades de gestão de benefícios. O segundo diz respeito ao monitoramento das condicionalidades, atividade que indica o esforço do município em garantir a oferta dos serviços de saúde e educação, e em acompanhar as famílias do PBF, não só informando se elas utilizam ou não esses serviços, mas também conhecendo e acompanhando as que não o fazem. Ao mesmo tempo, para a construção de um modelo de repasse de recursos que possibilitasse a utilização da modalidade de transferência fundo-a-fundo e, ainda, permitisse a transferência de recursos para todos os municípios, foi necessário considerar indicadores já existentes na base de informações utilizada na gestão do Programa Bolsa Família. Assim, além de considerar indicadores que permitissem a avaliação da qualidade de gestão local e que representassem componentes estratégicos do Programa, também foi considerado como parâmetro a utilização de indicadores passíveis de cálculo individual para todos os municípios brasileiros. (MDS, 2007, p.2-3).

De acordo com a mesma pesquisa, os municípios precisam cumprir três exigências: adesão ao programa, de acordo com a portaria correspondente; habilitação na Assistência Social e atingir o índice de no mínimo 0,4 na avaliação IGD. Até o ano de 2008, o recurso financeiro do PBF estava condicionado à Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), condição alterada quando da extinção de tal medida; atualmente o PBF está “incluído na sessão sobre Políticas Sociais como uma ação governamental de redução das desigualdades de renda”, elemento do Projeto de Lei Orçamentária para 2009. (INESC, 2009). Em conformidade com o PLOA de 2009 (Tabela 1), os recursos destinados ao IGD totalizam R$ 308.300.000 (trezentos e oito milhões e trezentos mil reais), 10,3% maior do que o previsto na proposta de Lei Orçamentária para 2008. (INESC, 2009, p.26).

Tabela 1 –
Transferência de Renda com Condicionalidades - Bolsa Família

Cód./Programa	PLOA 2008	PLOA 2009	Variação 2009/2008
2272 - Gestão e Administração do Programa	3.096.690	2.725.000	-12,00%
6414 -Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único	22.728.000	20.000.000	-12,00%
6524-Serviços de Concessão, Manutenção, Pagamento e Cessação dos Benefícios de Transferência Direta de Renda	272.736.000	240.000.000	-12,00%
8442-Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004)	11.782.720.609	11.434.280.000	-2,96%
8446 -Serviço de Apoio à Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família	353.761.320	308.300.000	-12,85%
TOTAL	**12.435.042.619**	**12.005.305.000**	**-3,5%**

Fonte: INESC, 2009. As informações que permitiram a elaboração da tabela foram fornecidas pelo PLOA 2009 e Siga Brasil / Senado Federal.

Finalmente, o que nos interessa são as estatísticas para o ano de 2007 referentes à utilização dos recursos IGD repassados às gestões para execução do programa. O estudo[11] procurou identificar os principais aspectos do impacto da transferência de tais recursos aos municípios, por meio de questionários de avaliação compostos por 28 itens, respondidos *on line* pelos gestores ou pessoas designadas pelos mesmos no portal do MDS entre 21 de novembro e 15 de dezembro de 2006, totalizando 2.633 municípios participantes.

Destacamos os quesitos referentes aos aspectos: 1. Secretarias ou órgãos responsáveis pela decisão de alocação dos recursos; 2. Emprego dos recursos do IGD para o desenvolvimento e atividades complementares das famílias beneficiárias e 3. Áreas contempladas (ações complementares).

[11] Para fins de classificação para essa pesquisa, municípios de pequeno porte são aqueles com população de até 20.000 habitantes, inclusive, e correspondem a 71,0% dos municípios brasileiros. Municípios de médio porte são aqueles com população entre 20.001 e 100.000, inclusive, e somam 24,1% do total de municípios. Por fim, consideram-se municípios de grande porte aqueles com população maior que 100.001 habitantes, representando apenas 4,8% dos municípios". Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Análise da Pesquisa sobre Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família, 2007.

A Tabela 2 nos mostra que a assistência social ainda é a área de decisões predominantes e decisórias dos programas sociais do estado. A declaração de cerca de 78,6% afirma o histórico da proteção social no país como um conjunto de "iniciativas públicas ou estatalmente reguladas para a provisão de serviços e benefícios sociais visando a enfrentar situações de risco social ou de privações sociais", como indica Luciana Jaccoud (2009, p.2), isto é, privilegia-se a assistência social como estratégia de alcance das famílias em condição de vulnerabilidades sociais, de proteção integral às famílias, detentora das idéias socioassistenciais previstas pelo sistema de proteção social não contributiva e pelas funções a ele atribuídas: vigilância social, defesa de direitos e a própria proteção social composta por benefícios e serviços.

Tabela 2 –
Secretarias/Órgãos responsáveis pela decisão de alocação dos recursos

Questão 8	Porte			Total	%
	grande	médio	pequeno		
Secretaria de Assistência Social	128	631	1.311	2.070	78,6
Secretaria de Educação	2	16	40	58	2,2
Secretaria de Saúde	1	13	38	52	2,0
Gabinete do Prefeito	2	24	129	155	5,9
Secretaria da Fazenda, área de contabilidade ou de Planejamento	5	61	157	223	8,5
Outra secretaria ou órgão municipal	8	14	53	75	2,8
Total	146	759	1.728	2.633	100,0

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Análise da Pesquisa sobre Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família,** 2007.

A pesquisadora Aldaíza Sposati (2008) em artigo sobre as concepções fundantes do modelo de proteção social não contributiva no Brasil nos chama atenção para a leitura necessária dos princípios em que estão assentados os elementos que compõe tal sistema: universalidade, matricialidade sociofamiliar, territorialização-descentralização compartilhada-regionalização, regulação e

habilitação do ente gestor. Sposati levanta alguns pontos e questões essenciais para se refletir as conseqüências e aplicabilidade de tais condições:

- No que diz respeito à universalidade: compreensão de que tal princípio deve ser significado como dispositivo de acesso por qualquer cidadão que o necessite, de forma independente aos problemas territoriais e sob a perspectiva ética de “ser portador de direitos”. A autora argumenta que o alcance da universalidade representa “ter capacidade concreta de resposta institucional expressa por instalação de infra-estrutura de dispositivos de atenção e de qualidade técnica de ação”. (SPOSATI, 2008, p.21).
- Para o propósito de conceber a família como “núcleo protetivo intergeracional”, Sposati conclui que devemos fazer algumas interrogações: o que é família protegida? e, para além dessa definição, o “trabalho social com as famílias é, em si mesmo, uma das aquisições do processo de proteção social de famílias ou um administrador de acessos sociais para essas famílias? (SPOSATI, 2008, p.21).
- O eixo territorialização-descentralização-compartilhada-regionalização: implica reconhecer e adotar medidas que reconheçam que a vulnerabilização não atingem apenas as pessoas, mas, acima de tudo, estão ligadas aos riscos territoriais, ou seja, é fundamental o foco nos indivíduos e na identificação de potencialidades territoriais (espaciais). Tais fatores, por sua vez, recaem sobre a idéia de intersetorialidade – ensinada aqui como uma combinação de regras da gradualidade (certificar as alterações sofridas – metas e etapas e que estas sejam publicizadas para que a população possa ver e tomar ciência do processo decisório da política. Além disso, significa que admitir que não é possível a realização de várias ações e procedimentos ao mesmo tempo, mas que os passos previstos pelo planejamento serão avaliados. É preciso valoriza a heterogeneidade: ainda que difícil na prática de gestão, é indispensável a conciliação entre analogias e diferenças, “tendo-se a preocupação em não confundir heterogeneidade com fragmentação da ação”. (SPOSATI, 2008, p.23).

- A convergência trabalha na dimensão de que não se pode confundir seu panorama de racionalidade interna da ação do governo com “um valor para a sociedade” em medida que não é possível “transformar a intersetorialidade em modo de relação política do Estado com a sociedade” com riscos a fomentar confusões que tragam conseqüências danosas para a gestão: “fragilização da inteligência técnica do Estado, que é, sobretudo, advinda da especialização, isto é, da setorialidade ainda que relacionada ao interesse público”. (SPOSATI, 2008, p.23). O quarto eixo nos ajuda a refletir sobre a concepção de descentralização compartilhada – como advoga a autora, o mesmo não pode ser reduzido à noção de *municipalização* na dimensão de *prefeiturização,* ou em outros termos, “o processo de *empurrar* competências federais e estaduais” aos municípios, provocando restrições de atuação e responsabilidades de tais entes. Um dos caminhos para fugir de tais posicionamentos é o desenvolvimento de pensamentos baseados em regiões intra-estaduais e para os municípios o modelo de regiões intra-urbanas.
- A regulação se dá por intermédio do ajuste dos *entes privados* no campo da proteção social, ademais da “construção das referências unitárias do Sistema Único por meio de normas técnicas e dispositivos de operação”, rompendo o tradicional *espontaneísmo* responsável pela valorização da ação pela sua presença, “esquecendo de examinar e garantir qualidade em seus resultados”. (SPOSATI, 2008, p.23).
- Enfim, o quinto lugar de análise – a habilitação do gestor, traduzida pela vinculação ao SUAS e pelo cumprimento de algumas exigências: conselho, plano e fundo da assistência social.

A Tabela 3 expõe que quase 80% das gestões empregam os recursos repassados pelo IGD para a realização de ações complementares; numericamente, o acompanhamento das famílias e o investimento na melhoria do programa gira em torno de 72%, independente do porte do município respondente. Á primeira vista, portanto, conclui-se que as metas estabelecidas pela criação de tal índice como ferramenta de fomento financeiro às práticas gerenciais da política demonstra bons

resultados quantitativos. Já para a pesquisa, esses resultados assumiriam o caráter qualitativo e inferem, sem averiguação e estudos específicos das circunstâncias, planejamentos e conteúdos de formulação e implementação de tais atividades, que tais estatísticas podem ser interpretadas à luz de concepções de qualidade e "ganhos" para as famílias beneficiárias.

Tabela 3 –
Emprego dos Recursos IGD para Atividades Complementares

Questão 16	Porte			Total	%
	grande	médio	pequeno		
Sim	106	587	1.341	2.034	77,3
Não	40	172	387	599	22,7
Total geral	146	759	1.728	2.633	100,0

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Análise da Pesquisa sobre Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família,** 2007.

Na Tabela 4 são elencados os tipos de serviços e programas complementares ofertados pelas gestões. Nota-se que os índices relativos às práticas de execução crescem proporcionalmente ao porte do município. De forma insipiente, o documento adota a mesma conclusão definida para a tabela anterior, sem maiores reflexões ou especificações do teor em questão. O serviço campeão é o incentivo ao "Microcrédito produtivo orientado", abrangendo 72% do quadro descrito para a categoria porte grande, aproximadamente 68% para médio porte e 61% para o pequeno porte, seguido do item "Desenvolvimento comunitário e territorial", com valores respectivos para grande, médio e pequeno porte: 63,6%, 62,2% e 50%.

Tabela 4
Áreas Contempladas – Ações Complementares

Questão 20.1	Porte			Total	%
	grande	médio	pequeno		
Alfabetização e educação de jovens e adultos	13	53	53	119	7,31%
Capacitação profissional	48	165	284	497	30,53%
Desenvolvimento comunitário e territorial	75	315	501	891	54,73%
Geração de trabalho e renda	36	102	186	324	19,90%
Acesso ao microcrédito produtivo orientado	85	346	611	1.042	64,00%
Outros	56	229	443	728	44,72%
Municípios respondentes	118	507	1.003	1.628	100,0

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Análise da Pesquisa sobre Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família,** 2007.

Contrapontos à parte das conclusões produzidas pelo documento, não restam dúvidas que os números apontam para um caminho próximo à eficiência quando da avaliação da aplicabilidade e conhecimentos sobre as funções do IGD como instrumento de incentivo às gestões e melhoria da qualidade do programa para as famílias beneficiárias. Diante de tal contexto, cabe-nos perguntar: qual a situação dos municípios baianos quanto às práticas gerenciais descritas acima? É possível identificar as dimensões debatidas por Sposati no acompanhamento do PBF nas localidades investigadas? Qual o papel dessas informações para conhecermos o “esforço” das gestões em melhorar o acompanhamento das famílias, e, acima de tudo, considerar que tais práticas estão contribuindo para o empoderamento das mulheres e não para um redimensionamento da feminização da pobreza? Esse é o tema analisado pelo próximo capítulo.

3 OS CAMINHOS DA PESQUISA

O conhecimento é o pensamento que resulta da relação que se estabelece entre o sujeito que conhece e o objeto a ser conhecido. Os caminhos da presente pesquisa se preocuparam com alguns elementos que são obrigatórios e que já fazem parte da rotina metodológica da pesquisa social. Neste sentido, uma das questões básicas seria especificar os procedimentos adequados para o desenvolvimento do projeto de investigação proposto inicialmente. É possível diferenciar pelo menos, quatro gêneros de pesquisa, considerando que nenhum tipo de pesquisa é auto-suficiente, pois, "na prática, mesclamos todos acentuando mais este ou aquele tipo de pesquisa" (DEMO, 2000, p. 22).

Fez-se a opção pela pesquisa teórico-empírica - A valorização desse tipo de pesquisa é pela "possibilidade que oferece de maior concretude às argumentações, por mais tênue que possa ser a base factual". O significado dos dados empíricos depende do referencial teórico, mas estes dados agregam impacto pertinente, sobretudo no sentido de facilitarem a aproximação prática. (DEMO, 2000, p. 37).

Os principais procedimentos metodológicos que fundamentam as análises e resultados apresentados foram a revisão bibliográfica, revisão documental (leis, portarias e decretos), ademais de levantamento de dados (informações numéricas e confecção pela autora do histórico desenhado pelo IGD acerca do esforço das gestões municipais baianas estudadas entre os segundos semestres de 2006 e de 2008, de caráter geral e específico – por áreas focalizadas pela política.

Por fim, buscou-se apoio no desenvolvimento de entrevistas com personagens que tivessem envolvimento direto com a política (sociedade civil e representantes governamentais) que nos direcionassem para a configuração das experiências gestoras para o PBF, ademais de grupos focais com o objetivo de averiguar, por meio das falas das jovens-mulheres-mães quais os significados, elementos e posicionamentos que perpassam pelo cotidiano destas mulheres, uma vez que a avaliação das ações promovidas pelas gestões descortina a realidade do quadro sócio-administrativo do Programa Bolsa Família para o recorte de gênero através da pergunta-chave que norteia o presente trabalho desde o início: é possível

afirmar que o programa é eficiente no que diz respeito ao fomento de intervenções complementares direcionadas às famílias e às jovens mulheres beneficiárias como previsto pela normativa do programa. Tal questionamento por sua vez proporcionou inquirir se o atual desenho gerencial favorece a construção e execução de condições que impulsionem o empoderamento feminino ou tão somente recaem no redimensionamento da feminização da pobreza nas localidades estudadas.

A partir de outras investigações[12] realizadas anteriormente a que se apresenta, construiu-se a hipótese sustentada pela "máxima giddensiana", ou melhor, que os princípios da política caminham em sentido contrário à prática dos "direitos com responsabilidade" no sentido de que a mesma envereda pelo sistema de valores composto pelo binômio recompensa-punição. Consideramos a idéia de outros trabalhos desenvolvidos nos últimos anos que tiveram como objeto de estudo o Bolsa Família, sobretudo, a conclusão de que a rede de proteção social pressuposta na elaboração da política, em alguns municípios baianos, não favorece a construção de um aparato sócio-administrativo que subsidie, de forma efetiva, a implementação de estratégias que reduzam o panorama de vulnerabilidade social, nas dimensões do cumprimento das condicionalidades previstas pela política (oferta de serviços básicos nas áreas de saúde, educação e assistência social).

Salientou-se, por último, as discussões sobre a posição que o paradoxo democrático referente à universalização da garantia de direitos e o contexto de um *"quasi direito"* relativo aos limites de atuação dos programas de transferência de renda com condicionalidade assumem na atual conjuntura da temática. (CALDEIRA, 2008; FOGLIA, 2007).

Definiu-se o espaço geográfico da investigação, ou seja, os municípios que iriam ser estudados, a partir do acesso às fontes de informação (gestores municipais e famílias beneficiárias), além do conhecimento prévio profissional e teórico acerca

---

[12] A temática gênero-juventude está inserida na linha de pesquisa que atuo no Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Juventudes, Identidade, Cidadania e Cultura (NPEJI), Juventude e Políticas Sociais. A outra integrante do projeto, Izabel Cristina Firmo Foglia aborda, para o mesmo projeto, o tema do Controle Social e seus instrumentos de monitoramento e fiscalização em 96 municípios baianos. O NPEJI ao longo de sua trajetória vem promovendo discussões, de forma sistemática, através de projetos de pesquisa e extensão, acerca de temas tais como: a) juventude e participação; b) juventude e raça; c) juventude e sexualidade; d)gênero e direitos; e) juventude e marcos legais.

da história das atividades gerenciais desenvolvidas por tais localidades. Selecionou-se 17 municípios pertencentes ao extremo-sul, atualmente reorganizados conforme a categoria dos Territórios de Identidade V (litoral sul) e VII (extremo sul).

O recorte histórico-temporal estabelecido para a execução do projeto foi o período compreendido entre 2002 (ano anterior à criação do programa e, portanto, contexto que antecede sua criação) até o ano de 2008 (último ano de referência em que o MDS fornece os valores para o IGD).

Determinou-se uma amostragem aleatória a partir da trajetória da pesquisadora em projetos anteriores com mesmo objeto de estudo, o Programa Bolsa Família, que, consorte, foi facilitada pela experiência acumulada e revista, tanto para a revisão bibliográfico-documental, tanto para a pesquisa social, composta pelos seguintes elementos: a primeira etapa do trabalho de campo se encarregou da confecção e aplicação dos questionários a serem respondidos pelos gestores do programa e áreas específicas – saúde, educação e assistência social, assim como pelos representantes da sociedade civil (conselheiros, líderes comunitários e das instâncias de controle social), conforme detalha o instrumento de entrevista 1(ver seção apêndice) .

A amostra quantitativa do trabalho de campo está constituída pela aplicação de 3 questionários por área de focalização direta e indireta pelo programa por município (saúde, educação e assistência social), somando então ao todo 153 instrumentos de entrevista. Os critérios de seleção ainda contaram com a delimitação de alguns aspectos: os municípios investigados apresentaram IGD inicial < 0,6 e crescimentos, decréscimos e não-variação para o valor final e para os ICs (saúde ou educação) até o segundo semestre de 2008.

No que diz respeito à etapa dedicada aos grupos focais (Gfs), a literatura especializada nos traz muitas opções para a elaboração sistemático do escopo teórico a ser utilizado como referência para a construção da estrutura de tal metodologia. Em geral os GFs estão associados à idéia de grupos de debates organizados em torno de uma temática. Para uma pesquisa social e para processos de avaliação de políticas sociais é válido destacar que o aspecto qualitativo, representado pelas vozes e silêncios dos participantes seja um elemento

fundamental para enveredarmos por caminhos e interpretações acerca do projeto e o alcance dos seus objetivos em medida que dados e indicativos quantitativos muitas vezes mascaram a realidade.

De fato, essa técnica que vem ganhando cada vez mais espaço nas áreas das Ciências Sociais pode ser considerada como uma metodologia muito rica no que concerne o esforço analítico aplicado para a (re)interpretação e trabalho em consonância com as demandas dos sujeitos já que os coloca em posição de privilegio no campo metodológico. Nesse sentido, trabalhar com GFs, consente ao pesquisador-avaliador a construir uma postura crítica e dialética sobre as temáticas e sujeitos envolvidos, e, sobretudo, licencia tal ação para a valoração dos resultados obtidos pelo projeto de pesquisa. Como alerta Bernardete Angelia Gatti (2005, p.17) é necessário ao pesquisador “um certo grau de teorização sobre o tem em foco, que o pesquisador deve ter elaborado para seus propósitos”.

Para estudos anteriores como o de A.R. Rodrigues (1988), grupo focal pode ser entendido como “uma forma rápida, fácil e prática de pôr-se em contato com a população que se deseja investigar”, ao passo que E.S. Gomes e E.F. Barbosa (1999) complementam que “o grupo focal é um grupo de discussão informal e de tamanho reduzido, com o propósito de obter informações de caráter qualitativo em profundidade”. Já R.A. Krueger (1996) acredita ser o grupo focal uma metodologia em que “pessoas reunidas em uma série de grupos possuem determinadas características e que produzem dados qualitativos sobre uma discussão focalizada”.

O contato prévio com as jovens mulheres beneficiárias do Bolsa Família ocorreu de maneira informal e com resultados não esperados inicialmente. Com o auxílio dos representantes governamentais e não-governamentais (professores, diretoras de escolas e gestores municipais) os grupos focais tiveram participação total do quantitativo convidado para as reuniões. Após a confecção das cartas-convite em que se apresentou de forma clara e resumida os objetivos da pesquisa ao público respondente, o desenvolvimento da metodologia foi executado conforme roteiro de debate (ver capítulo IV).

Como parâmetro foi decidido que um número adequado seria entre 05 e 10 participantes por grupo focal, com margem para mais de 15 convidadas por grupo.

No entanto, o trabalho empírico deparou-se com a surpresa de intensa e numerosa participação das jovens-mulheres-mães convidadas (ver na seção Anexo a carta convite e termo de consentimento), o que resultou em uma média de 11 pessoas por grupo, totalizado a presença de 187 mulheres nos 17 grupos realizados, cuja análise será tema do capítulo IV.

3.1 Pesquisa Social - Análise e Resultados dos Formulários.

O dever da revisão de literatura possibilitou conhecer idéias e teorias relacionadas ao histórico e às atribuições das políticas de transferência de renda direta com condicionalidade em que pese o entendimento fundamental sobre as relações entre estratégias de focalização, justiça social e princípios da igualdade e da diferença. Ao mesmo tempo, as diversas leituras sobre o fenômeno das ações afirmativas e dos caminhos contrários à universalização dos direitos conduziram a dissertação a optar pela investigação da feminização da pobreza no Brasil em que pondere as funções do Estado e da sociedade civil na indução e condução das redes e programas sociais que têm como pano de fundo, um cenário marcado pelas relações corporativas, democráticas e emancipatórias.

Por outro lado, buscou-se entender quais os caminhos percorridos pela integração de um Estado regulador e participativo (convivência social legislação/ políticas públicas), a sociedade (espaço público) e as famílias (espaço privado, laços de pertença e de afetividade).

Após a revisão prévia de literatura foi executada a última etapa da pesquisa de campo entre os meses de dezembro e janeiro de 2009. As etapas anteriores foram desenvolvidas ao longo de 2007 e 2008, quando da ocasião do desenvolvimento do projeto de investigação “Juventudes, Gênero e Programa Bolsa Família” do (NPEJI), alocado no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil – CNPq e das atividades profissionais[13] na Secretaria Municipal da Assistência Social de

[13] Destaca-se a oportunidade de atuar nas áreas investigadas pelo projeto: saúde, educação e assistência social em que foi possível conhecer na prática a dinâmica do Bolsa Família, instâncias de controle social e a experiência do Orçamento Participativo para o desenvolvimento da gestão do

Alagoinhas (SEMAS) e de consultoria para a Fundação Luís Eduardo Magalhães (FLEM), em que levantou-se as primeiras informações, ademais de produção bibliográfica resultante do estudo.

As primeiras ações da investigação se preocuparam em levantar o histórico apresentado pelas gestões baianas referente aos índices de avaliação do IGD. Conforme já citado no capítulo 2, o MDS criou um instrumento numérico que indicasse a atuação dos municípios em relação ao acompanhamento dos serviços básicos (saúde e educação) ofertados às famílias beneficiárias. O cálculo do IGD é feito através da somatória dos índices específicos para cada área, em que se ressalta que a Assistência Social não compõe o resultado final, ainda que o MDS justifique que tal ausência se deve à inexistência de ferramentas matemáticas para a construção de estatísticas. O MDS então considera como ação da Assistência Social a atividade de cadastro das famílias no CADÚNICO, ademais de sua atualização constante. Para tanto, foram criados índices para estes dois produtos que integrados aos outros, perfazem quatro elementos: ICG (índice IGD geral), ICS (índice saúde geral), ICE (índice educação geral), ICVC (índice de validade dos cadastros) e ICAC (índice de atualização dos cadastros).

Os índices descritos nas Tabelas 5, 6,7,8,9 e 10 foram coletados no *site* oficial do MDS e são de domínio público, ou seja, qualquer cidadão pode acessar o portal e verificar os dados. Entretanto, ressaltamos que as informações dos semestres e anos anteriores são retiradas da página. Isso significa que o pesquisador tem acesso apenas aos últimos resultados referentes ao último mês de avaliação, período de 2008.2. Nesse sentido, destaca-se que a coleta só foi possível graças ao trabalho de registro nos últimos dois anos da pesquisadora.

Deve-se lembrar que os relatórios municipais, por exemplo, para a saúde só são enviados duas vezes ao ano, em geral nos meses de julho e dezembro. Para a educação, os relatórios da freqüência escolar são enviados pela primeira vez no início do ano letivo, referente ao primeiro trimestre, seguido por prazos bimestrais.

---

programa. Pela FLEM coordenei a avaliação do Programa Jovens Baianos - Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário/experiência Salvador-Bahia - elemento fundamental para fortalecer meus laços teóricos com a temática Juventudes/Gênero/Políticas Sociais.

Para os ICVC e ICAC não são estipulados prazos definidos, entretanto, as gestões precisam adotar práticas constantes para essas ações.

O objetivo desse levantamento foi identificar os números apresentados pelas gestões baianas no que se refere ao acompanhamento das famílias do Bolsa Família. Tais registros demonstram “o esforço” dedicado dos gestores e das equipes de cada área para o bom desenvolvimento do programa, além de mapear as perspectivas gerenciais, o desenho federativo e articulação intersetorial.

O segundo capítulo mostra que o princípio da intersetorialidade é fundamental para a articulação entre os diversos agentes públicos e sociais em torno de uma prioridade de governo e, sobretudo, de um imperativo ético: a erradicação da fome e da exclusão social no Brasil.

3.2 Práticas Gestoras e o Acompanhamento das Condicionalidades.

A Tabela 5 traz a variação do IGD geral entre o período de 2006.2 para 2008.2 para os 17 municípios abordados: Arataca, Belmonte, Camacan, Eunápolis, Guaratinga, Ibirapuã, Ilhéus, Itaju do Colônia, Mascote, Nova Viçosa, Pau Brasil, Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália, Santa Cruz da Vitória, Santa Luzia, Una e Vereda.

Tabela 5 - Acompanhamento do IGD geral para o período de 2006.2 a 2008.2 apresentado pelas gestões baianas.

Município	IGD/2006.2	IGD/2007.1	IGD/2007.2	IGD/2008.1	IGD/2008.2
Arataca	0,44	0,64	0,66	0,68	0,71
Belmonte	0,48	0,48	0,61	0,71	0,61
Camacã	0,49	0,49	0,54	0,57	0,68
Eunapólis	0,49	0,49	0,56	0,66	0,68
Guaratinga	0,56	0,56	0,45	0,55	0,62
Ibirapuã	0,42	0,52	0,56	0,66	0,66
Ilhéus	0,48	0,58	0,60	0,64	0,68
Itaju do Colônia	0,58	0,68	0,70	0,80	0,78
Mascote	0,42	0,52	0,62	0,72	0,71
Nova Viçosa	0,49	0,59	0,75	0,85	0,81
Pau Brasil	0,52	0,62	0,66	0,70	0,71
Porto Seguro	0,51	0,61	0,63	0,65	0,63
Santa Cruz de Cabrália	0,47	0,57	0,81	0,81	0,80
Santa Cruz da Vitória	0,53	0,83	0,81	0,81	0,78
Santa Luzia	0,52	0,62	0,59	0,69	0,71
Una	0,57	0,57	0,51	0,61	0,66
Vereda	0,54	0,74	0,64	0,70	0,73
Total	**17**	**17**	**17**	**17**	**17**

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Disponível através de www.mds.gov.br. Elaboração da autora.

Tomamos como referência de avaliação o segundo semestre de 2006 e o segundo semestre de 2008. Tal escolha se justifica pelo fato de que os números apresentados entre o ano de 2007 e primeiro semestre de 2008 não possuem significado relevante para qualquer alteração para as análises desenvolvidas. Para o IGD geral (Tabela 5), constata-se que todos os municípios aumentaram o índice (inicialmente abaixo de 0,6 – média estipulada pelo MDS para uma boa gestão), perfazendo um total de 100%. Em 2006.2 o ICS (Tabela 6) indica que quase 82,35% das gestões estavam com avaliação inferior a 0,4 (aquém da média). Para 2008.2, apenas 29,41% das localidades estão acima de 0,6 e em alguns casos, como Arataca, Belmonte, Camacan, Guaratinga, Ilhéus, Pau Brasil e Una os índices não ultrapassam a casa dos 0,20, quando não, registram valor 0,0. As demais gestões não sofreram mudanças relevantes.

Tabela 6 - Acompanhamento do IGD Saúde para o período de 2006.2 a 2008.2 apresentado pelas gestões baianas.

Município	IGD/2006.2	IGD/2007.1	IGD/2007.2	IGD/2008.1	IGD/2008.2
Arataca	0,21	0,21	0,30	0,39	0,13
Belmonte	0,12	0,12	0,32	0,63	0,14
Camacã	0,04	0,04	0,34	0,67	0,08
Eunápolis	0,16	0,16	0,46	0,53	0,25
Guaratinga	0,00	0,00	0,30	0,55	0,00
Ibirapuã	0,05	0,05	0,25	0,38	0,92
Ilhéus	0,29	0,29	0,23	0,26	0,18
Itaju do Colônia	0,56	0,56	0,58	0,64	0,65
Mascote	0,06	0,06	0,16	0,39	0,26
Nova Viçosa	0,00	0,01	0,41	0,58	0,65
Pau Brasil	0,13	0,13	0,43	0,59	0,08
Porto Seguro	0,40	0,40	0,40	0,37	0,31
Santa Cruz de Cabrália	0,17	0,17	0,37	0,56	0,37
Santa Cruz da Vitória	0,52	0,72	0,78	0,88	0,80
Santa Luzia	0,37	0,37	0,41	0,55	0,38
Una	0,06	0,06	0,26	0,58	0,08
Vereda	0,59	1,00	1,00	0,87	0,63
Total	**17**	**17**	**17**	**17**	**17**

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Disponível através de www.mds.gov.br. Elaboração da autora.

Para a educação (Tabela 7), a variação do ICE possui uma exposição superior à da saúde. Em 2006.2, aproximadamente 41,17% estavam abaixo de 0,4 (valor de maior ocorrência) e em 2008.2 subiu para quase 94,11% com indicação maior que 0,6. Para a validade dos cadastros, 2006.2 indica que o ICVC (Tabela 9) passou de 76,48% (com referência menor que 0,6) para 94,11 (acima de 0,6).

Tabela 7 - Acompanhamento do IGD Educação para o período de 2006.2 a 2008.2 apresentado pelas gestões baianas.

Município	IGD/2006.2	IGD/2007.1	IGD/2007.2	IGD/2008.1	IGD/2008.2
Arataca	0,35	0,65	0,75	0,85	0,26
Belmonte	0,29	0,29	0,19	0,02	0,87
Camacã	0,24	0,34	0,58	0,78	0,76
Eunapólis	0,14	0,24	0,56	0,73	0,75
Guaratinga	0,50	0,60	0,62	0,54	0,79
Ibirapuã	0,53	0,63	0,72	0,79	0,74
Ilhéus	0,49	0,59	0,79	0,98	0,92
Itaju do Colônia	0,43	0,53	0,73	0,84	0,87
Mascote	0,46	0,66	0,70	0,81	0,91
Nova Viçosa	0,47	0,58	0,68	0,87	0,91
Pau Brasil	0,17	0,33	0,46	0,64	0,67
Porto Seguro	0,34	0,45	0,53	0,62	0,72
Santa Cruz de Cabrália	0,44	0,44	0,56	0,92	0,95
Santa Cruz da Vitória	0,71	0,81	0,76	0,65	0,83
Santa Luzia	0,53	0,63	0,71	0,77	0,85
Una	0,65	0,75	0,69	0,57	0,89
Vereda	0,28	0,48	0,52	0,66	0,71
Total	**17**	**17**	**17**	**17**	**17**

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Disponível através de www.mds.gov.br. Elaboração da autora.

Por sua vez, o ICAC (Tabela 9) para 2006.2 era de 58,93% (com referência de 0,6) e atingiu o teto máximo em 2008.2 com cobertura total acima de 0,6. À primeira vista, as impressões nos levam a concluir que as gestões baianas demonstraram interesse e desenvolvimento de ações para o cumprimento do envio dos relatórios para as todas as áreas; no entanto, há que se considerar que o somatório final é resultado da integração de todos os setores, o que significa que a boa manutenção dos índices para a validade (Tabela 8) e atualização (Tabela 9) dos cadastros está garantindo um IGD geral dentro da média, ou seja, com peso igual à metade dos valores na média aritmética conforme Tabela 10 (ver municípios em destaque: Arataca, Belmonte, Camacã e Pau Brasil).

A leitura dessas informações nos levou a questionar quais são as estratégias e instrumentos usados pelas gestões municipais para o acompanhamento das famílias e conseqüente resultado. Não por menos, tal questionamento perpassa pela indagação acerca da relação entre números e práticas gerenciais nas localidades.

Fez-se oportuna, nesse sentido, a construção de um instrumento de pesquisa que contemplasse os questionamentos e objetivos da investigação, uma vez que os índices acima mostram a fotografia intersetorial do Bolsa Família, mas não sua dinâmica e observações específicas, são então, os dados trazidos pelas Tabelas 11, 12 e 13.

Tabela 8 - Acompanhamento do IGD para Validade dos Cadastros para o período de 2006.2 a 2008.2 apresentado pelas gestões baianas.

Município	**IGD/2006.2**	**IGD/2007.1**	**IGD/2007.2**	**IGD/2008.1**	**IGD/2008.2**
Arataca	0,56	0,67	0,73	0,80	0,83
Belmonte	0,40	0,54	0,72	0,87	0,92
Camacã	0,47	0,58	0,59	0,60	0,59
Eunapólis	0,41	0,53	0,60	0,74	0,79
Guaratinga	0,56	0,65	0,70	0,75	0,76
Ibirapuã	0,40	0,48	0,65	0,75	0,86
Ilhéus	0,34	0,43	0,47	0,59	0,64
Itaju do Colônia	0,51	0,62	0,70	0,80	0,86
Mascote	0,36	0,46	0,64	0,71	0,75
Nova Viçosa	1,00	0,73	1,00	0,97	1,00
Pau Brasil	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Porto Seguro	0,59	0,59	0,63	0,78	0,82
Santa Cruz de Cabrália	0,67	0,70	0,80	0,97	1,00
Santa Cruz da Vitória	0,68	0,78	0,81	0,89	0,91
Santa Luzia	0,45	0,52	0,60	0,66	0,69
Una	0,43	0,47	0,50	0,58	0,68
Vereda	0,40	0,48	0,56	0,62	0,67
Total	**17**	**17**	**17**	**17**	**17**

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Disponível através de www.mds.gov.br. Elaboração da autora.

Tabela 9 - Acompanhamento do IGD de Atualização dos Cadastros para o período de 2006.2 a 2008.2 apresentado pelas gestões baianas.

Município	IGD/2006.2	IGD/2007.1	IGD/2007.2	IGD/2008.1	IGD/2008.2
Arataca	0,67	1,00	0,80	0,96	0,78
Belmonte	0,54	0,93	0,87	0,97	0,87
Camacã	0,58	1,00	0,60	0,94	0,67
Eunapólis	0,53	1,00	0,74	0,86	0,65
Guaratinga	0,65	0,99	0,75	0,92	0,61
Ibirapuã	0,48	0,92	0,75	0,91	0,66
Ilhéus	0,43	0,98	0,59	0,89	0,82
Itaju do Colônia	0,62	1,00	0,80	0,94	0,76
Mascote	0,46	0,87	0,71	0,95	0,87
Nova Viçosa	0,73	1,00	0,97	0,91	0,79
Pau Brasil	1,00	1,00	1,00	0,97	0,62
Porto Seguro	0,59	0,99	0,78	0,79	0,71
Santa Cruz de Cabrália	0,70	0,94	0,97	0,88	0,73
Santa Cruz da Vitória	0,78	1,00	0,89	0,95	0,66
Santa Luzia	0,52	0,96	0,66	0,91	0,84
Una	0,47	0,99	0,78	0,92	0,73
Vereda	0,48	1,00	0,62	0,89	0,73
Total	**17**	**17**	**17**	**17**	**17**

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Disponível através de www.mds.gov.br. Elaboração da autora.

Tabela 10 - Média Aritmética dos Índices (Geral, Condicionalidades, Validade e Atualização dos Cadastros) para o período de 2006.2 a 2008.2 apresentados pelas gestões baianas.

MUNICÍPIOS	MÉDIA IGD GERAL	MÉDIA IGD SAÚDE	MÉDIA IGD EDUCAÇÃO	MÉDIA IGD VALIDADE DOS CADASTROS	MÉDIA ATUALIZAÇÃO DOS CADASTROS
Arataca	**0,63**	**0,25**	**0,57**	**0,72**	**0,84**
Belmonte	**0,58**	**0,30**	**0,33**	**0,69**	**0,84**
Camacã	**0,55**	**0,23**	**0,54**	**0,57**	**0,76**
Eunapólis	0,58	0,31	0,48	0,61	0,76
Guaratinga	0,55	0,17	0,61	0,68	0,78
Ibirapuã	0,56	0,33	0,68	0,63	0,74
Ilhéus	0,60	0,25	0,75	0,49	0,74
Itaju do Colônia	0,71	0,60	0,68	0,70	0,82
Mascote	0,60	0,19	0,71	0,58	0,77
Nova Viçosa	0,70	0,33	0,70	0,94	0,88
Pau Brasil	**0,64**	**0,27**	**0,45**	**1,00**	**0,92**
Porto Seguro	0,61	0,38	0,53	0,68	0,77
Santa Cruz de Cabrália	0,69	0,33	0,66	0,83	0,84
Santa Cruz da Vitória	0,75	0,74	0,75	0,81	0,86
Santa Luzia	0,63	0,42	0,70	0,58	0,78
Una	0,58	0,21	0,71	0,52	0,78
Vereda	0,68	0,82	0,53	0,54	0,74
Total	**17**	**17**	**17**	**17**	**17**

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Disponível através de www.mds.gov.br. Elaboração da autora.

Tabela 11 – Rota 5. Dados referentes à situação da Educação no acompanhamento das famílias beneficiárias pelo Programa Bolsa-Família.

Ações: Escola/Família/Secretaria de Educação Essa ação existe no município?	**Sim**	**Não**	**Presença da ação em %**
Freqüência dos Alunos Beneficiários	17	00	100,00
Preenchimento do Relatório de Freqüência Escolar	12	05	70,58
Recebimento dos Relatórios das Escolas	12	05	70,58
Registro dessa Freqüência	13	04	76,47
Compreensão dos Procedimentos pela Secretaria	09	08	52,94
Encaminhamento dos relatórios para o Gestor	08	09	47,01
Encaminhamento dos relatórios para o MEC/CAIXA	09	08	52,94
Total	**17**	**17**	**100**

Fonte: Elaboração da autora. Rota 05. Os questionárioss foram aplicados entre 12/2008 e 01/2009 em 17 municípios baianos: Nova Viçosa, Santa Cruz de Cabrália, Santa Cruz da Vitória, Porto Seguro, Itaju do Colônia, Belmonte, Pau Brasil, Ibirapuã, Vereda, Guaratinga, Eunapólis, Mascote, Camacã, Ilhéus, Santa Luzia, Una, Arataca.

A interpretação dos dados a seguir está orientada segundo os caminhos da política, previstos pela proposta de desenho federativo do atual governo federal. Quando nos debruçamos sobre os resultados gerais do programa, vê-se que em sua totalidade houve melhoria em relação ao envio e registro de informações. Em teoria, representa o desenvolvimento da pactuação entre estratégias de proteção e promoção social com os programas implantados por estados e municípios e pelo Distrito Federal. Teríamos então, com eficiência, a integração dos elementos básicos de tal desenho: cooperação, coordenação, co-responsabilidades e, finalmente, a gestão compartilhada entre os entes federados.

No que diz respeito ao quadro da saúde há uma demonstração de que as estratégias de articulação, adesão e descentralização estão à margem da administração pública municipal; para além desse fator, consideramos a falta de comunicação entre as esferas municipal, estadual e federal haja vista que problemas presentes no envio e registro de dados em sua maioria é explicado pela ausência de contato entre os responsáveis[14].

Quando cruzamos os resultados das duas etapas da pesquisa de campo nos deparamos com um contexto que legitima os índices para essa condicionalidade que não apresentou melhorias entre o mês de julho de 2006 e dezembro de 2008,

[14] Ver na seção Anexos o quadro com o mapa dos principais problemas e desafios enfrentados pelos municípios.

permanecendo com avanços na avaliação apenas 35,70% dos 29,4% que tem média acima de 0,6. A Tabela 12 denuncia que apenas 58,82% das gerências da saúde documentam o acompanhamento realizado nos Postos de Saúde da Família (PSFs) e pelo trabalho dos agentes comunitários de saúde (AGC), enquanto 17, 64% enviam as informações para o MDS, contra 64,70% encaminham para diretamente para o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN).

Tabela 12 – Rota 5. Dados referentes à situação da Saúde no acompanhamento das famílias beneficiárias pelo Programa Bolsa-Família.

Informações da Saúde **Essas ações são cumpridas no município?**	**Sim**	**Não**	**Presença da ação em %**
Registro do Acompanhamento às Famílias beneficiárias pelo PBF	10	07	58,82
Encaminhamento dos Relatórios para o Gestor	03	14	17,64
Encaminhamento dos Relatórios para o SISVAN	11	06	64,70
Total	**17**	**17**	**100**

Fonte: Elaboração da autora. Rota 05. Os questionárioss foram aplicados entre 12/2008 e 01/2009 em 17 municípios baianos: Nova Viçosa, Santa Cruz de Cabrália, Santa Cruz da Vitória, Porto Seguro, Itaju do Colônia, Belmonte, Pau Brasil, Ibirapuã, Vereda, Guaratinga, Eunapólis, Mascote, Camacã, Ilhéus, Santa Luzia, Una, Arataca. Do total, 03 não souberam responder ou não houve presença de representantes da área da Saúde durante a reunião aos itens 02 e 03.

Isso denota que as secretarias de saúde não cumprem o acordo federativo que preza pela cooperação entre gestão do Bolsa Família e gestões por áreas. Outra observação relevante ocorre quando nos atentamos para o fato de que, os índices nulos relacionados ao (ICS), ou seja, o não recebimento do acompanhamento desenvolvido pelas equipes de saúde como mostram os dados do Ministério da Saúde alertam para um problema: qual a garantia que o governo federal possui de que as famílias, e em especial, as jovens mães-mulheres estão sendo atendidas pelos serviços básicos de pré-natal, vacinação, acompanhamento de peso e medida das crianças e orientações acerca do aleitamento materno?

Para a educação, a perspectiva desenhada pelos números institucionais organizados pela Tabela 11 revela que, para o aspecto educacional, cuja representatividade única é a presença das crianças e adolescentes nas escolas, vê-se que quando questionamos se há intersetorialidade, isto é, articulação entre a gestão PBF, escolas e Secretarias de Educação? 100% dos questionários mostram

que há freqüência escolar está sendo realizada; 70,58% preenchem os relatórios de freqüência escolar e afirmam que recebem das escolas os relatórios com a freqüência, enquanto 76,47% confirmam o registro da mesma. Apenas 52,94% afirmam compreender os procedimentos referentes aos itens anteriores. Do total, 47,01% encaminha os relatórios aos gestores do programa contra a declaração de envio de relatórios diretamente ao MEC/CAIXA de 52,94%.

Em que pese a relevância dos índices coletados é essencial fazermos algumas ponderações: apesar de superar quase em mais de 70% as ações que formam o conjunto da educação, as parcelas que correspondem à negativa das perguntas desenham um quadro preocupante em relação à situação do acompanhamento da educação.

Garantir a presença das crianças e adolescentes nas escolas por um período do dia pode ser caracterizado como primeiro passo no processo de acesso à educação dessas meninas, meninos e adolescentes. Todavia, esse elemento não se caracteriza como metas a curto prazo e sim a longo prazo, haja vista a complexidade do processo educacional. Significa, portanto, que o programa não possui nos primeiros anos de sua existência uma visão de futuro para que se interrompa o ciclo intergeracional da pobreza, situação que confirma os problemas apontados pela primeira etapa da nossa pesquisa.

Percebe-se que não há coerência entre as ações desenvolvidas pelas gestões, secretarias e escolas: se existe a garantia do controle sobre o cumprimento do ICE, o mesmo não podemos dizer sobre a qualidade desses relatórios enviados ao MEC. Como estão sendo preenchidos esses relatórios, se apenas um pouco mais do que 50% dos municípios entrevistados possuem informações e orientações corretas que formam o conhecimento ideal para essa atividade?

Considera-se que a escolarização, mecanismo utilizado pelas políticas sociais nas duas últimas décadas no contexto latino-americano, sobretudo, no Brasil, no trabalho de redução das desigualdades sociais, é considerada pelo universo teórico para tal temática, elemento essencial para a promoção do capital cultural e social de crianças e jovens no que diz respeito à garantia de direitos promovida pelo Estado, ao desenvolvimento dos indivíduos, considerando a amplitude de seu conceito e

principalmente à ruptura do ciclo geracional de pobreza que acomete maior parte da população nos países em desenvolvimento.

De fato, é pertinente afirmar que a garantia de direitos caminha pelos processos das redes de sociabilidade e solidariedade social, isto é, uma garantia caracterizada pelo papel do Estado e já não somente pelas políticas criadas para atender essa demanda, muitas vezes instrumentos usados para satisfazer políticas de governo com tempo de vida determinado por mandatos e não por elementos que integrem a ação estatal. Não por menos, a literatura internacional vem discutindo a idéia de solidariedade social, a exemplo dos escritores de Z. Bauman (2001) e Boaventura de Souza Santos (1997) quando abordam a concepção de cidadania – mais plural, diversa e solidária na construção de espaços públicos democráticos onde os sujeitos-representantes da sociedade civil assumem essa ação.

Em contrapartida percebemos que as políticas públicas voltadas à melhoria da educação e de seus mecanismos ainda atendem as aspirações do modelo neoliberal que se instalou no país, apesar das tentativas de criação de programas que visem à educação como fator fundamental da efetiva sustentabilidade econômica e social do Brasil, como é o caso dos debates, políticas e dos estudos elaborados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento para a América Latina nos últimos anos.

Nos últimos anos, os programas sociais criados pelo governo federal brasileiro como o Brasil Alfabetizado (Ministério da Educação), direcionado à educação de jovens e adultos (EJA), o antigo Agente Jovem, substituído pelo Projovem e o próprio Bolsa Família – composto pela integração de programas criados na gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, como o Bolsa Escola que tem como objetivo primeiro garantir o direito a educação (traduzida pelo acesso à escola), são exemplos de políticas que venham a contribuir para a erradicação da extrema pobreza e o início da conquista pela cidadania daqueles sujeitos que estão em condição de vulnerabilidade social e elegíveis para a ação de inclusão social.

Ademais, o número superior de municípios que enviam os relatórios diretamente ao MEC ou a Caixa Econômica implica um complicador importante: se,

por um lado, encontramos a descentralização nessa atividade, perdem-se as articulações entre a gestão PBF, as secretarias e escolas. Nesse caso, a gestão acaba por não ter acesso aos documentos antes do envio, impedindo uma possível avaliação e fiscalização de informações incorretas e um conhecimento do trabalho que está sendo desenvolvido. Um número considerável de municípios alega falta de funcionários e contribuição entre essas instituições, o que prejudica a intersetorialidade prevista pela política.

O âmbito sócio-administrativo da Assistência Social caracteriza o contexto de oferta de serviços da proteção social básica e especial e nos apresenta como maior complicador e desafio a ser superados pelas gestões. O primeiro questionamento a ser feito se refere à priorização das famílias, e em especial, das mulheres, como unidades interventoras da política. É necessário, antes de qualquer observação, lembrar que que a assistência social é a única que não possui valor numérico que participe e interfira diretamente no cálculo do IGD e, portanto, na avaliação do programa e das gestões locais. Isso significa que a mesma possui uma função de suporte às ações complementares à saúde e à educação, para não esquecermos o CadÚnico.

Tal elemento se sobressai nas análises, em decorrência de que o mesmo não está inserido no quadro de exigências pactuais no que responde pela fiscalização direta. Quando questionados se o município possui instrumentos para acompanhar as condicionalidades e se há algum plano de aplicação do IGD, apenas 17,64% afirmam ter tais ferramentas. Aproximadamente 11,76% declaram que nesse mesmo instrumento há integração entre a Assistência Social e o PBF, contra 35,2% estão habilitados na área através da implementação do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Finalmente, 11,76% afirmam que o recurso do IGD é aplicado nas atividades do CRAS.

Ressaltamos também, o fato de que em muitos casos, a Secretaria de Assistência Social é a responsável pela gestão do programa, o que denuncia a frágil atuação no que tange à proposta de aplicação dos recursos disponibilizados pelo MDS à melhoria da política através da promoção de programas complementares de

geração de renda e de educação de jovens e adultos, símbolos da porta de saída do PBF.

Caminhando pela busca das respostas acerca do problema que cerca tal estudo, nos deparamos com a realidade vivida pelas mulheres nesses municípios: nenhuma gestão municipal possui instrumentos (projetos, planos e ações integradas) direcionadas à promoção da inclusão social e empoderamento feminino através do Bolsa Família (Tabela 13).

Tabela 13 – Rota 5. Dados referentes à situação da Assistência Social às famílias beneficiárias pelo Programa Bolsa-Família.

Informação da Assistência Social Essas ações são realizadas pelo município?	**Sim**	**Não**	**Presença da ação em %**
Possui instrumentos para acompanhar as condicionalidades?	03	14	17,64
Há algum plano de aplicação do IGD?	03	14	17,64
No Plano há integração entre a Assistência Social e o PBF?	02	15	11,76
O município tem o CRAS?	06	11	35,29
O Recurso do IGD é aplicado nas atividades do CRAS?	02	15	11,76
A Secretaria da Assistência, CRAS ou coordenações específicas possuem instrumentos de promoção de ações voltadas às mulheres?	00	17	0,00
Total	**17**	**17**	**100**

Fonte: Elaboração da autora. Rota 05. Os questionárioss foram aplicados entre 12/2008 e 01/2009 em 17 municípios baianos: Nova Viçosa, Santa Cruz de Cabrália, Santa Cruz da Vitória, Porto Seguro, Itaju do Colônia, Belmonte, Pau Brasil, Ibirapuã, Vereda, Guaratinga, Eunapólis, Mascote, Camacã, Ilhéus, Santa Luzia, Una, Arataca. Do total, 03 não souberam responder ou não houve presença de representantes da área da Saúde durante a reunião aos itens 02 e 03.

Tal realidade demonstra que o âmbito sócio-administrativo se caracteriza pela ineficiência da área de ações complementares do programa, ademais de não está articulado com outras políticas do governo federal, a exemplo do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (debatido pelo primeiro capítulo) que, em 2008, estabeleceu diretrizes e objetivos a partir dos debates produzidos durante as conferências de políticas públicas para as mulheres nas esferas municipal, estadual e federal.

Retomando os conselhos de Sposati (2008) elencados pelo segundo capítulo, pode-se afirmar que para o quesito do alcance da universalidade e sua representação, as condições de oferta dos serviços e para o cumprimento das

condicionalidades pelas gestões não cumpre o papel de ser constituir uma capacidade concreta de resposta por meio da distribuição de infra-estrutura de normas de atenção e de qualidade técnica de ação.

A ausência de programas complementares que levem em conta os problemas e aspectos locais e regionais termina por enfraquecer a concepção de vulnerabilidade social, haja vista que não reconhecem os riscos sociais e as potencialidades espaciais, municipalizando medidas e a fragilização da inteligência técnica estatal, comprometendo o eixo territorialização-descentralização-compartilhada-regionalização.

Se, por um lado, o programa avança no que tange o registro final do acompanhamento das famílias, por outro, se distancia dos princípios legais da política, uma vez que não atende a primazia de priorizar as famílias e seu representante legal, a mãe, como unidades de intervenção e fator de proteção social. Mais do que isso, nos perguntamos se as condicionalidades do programa não caminham em oposição à uma política integrada - ações afirmativas e princípios universalistas quando da imposição de responsabilidades que terminam desembocando em relação de culpabilização das famílias, e, principalmente, das mulheres pelo não cumprimento das contrapartidas exigidas.

Diante desta exposição, tornou-se fundamental o trabalho de escuta das jovens mães-mulheres do Bolsa Família, uma vez que consideramos a subjetividade dos depoimentos peça relevante e original quanto da avaliação das práticas gerenciais por esse grupo.

4 “QUANDO FALAM AS MULHERES”: empoderamento feminino ou redimensionamento da feminização da pobreza?

> Cada vez que escutamos ou lemos algo que dizem as mulheres, o primeiro que nos vem à mente é perguntar-nos por que o interesse que existe em escutá-las e ocupar-nos delas. Se as mulheres não foram protagonistas da história para que considerá-las; não encabeçaram movimentos revolucionários e também não participaram nos grandes acontecimentos. Que lhes podemos perguntar, então, àquelas que ao longo do tempo só foram mães, colegas, esposas ou irmãs dos homens importantes. Que nos podem dizer de interessante quem têm estado a um lado dos acontecimentos? Que importância tem escutar suas palavras? Que caso tem entrevistá-las? Que têm as mulheres de extraordinário ou de diferente que valha a pena sublinhar essa diferença e, sobretudo, convertê-las em objeto de estudo, ou bem realizar investigações nas que elas sejam as protagonistas?
>
> Ana Lau Javien, 1994.

As formas de historiar os caminhos percorridos pelas mulheres implicam determinar interrogações para um passado de ostracismo, à margem da vida pública, a uma história esquecida, constituída e narrada pelos homens. Os estudos que se propõem a analisar a vida das mulheres contemplam uma variedade de pontos que vão desde o trabalho, a política, a subjetividade e vida cotidiana, ao mesmo tempo em que questionam a visão tradicional relativa à existência de atributos de comportamento específicos para homens e mulheres. Com efeito, todas as classes de construções binárias ou dicotômicas, fundamentadas em diferenças biológicas, já algum tempo vem sendo reconsideradas por meio das disciplinas sociais, reduzindo a legitimação, por exemplo, da caracterização de certas atividades como femininas ou masculinas, refazendo as leituras de suas histórias de vida.

4.1 Dos Termos Empoderamento e Feminização da Pobreza – algumas considerações.

O II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, fruto dos debates e bandeiras defendidos nas Conferências Municipais e Estaduais ao longo de 2007, teve na Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres a reunião e a definição dos princípios norteadores de tal objeto para os anos posteriores. Um dos principais

norteadores de tal documento é a “Autonomia das Mulheres” em que preconiza a defesa do poder feminino de decidir sobre o destino de seus corpos e vida em geral, assim como “as condições de influenciar os acontecimentos em sua comunidade e país, e de romper com o legado histórico, com os ciclos e espaços de dependência, exploração e subordinação que constrangem suas vidas no plano pessoal, econômico, político e social”. (PNPM, 2008, p.8).

O “empoderamento das mulheres”, neologismo construído para definir a ação de “tomar o poder” por aqueles que carecem dele, significa para o universo feminino não um ato de subordinação das pessoas, mas a garantia dos meios necessários ao combate aos estereótipos de que são objeto e à conquista de um *status quo* social que lhes permita defender e representar idéias e comportamentos na sociedade.

Julieta Kirkwood (1986, p.32) completa essa idéia ao afirmar que “o poder não é, o poder se exerce. E se exerce em atos, em linguagem. Não é uma essência. Ninguém pode tomar o poder e guardá-lo em uma caixa forte”. Há que se considerar, principalmente, uma leitura transcultural, ou em outras palavras, dedicar merecida importância de que não se trata de importar conceitos e fazer uso instrumental dos mesmos da idéia de empoderamento feminino, como defende a pesquisadora Mary Garcia Castro (2001).

Já para a pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) e professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Ana Alice Costa (1999, p.2), “os problemas ligados às questões de poder têm sido um dos principais entraves aos projetos de desenvolvimento”.

No século XX, a partir dos anos 70, debates acerca dos rumos que objetos de investigação dos estudos de gênero e das teorias feministas ganham vozes principalmente na América Latina e Europa. Para a historiadora espanhola Maria Antonia García León, professora titular de Sociologia da Universidade Complutense de Madrid (1999), ao estabelecermos balanços, assinalarmos problemas e sublinharmos idéias e forças sobre o tema, estamos contribuindo para a disseminação da luta a favor da mudança de paradigma do significado de uma expressão escrita por D. Fernando Bertrán de Lis em 1859: “el silencio es el ornato de la mujer”.

García de León traçou muito bem o balanço da trajetória bibliográfica sobre as mulheres nas últimas décadas, tendo com referência as observações feitas por especialistas francesas, como Michel Perrot (1986), que a divide no seguinte quadro: 1. A predileção sempre presente pelos estudos do corpo, da sexualidade, da maternidade, da fisiologia feminina e das profissões próximas a "natureza feminina"; 2. A dialética relacionada às relações de poder, dominação e opressão, que assumem quase em sua totalidade, sentido tautológico, em um ato de omissão de análises que considerem o tempo e espaço dessas relações; 3. A superestimação dos estudos de discursos normativos que não delegam atenção e mérito necessários das práticas sociais e dos modos de resistência a tais discursos, o que provocam, muitas vezes, um modelo de autofascinação pela "desgraça"; 4. A ausência de conhecimento da história do feminismo e de sua articulação com a história política e social; e, finalmente, 5. A falta de reflexão metodológica e teórica.

Partilhamos da mesma ponderação da socióloga: essas debilidades, em sua maioria, já foram superadas pelos estudos feministas, talvez restando ainda, ranços referentes à predileção por estudos mais próximos a natureza feminina no mundo do trabalho, da sexualidade e da família, ainda que temas como singularidades, identidades e sexualidade estejam ganhado espaço por tais pesquisas. A estudiosa Albertina Costa ao abordar a conciliação entre trabalho e família que um dos imperativos atuais seria "enfrentar as questões e desafios suscitados pela nova configuração do mundo de trabalho e do mundo doméstico de uma óptica de gênero". (COSTA, 2007, p.535).

A autora destaca também que tal conciliação precisa iluminar o contexto em que as atribuições desiguais estabelecidas entre homens e mulheres traz, de forma nítida, "a centralidade do cuidado com as crianças pequenas para as políticas visando à equidade de gênero". Costa nos leva a refletir que tais políticas caminham pela idéia de que "as tensões decorrentes da modernização devem ser resolvidas no âmbito privado da família. São responsabilidades das mulheres...". (COSTA, 2007, p.536).

O uso do termo "empoderamento" pelas investigações de gênero e mesmo pelas agências internacionais, a citar Banco Mundial e as Organizações das Nações

Unidas (ONU) tem suas raízes atreladas à importância adquirida pela idéia de poder, seja para os movimentos sociais, seja para os estudos teóricos das ciências sociais nas últimas décadas.

Quando nos perguntamos “por que usar o substantivo empoderamento?” estamos diante do debate iniciado nos anos 90 pelas feministas quando da preocupação para com o uso do termo. Na língua espanhola, isto é, para o idioma castelhano, o termo “empoderamento” e o verbo “empoderar” significam “dar poder” e “conceber a alguém o exercício do poder”, como historia a pesquisadora Marta Elena Venier (1996). Segundo a mesma autora, tais termos não são criações recentes em que relembra aos leitores que desde a metade do século XIX, os dois conceitos já apareciam nos escritos ingleses.

Nesse sentido, utilizamos a definição de empoderamento e empoderar para nossas análises haja vista que acreditamos que tais termos caracterizam ação e dessa forma implica na transformação do sujeito em agente ativo, como resultado dos atos de movimentação que variam de acordo com cada situação concreta. (LEÓN, 1994).

Além disso, acredita-se que diante das mudanças culturais, a exemplo dos estudos acerca das transformações das atitudes das mulheres frente à história das famílias e novos desafios, é urgente identificar e debater sobre os elementos que povoam o imaginário social sobre as relações entre as mulheres e o poder. Não por menos, há que se considerar a tendência genérica de tratar o tema do empoderamento como um conceito que já faz parte das idéias sociais, em que pese muitas vezes o tratamento óbvio delegado ao termo utilizado em algumas situações investigativas. “Assim, seu sentido aparece como autoconteúdo e óbvio: empoderarse significa que as pessoas adquiram o controle de suas vidas, consigam a habilidade de fazer coisas ou de definir suas próprias agendas”. (LEÓN, 1994, p.4).

Do mesmo modo, as disciplinas utilizam tais conceitos de formas distintas, fazendo-se necessário ao investigador explicar qual a abordagem utilizada para tratar de tal temática. O uso do termo empoderamento trabalhado nos limites deste trabalho dissertativo se debruçam sobre a teoria feminista que advoga em favor do

ponto de vista que implica “uma alteração radical dos processos e estruturas que reproduzem a posição subordinada das mulheres como gênero”. (YOUNG, 1991, s.p.).

Entre 14 e 18 de julho de 1999, especialistas nos estudos de gênero participaram da Mesa Redonda “Mulheres e homens uma história em comum?” no II Congresso Internacional História em Debate, espaço que testemunhou propostas e desafios para a História das Mulheres, tema que merece destaque entre as preocupações atuais, como bem frisou a investigadora Alicia Itati Palermo, da Universidade Nacional de Luján: “A de uma história comum, ao amparo da unidade da ciência; a de uma história das mulheres sem outra referência que as próprias mulheres e a de uma história das mulheres desde o ponto de vista relacional”. (PALERMO, 2000, p.03).

Unidade privilegiada da agenda social nas últimas décadas, as mulheres vêm sendo alvo de propostas de intervenções dos programas sociais do atual governo federal que, através de políticas, buscam beneficiar esse grupo através da diminuição do peso da pobreza e da melhoria dos serviços básicos prestados pelo Estado, nas áreas da educação, saúde e assistência social. Essas ações deveriam se voltar, sobretudo, à urgência do aumento da valorização dos sujeitos e do fortalecimento de suas identidades, enfraquecidas pelo aumento constante dos vários tipos de violências sofridas e praticadas nos espaços públicos e privados, onde destacamos a violência doméstica, a de gênero e a intrafamiliar que andam na contramão da garantia dos direitos humanos. (CAVALCANTI, 2005).

No entanto, as famílias e as mulheres seguem os papéis de principais cuidadores, uma vez que

> no Brasil constata-se que o cuidar e ser cuidado nas famílias brasileiras ainda acompanha o equilíbrio entre afetos e reciprocidades em uma estrutura normativa. As mulheres, mais que os homens, e os parentes mais que os não-parentes são os preferidos no processo de intercambio intergeracional e na provisão de cuidados. (GOLDANI, 2005, p.03).

Com efeito, encontra-se ainda a simbologia das famílias como administradores da proteção social de cunho distributivo no país, em que Goldani chama atenção para a necessidade de criação de indicadores acerca das

desigualdades de gêneros nas famílias brasileiras, em que é válido frisar o argumento de Cunha (2007) ao afirmar que a posse do cartão pelas mulheres beneficiárias do Bolsa Família está diminuindo os conflitos familiares existentes entre os gêneros. Há que se considerar que tal argumento caminha na contramão da realidade brasileira denunciada pelas próprias conferências realizadas ao longo dos últimos dois anos no país. Ademais, ressalta-se a ausência de políticas e ações direcionadas ao combate de três aspectos recorrentes no universo das mulheres:

> 1) as permanências na discriminação de gênero e a urgência de conciliação entre a vida familiar e a do trabalho; 2.) a crescente responsabilidade das famílias pela qualidade de vida de seus membros e o fato de que isto depende, sobretudo, da disponibilidade de tempo das mulheres, e 3) a incorporação da perspectiva de igualdade de gênero nas políticas sociais e a necessidade de instrumentos para análise e avaliação das (des)igualdades de gênero. (GOLDANI, 2005, p,1).

Percebe-se a resistência em se incorporar à representatividade das mulheres por meio da perspectiva de sujeitos de direitos e cidadãs em potencial quando da recorrência permanente à função administradora feminina, quando não menos da transferência de responsabilidades às famílias e às mães, contribuindo assim para o ciclo intergeracional do mito da culpabilidade.

Caminhando pelo século XXI, encontramos entre os programas direcionados à construção da cidadania e à ruptura do ciclo intergeracional presente no quadro de vulnerabilidade social que caracteriza o cotidiano das meninas, adolescentes e mulheres em todo país, projetos e programas como os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres e de Igualdade Racial, Programa Gestão Pública e Cidadania, o Projeto Se Essa Casa Fosse Minha, Programa Saúde na Família e aqueles que de forma indireta se propõem a considerar o enfoque de gênero, a citar o Programa Bolsa Família. Não por menos, o II PNPM (2008) traz como um dos primeiros objetivos gerais, a promoção da autonomia econômica e financeira das mulheres, em que se destacam os aspectos perfilizadores: dimensões étnico-raciais, geracionais, regionais e de deficiência.

O Programa Bolsa Família implantado em outubro de 2003 e promulgado em 2004 com a criação da lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004 pela atual gestão do

presidente Luis Inácio Lula da Silva[15] que tem por princípio norteador o combate à fome e à pobreza no país é resultado da unificação dos Programas de Garantia de Renda Mínima (PGRM) – Bolsa Alimentação, Bolsa Escola e Programa Auxílio-Gás com a pretensão de uma gestão descentralizada, com destaque para a intersetorialidade entre os entes federados, com a participação comunitária e o controle social.

As dimensões que pautam o programa estão articuladas de forma que promovam o "alívio imediato da pobreza" através da transferência direta da renda às famílias beneficiárias, reforcem ação dos direitos básicos nas áreas da Saúde e Educação utilizando as condicionalidades (ferramentas criadas para controlar e "garantir" o acesso aos serviços médicos e a presença de crianças e adolescentes nas escolas), "o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações". (MDS, 2004).

Por último, a política prevê o trabalho de coordenação de programas complementares que visam o desenvolvimento do capital econômico, cultural e social das famílias, por meio de ações nas áreas de geração de emprego e renda, alfabetização de jovens e adultos e documentação como registros civis.

O empoderamento da mulher é um dos sub-temas alocado na agenda social do programa, apesar de não ser incorporado legalmente por sua normativa e diretrizes. De fato, a primeira avaliação de âmbito nacional que traça o perfil das famílias beneficiárias do PBF, realizado em março de 2007 e publicado em 21 de agosto de 2007 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), traz uma fotografia e não um diagnóstico de como o programa está sendo desenvolvido e acompanhado nos municípios.

---

[15] O Programa Bolsa Família foi considerado pela opinião pública e pelos analistas da última eleição presidencial no país, elemento-chave para a reeleição do presidente Lula. Fábio Soares et al (2006, p.09) elucida muito bem essa idéia ao concluir que: "Por ter sido estabelecido por uma medida de origem presidencial, o Bolsa Família é quase que automaticamente associado ao governo que o instituiu e mantém. Em decorrência dessas diferenças, governos específicos, por um lado, não recebem créditos políticos diretos pela administração do BPC e, por outro, são imediatamente identificados ao Bolsa Família. Evidência disso são as disputas pela paternidade política do Bolsa Escola e demais programas de transferência de renda e de seu sucessor, o Bolsa Família, muitas vezes levadas ao extremo de se negar qualquer relação entre eles".

O documento utiliza como referência de análise, os dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD), realizada em 2006, onde compara estatísticas referentes às condições de moradia, saneamento básico e escolaridade ao número de famílias pobres, homens, mulheres, adolescentes e crianças considerando as categorias raça-etnia e faixa etária. Identificamos como problemas de ordem maior, a não-convergência de elementos referenciais fundamentais para o estudo comparativo, como demonstra as confusões conceituais acerca da família contemporânea. Entendemos, portanto, que há um prejuízo que recai nas interpretações sócio-econômicas do instrumento, haja vista as considerações produzidas pelo mesmo.

Em paralelo, os pesquisadores Marcelo Medeiros (2007), coordenador do IPEA no Centro Internacional de Pobreza (IPC) /Programas das Nações Unidas (PNUD), a pesquisadora visitante do IPC, Tatiana Britto e o técnico da coordenação do IPEA no Centro Internacional de Pobreza (IPC) /Programas das Nações Unidas (PNUD), Fábio Soares, em artigo recente sobre o programa, dedicam um sub-capítulo à temática gênero e sua relação com os resultados do Bolsa Família ao longo dos primeiros três anos de vida.

O estudo traz alguns argumentos favoráveis à assertiva relacionada à concretização de uma realidade crescente do empoderamento das mulheres beneficiárias do programa ou ligadas à gestão do Bolsa Família. Como referência para essa ponderação, os pesquisadores baseiam suas críticas na Avaliação desenvolvida pela Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento –AGENDE para o MDS em 2006 com apoio do Departament for International Development.

Nos limites desse capítulo, nosso intuito é apresentar algumas considerações acerca das perspectivas defendidas pelo MDS que afirmam o crescimento de elementos que justifiquem o aumento do empoderamento feminino das beneficiárias (entendido pela mesma tônica da presente investigação como autonomia significada pelo poder de combater o ciclo e locais de dependência, bem como elementos exploradores e de subordinação que tragam constrangimentos nas dimensões econômicas, políticas e pessoal) do Programa Bolsa Família através da transferência direta da renda e pelo índice ocupacional da gestão do programa pelas

mulheres. Ademais, o presente capítulo se propõe a atender o segundo objetivo específico construído pelo projeto de pesquisa, mapear os programas e ações complementares direcionadas às mulheres beneficiárias da política, acerca das intervenções diretas e indiretas que contribuam para o empoderamento feminino e eliminação dos testemunhos do fenômeno da feminização da pobreza nos municípios analisados.

A variabilidade do termo empoderamento impõe aos estudos desde uma perspectiva da sociologia da família, o confronto entre a abordagem dos estudos de gênero e a abordagem governamental dos últimos anos no Brasil. Ao mesmo tempo, configura-se como imprescindível o debate sobre a feminização da pobreza, uma vez que tal investigação se propôs a confrontar tal temática com os trabalhos desenvolvidos pelas gestões municipais relacionados ao empoderamento feminino.

Por “feminização da pobreza”, este estudo entende que se trata de uma leitura não voltada para “o crescimento das mulheres entre os pobres, mas como aumento da visibilidade estrutural da pobreza das mulheres”, como advoga Castro (1999, p.89). De certo, há que destacar a trajetória histórica do trabalho feminino, seja

> no cuidar dos filhos, da casa, do marido (que) não seria contabilizado na produção de riqueza e que, por outro lado, se considerada não a renda familiar, mas renda individual, seriam as esposas, e não as chamadas mulheres chefes de família (principalmente se da mesma faixa etária), as que mais se destacariam como mais pobres entre os pobres..... (CASTRO, 1999, p.92).

O argumento levantado por Castro nos permite afirmar que há um paradoxo em relação ao conceito de feminização da pobreza em que num contexto econômico neoliberal, apesar do aumento considerável da participação das mulheres no mercado de trabalho desde a década de 90, continua a heterogeneidade e a entrada das mulheres em áreas de ponta na produção, no setor moderno e nos setores financeiro e bancário”, salve que as mesmas “continuem mais representadas em atividades do setor de serviços, especialmente do mercado informal e do serviço doméstico....”. (CASTRO, 1999, p.92.).

A breve trajetória deste conceito está marcada pelas constantes defesas por organismos internacionais da idéia de que uma considerável parcela da população em condições de pobreza e extrema pobreza é composta por mulheres. A IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing, no ano de 1995, em uma de suas plataformas levantadas para a questão da pobreza feminina, argumenta que o número de mulheres pobres superou, de modo desproporcional, o número relativo aos homens, em específico para os países em desenvolvimento.

Trazendo outra definição para o conceito, Joana Simões Costa et all (2005) afirma que “a feminização da pobreza indica, por um lado, a existência do aumento da pobreza em um grupo da sociedade e, por outro, o aumento das desigualdades entre homens e mulheres”. (COSTA et all, 2005, p.7). De forma geral, não há consenso entre a literatura nacional e internacional acerca da aplicação do termo para todas as abordagens sobre o fenômeno do empobrecimento das mulheres, haja vista os escassos estudos empíricos. Um dos exemplos mais recorrentes para justificar tal negação é o estudo de A. Marcoux (1998) quando expõe sua crítica à estatística da PNUD de que 70% dos pobres são mulheres, alegando que sob o ponto de vista demográfico esse fator é inviável. Em semelhante abordagem, os estudos de Moghadam (1997) e J. A. Lampietti e Stalker (2000) mostram que a variação entre as estatísticas produzidas por diferentes países, mesmo para aqueles inseridos na categoria de sociedades menos desenvolvidos e que são vítimas da feminização da pobreza ou da sobre-representação feminina, a teoria não pode ser aplicada em todos os espaços.

No próximo ponto, trataremos de identificar quais as tônicas referentes às práticas gerenciais nos municípios com vistas a levantar pistas que reforcem ou refutem os dados mostrados pelo terceiro capítulo.

4.2 Da Teoria Democrática às Concepções de Cidadania: políticas de ações afirmativas ou manutenção de práticas assistencialistas?

O caminho percorrido pela investigação enveredou pela metodologia quantitativa e qualitativa. A partir dos resultados da primeira etapa do projeto, ou seja, a síntese acerca dos principais elementos e problemas pertencentes ao acompanhamento das condicionalidades pelas gestões municipais apresentados e analisados no capítulo anterior, o trabalho de campo da investigação procurou levantar, cruzar e analisar idéias relacionadas à promoção do empoderamento das mulheres beneficiárias através da execução de ações e programas complementares desenvolvidos pelas prefeituras entre o período de 2006.2 a 2008.2 por meio de grupos focais.

Vale ressaltar que o projeto se preocupou em focalizar a região considerada “rural” pela literatura, não se preocupando com a região metropolitana (urbana) de Salvador, ademais do recorte de gênero e geracional, isto é, o enfoque para o acompanhamento de mulheres consideradas jovens com faixa etária entre 15 e 29 anos. Esse detalhe é de suma relevância em medida que se procurou conhecer a realidade das jovens beneficiárias não apenas do Programa Bolsa Família, afinal, em medida que se verifica a convergência dos programas sociais atuais para uma política de aglutinação de benefícios, em quase sua totalidade na condição de obrigatoriedade de estar vinculado ao programa-chave, o Bolsa Família para a inclusão da família e de seus membros em outros programas e ações (PROJOVEM, PETI, dentre outros).

Consideramos alguns elementos justificadores para a coleta de informações e opção pela aplicação dos questionários nos municípios baianos que estão fora do diâmetro urbano: a não-oferta de programas específicos para as juventudes desses territórios, em que pese a histórica ausência de ações pontuais que contribuam para a inclusão social e a redução do ciclo intergeracional da pobreza. Algumas iniciativas, entretanto, já surgem a partir das bandeiras e debates levantados pela juventude baiana nas Conferências Territoriais e na Conferência Estadual da

Juventude (2008), a citar o TRILHA - Programa Estadual de Inserção de Jovens no Mundo do Trabalho, lançado em 2008 e que tem por objetivo em parceria com o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) “inserir em atividades produtivas jovens de 16 a 29 anos, seja em postos formais de trabalho ou em atividades empreendedoras para a geração de renda, a exemplo da economia solidária, preparando-os para o exercício da cidadania”. (TRILHA, 2008, p.3).

O TRILHA utiliza como estratégia de focalização o critério “beneficiário Bolsa Família” com intuito de concentrar investimentos e projeção de indicadores no principal programa de transferência de renda direta com condicionalidade do governo federal. Essa mesma ação encontra pela frente o desafio de superar alguns números que acometem a juventude baiana:

a) 1,3 milhões de famílias beneficiadas do Programa Bolsa Família - o que significa que quase de 50% de sua população é atingida pelo Programa;
b) Cerca de 4,1 milhões de jovens de 15 a 29 anos, e mais de 400 mil deles apresentam baixa escolaridade e se encontram sem emprego;
c) 15% de analfabetos funcionais que compõe a população economicamente ativa (PEA) baiana, proporção esta que chega a quase 30% nas áreas rurais do estado. (PNAD, 2006).

Tais fatores contextualizam o universo da investigação, ressaltando os índices fornecidos pelo IBGE através da PNAD (2006), tabela 14: a) 30% dos baianos apresentam idade entre 15 e 29 anos; b) Quase 5% da População Economicamente Ativa (PEA) Juvenil do estado da Bahia são estão em condição de analfabetismo e quando falamos da área rural, encontramos um valor duas vezes maior, 10%; c) 71,2% da juventude rural (PEA) não conseguiu completar o ensino fundamental.

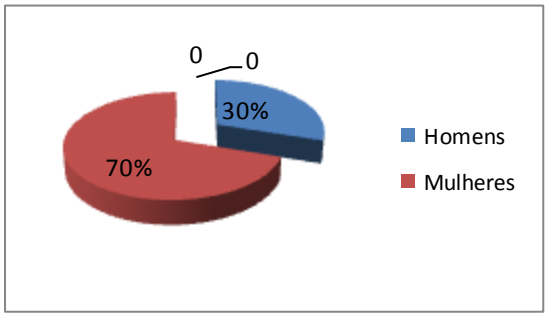
Tabela 14 –
População Juvenil de 15 a 29 anos, segundo a cor ou raça, Bahia 2006

Cor ou raça	População Juvenil	
	Total	**%**
Parda	2.629.235	64,2
Branca	746.882	18,2
Preta	694.784	17,0
Indígena	13.688	0,3
Amarela	10.947	0,3
Total	**4.095.536**	**100,0**

Fonte: IBGE - Microdados da PNAD. Elaboração SEI-SEPLAN/BA.

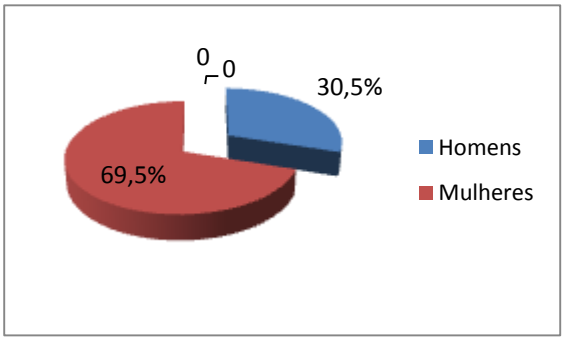
Fortalecendo a etapa qualitativa da pesquisa, a realização de grupos focais com as famílias beneficiárias, onde em sua totalidade foram compostos por mulheres, traz outros aspectos relevantes que nos conduzem a responder de forma clara o argumento do IPEA e da agência VOXPOPULIS sobre a simbologia do empoderamento da mulher, representado pela posse do cartão de benefícios e pela presença feminina majoritária nos cargos de gestor municipal do programa. Em outras palavras, tais órgãos argumentam que o Bolsa Família contribui para o empoderamento das mulheres porque promove a inserção de um número predominante das mesmas no cargo de gestor municipal do programa, além de aumentar o poder de decisão das mulheres acerca dos conflitos familiares por meio da posse do cartão magnético. Com efeito, a amostra de 387 municípios indica estatisticamente a predominância das mulheres na gestão do Bolsa Família como mostra os gráficos 1, 2 e 3 (estes dois últimos elaborados nos anos posteriores). Contudo, os relatos das mulheres beneficiárias do programa que participaram dos grupos focais caminham na contramão da idéia de gênero construída pelo governo federal e pela visão econômica do IPEA. (CALDEIRA; CAVALCANTI, 2008).

Gráfico 01 – Presença Feminina na Gestão do Programa Bolsa Família em 387 municípios baianos para o ano de 2006.



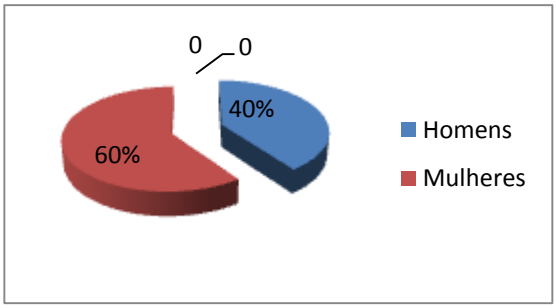
Fonte: Elaboração da autora.

Gráfico 2 - Presença Feminina na Gestão do Programa Bolsa Família em 387 municípios baianos para o ano de 2007.



Fonte: Elaboração da autora.

Gráfico 3 - Presença Feminina na Gestão do Programa Bolsa Família em 387 municípios baianos para o ano de 2008.



Fonte: Elaboração da autora.

Devemos lembrar a memória histórica que traz a feminização da trajetória de algumas profissões no Brasil, originada por valores sociais e caracterizada inclusive, pela segregação de gênero ou por conotações discriminatórias (por serem funções que se aproximam da idéia dos deveres maternos e cuidados familiares), como se observa a área da assistência social no Brasil. (JACOBSEN, 2003).

Aliado a esse contexto nos remetemos mais uma vez ao fato de que na maioria dos municípios, a gestão do programa é responsabilidade da assistência social e, portanto, uma atividade inserida no universo majoritariamente feminino. Fator que indica a fragilidade do argumento dos economistas do IPEA acerca do aumento da autonomia da mulher na vida pública local: os números que apresentamos confirmam uma quase tradição na distribuição ocupacional entre os setores brasileiros e apontam que ainda é perigoso trabalhar em cima de informações inconsistentes. (MEDEIROS et al, 2007).

Ao lermos os resultados da pesquisa realizada pela agência Voxpopulis, que traz como tema central o aumento do “empoderamento das mulheres” simbolicamente representado pela posse do cartão de benefícios do programa, indagamos que debates sobre relações de gênero a sociedade brasileira, os meios de comunicação e o Estado estão propondo e protagonizando. O governo federal parece satisfeito com as considerações do IPEA (MEDEIROS et al, 2007) e do relatório final de atividades das Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento (AGENDE/MDS, 2006), ao abordar “os papéis de gênero”.

De acordo com a AGENDE (2006), “a mudança que requer mais atenção, tanto por ser generalizada como por se constituir na mais sólida das bases para a saída da condição de pobreza, é o fato de as mulheres terem começado a tomar consciência, do significado da cidadania”.

Por outro lado, os programas de transferência de renda são acusados de contribuir para a manutenção das desigualdades presentes nesse debate ao longo da história das políticas sociais que adotam esse modelo. Essa “acusação”, embora não seja mais divulgada entre os analistas dos PGRMs, está vinculada à idéia de que a renda seria a responsável pela retirada das mulheres do mercado de trabalho

para se dedicarem aos cuidados dos filhos, parentes idosos ou que portasse alguma necessidade especial. (MEDEIROS et al, 2007, p.21).

De acordo com a pesquisa,

> programas condicionais, como o Bolsa Família, teriam um papel mais perverso ainda, pois forçariam as mulheres à tarefa adicional de assegurar que as crianças cumprissem as condicionalidades de saúde e educação. Já se viu anteriormente que não é razoável crer que as transferências de um programa como o Bolsa Família tenham impactos negativos significativos sobre a participação no mercado de trabalho das famílias beneficiarias; ao contrário, ele pode até mesmo aumentar essa participação. E, à medida que os programas tenham impacto sobre a escolarização, o razoável é assumir que podem liberar parte do tempo das mulheres envolvidas no cuidado infantil para exercer outras atividades, inclusive remuneradas. (MEDEIROS et al, 2007, p.22).

Entretanto, estudos como os de Goldani (2005) afirmam que

> muito se fala em políticas sociais destinadas a dar suporte às famílias ou mesmo políticas específicas de famílias, entretanto, pouco ou nada se diz sobre as implicações disto e menos ainda sobre seus efeitos perversos para as mulheres. Isto porque, tal como se estruturam nossas sociedades ainda hoje, o cumprimento das responsabilidades familiares se encontram relacionadas, sobretudo, com a disponibilidade de tempo das mulheres. (GOLDANI, 2005, p.4).

Identificamos pontos de reflexão essenciais para essa temática: 1) Cumprimentos das condicionalidades X manutenção/autonomia dos espaços público e privado; 2) O significado da cidadania e sua relação com a posse do cartão/recebimento do benefício pelas mulheres; 3) Ações complementares do programa e a participação das mulheres no mercado de trabalho.

Tendo em vista os números resultantes da pesquisa com amostragem de dezessete municípios baianos sobre o acompanhamento das condicionalidades de educação, saúde e assistência social, iremos aproveitar esse quadro para refletir sobre os pontos que acabamos de levantar. A primeira questão nos reporta à distância das prerrogativas sobre gênero presente entre a intenção e o gesto, nas mentalidades que trilham caminhos onde a vida privada cruza a estrada da vida pública no processo de mistura de sentimentos e percepções sobre os papéis de homens e mulheres. Esses, por sua vez, enveredam por posições extremistas, a

citar a função protetora masculina e a imagem da mulher cuidadora[16]. (ARAÚJO; SCALON, 2006).

Em quase sua totalidade, a jovem mulher/mãe é a responsável legal pelo recebimento do benefício, cadastro e atualização de informações familiares no Cadastramento Único e pelo cumprimento das condicionalidades. Ao responsável cabe, enfim, o monitoramento das atividades exigidas como contrapartida pelo governo federal, ou seja, garantir a presença das crianças e adolescentes na escola, atualização do cartão de vacinação de crianças entre 0 e 6 anos e freqüência nas consultas médicas de pré-natal (gestantes), campanhas de aleitamento materno, dentre outras.

É verdade que esse quadro de atividades descrito não se distancia muito do cotidiano das famílias brasileiras; no entanto, os depoimentos das mulheres nos grupos focais produzidos para uma amostra de dezessete grupos (100% (cem por cento) das localidades avaliadas) delineiam as percepções que elas vivenciam. O perfil geral das participantes aponta um alto nível de desemprego e o exercício de prestação de serviços bem esporádico. Quando questionadas sobre a relação trabalho/família/maternidade, 56,8% concordam plenamente que, ao trabalhar fora, a mulher contribui para a melhoria da qualidade de vida da família e 73,4% acredita ser esse o caminho da conquista de sua independência.

O perfil geral das participantes aponta para um alto nível de desemprego e o exercício esporádico de prestação de serviços domésticos. Participaram ao todo dos grupos focais (ver instrumento 2 na seção apêndice – Roteiro Grupo Focal com as Mulheres Beneficiárias Programa Bolsa Família), 187 (cento e oitenta e sete) jovens mulheres com faixa etária entre 15 a 29 anos. Para o elemento raça-etnia, 73% se declararam negras, 18% se declararam pardas e 9% se declararam brancas. Das 187 jovens mulheres, aproximadamente 77% possuem filhos inscritos no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) ou em outro programa social local (ações comunitárias).

---

[16] Ver trabalho para temática em: CARVALHO, Ana M. A.; CAVALCANTI, V. R. S.; CALDEIRA, Bárbara Maria S. Woman the Caregiver: Ways of Sharing Childcare in Two Contemporary Brazilian Contexts (no prelo). In: BASTOS, Ana Cecilia; URIKO, Kristiina; VALSINER, Jaan. (Org.). Cultural Dynamics of Women s Lives. Carolina do Norte: IAP - Information Age Publishing, 2009, v. 1, p. 1-35.

Quase 80% declararam que a educação dos filhos é prejudicada pela ausência das mães. “A educação é o que eu posso deixar para meus filhos, sem ela, eles não terão chance na vida”, afirma Gilvânia, 22 anos, casada, empregada doméstica. Retomando a idéia sobre a importância da família, destacamos a reflexão da antropóloga Cynthia Sarti (2005) que nos lembra que essa instituição não é “funcional”, assertiva afinada com o discurso apresentado pelas mulheres dos grupos: os papéis e as funções delegadas a cada pessoa estão mais ligados à identidade que se constrói a cada problema ou situação enfrentada do que uma estruturação bem definida das atividades e símbolos das figuras maternas e paternas, masculinas e femininas.

Acreditamos dessa forma que há uma distinção bem clara acerca do significado dos vínculos biológicos e afetivos que permeiam as relações familiares e sociais dessas pessoas. No universo das famílias pobres, a divisão entre o mundo público e o privado é mais complexa, desenrolando-se uma série de questões: ela passa a não mais se constituir como núcleo, ainda que numericamente a consideremos como família nuclear (pai, mãe e filhos), mas “como uma rede, com ramificações que envolvem a rede de parentesco como um todo, configurando uma trama de obrigações morais que enreda seus membros...”, afirma a autora. (SARTI, 2005, p.70).

Essa rede assume não somente a condução dos aspectos da vida privada, mas, sobretudo, inicia uma ação de compartilhar e de ajuda mútua, uma verdadeira rede de solidariedade, com a relativização de papéis, na maior parte do tempo impulsionada pelas necessidades diárias de sobrevivência, das relações intrafamiliares e de sua dinâmica.

Em paralelo, quando colocadas diante de perguntas como “quem é o (a) chefe de família em sua casa?” há pela primeira vez o surgimento de um discurso discordante entre os participantes. “Quem tem que ganhar o dinheiro, dar o sustento é meu marido. Mas quem decide o que fazer com o dinheiro é eu, eu não sou a mulher da casa?” responde Silvana com um olhar de enfrentamento às outras mulheres que mostraram um posicionamento distinto para o mesmo tema.

Esse fato lembrado por Silvana, 26 anos, casada, dona de casa, nos remete a citar que o próprio Bolsa Família coloca como prioridade de delegação do responsável legal pelo recebimento do benefício, a mãe, a figura feminina, por considerar que a mulher possui um caráter de maior responsabilidade e confiança para gerir os gastos do benefício. Entretanto, esse elemento não garante uma análise de ordem geral para nosso estudo: a figura do homem ganha um sentido mais relacionado ao papel de "protetor" da família, "de intermediário entre a família e o mundo externo, em seu papel de guardião da respeitabilidade familiar", superando a autoridade ligada ao sustento financeiro do grupo e ganhando a posição de proteção contra os diversos tipos de violências ou a manutenção do vínculo matrimonial, essa última idéia destacada por Sílvia Carbonera. (SARTI, 2005, p.70; CARBONERA, 1999).

> Aqui em casa quem manda sou eu. Quem sustenta meus filhos sou eu. Quando falta o pão, sou eu que dou jeito. Isso não quer dizer que o pai não seja importante. É bom para as crianças a presença dele. E eu me sinto mais segura. Com homem dentro de casa, os de fora vai pensar duas vezes em fazer alguma coisa contra eu e meus filhos. (Depoimento de Luzinete, 23 anos, casada, 5 filhos, faxineira).

A conquista de cidadania dessas mulheres, portanto, não é somente determinada em geral pela posse do cartão e recebimento do benefício, mas sim pela construção diária de identidades, da definição de papéis e pela luta cotidiana do equilíbrio entre as responsabilidades dos gêneros, reconhecendo que tal conquista pode se desenvolver nos planos da cidadania civil, política e social.

Ao revisionarmos a literatura nacional e internacional sobre esse elemento em especial, nos deparamos com trabalhos como o de Menchu Ajamil García intitulado "Gênero y Ciudadanía", artigo apresentado no VIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, realizado em 2003, Panamá. Ajamil García aborda a relevância de observamos a relação gênero-cidadania através da postura que a figura do Estado e instituições sociais adotam para debater temas básicos e ao mesmo tempo controvertidos que afetam diretamente o binômio: os problemas da participação política, a essência do Estado

de Bem-Estar Social, a extensão dos direitos sociais ou mesmo a orientação das políticas públicas). (AJAMIL GARCÍA, 2003).

Por sua vez, a autora apresenta ainda os presentes cruzamentos entre tais temas e as reflexões construídas sobre a democracia participativa: articulação da sociedade civil, papel das ONGs e,sobretudo, as novas formas de representação com enfoque de gênero. Tal observação caminha pelo argumento de que se antes nós tínhamos teorias da democracia, hoje nos vemos diante de concepções de cidadania.

Nesse sentido, nos colocamos frente a um contexto sócio-político herdeiro dos princípios da teoria do Estado de Bem-estar Social, o que significa afirmar que a concepção sobre a mulher nos "esquemas alternativos de antipobreza e necessidades básicas também não estão isentos de limitações" ao passo que "estes novos enfoques foram muito cedo objeto de polêmica dentro do movimento feminista, em razão das falhas que suas estratégias mostraram para conseguir um progresso significativo do status da mulher". (LEÓN, 1994, p.5).

Aí então observamos que a democracia doméstica trazida por Ajamil García, entendida pelo feminismo como precondição da democracia externa (público) é status fundamental em que "se não se consegue esta coerência, a própria democracia institucional e formal estará sempre precária, frágil e debilitada". (AJAMIL GARCÍA, 2003, p.2). Diante de tal argumento há que considerar, portanto, que revisar a cidadania desde o conceito de gênero, para assegurar o reequilíbrio do poder e do protagonismo entre homens e mulheres, dentro e fora de casa, deixa abertos importantes questionamentos:

> Há que redefinir a cidadania de forma igualitária ou como cidadania diferenciada? Qual é o novo âmbito do político (privado-público) onde participa e atua esse-a cidadão-a?Que estrutura ou forma política deve articular as diferentes dimensões da cidadania?Que modelo reforça mais a consolidação democrática, com respeito a formas de participação e de representação? (AJAMIL GARCÍA, 2003, p.2).

Segundo Nathalie Reis Itaboraí (2005), um resumo comparativo entre dois modelos de família (o patriarcal e o eudemonista) caracterizam a história do direito

desses grupos no Brasil. Grande parte das falas denuncia esse contexto, novos paradigmas presentes nos princípios educativos e nos padrões da moralidade dos costumes familiares. Por outro lado, se as condicionalidades estipuladas pelo governo são direcionadas ao bem-estar social de crianças, adolescentes e mães, não estabelecendo uma política de intervenção direta ao bem-estar social dos demais integrantes das famílias encontramos nas declarações das mulheres elementos não apenas de relações de poder, a exemplo do posicionamento de Luzinete, mas, sobretudo, a manutenção de uma relação de interdependência, de ajuda mútua.

De acordo com as falas, o benefício em sua maioria é utilizado para a aquisição de bens materiais para os filhos, o que não significa que não sirva em algumas ocasiões para o bem-estar de todos os membros do grupo. “Com o dinheiro do cartão (Bolsa Família), a gente pode comprar outras coisas: falta um caderno, às vezes o menino precisa de um sapato ou mesmo remédio. Não resolve tudo, mais ajuda sim”.

Nesse sentido, vemos a importância do argumento de Robert Castel estar presente na formulação e implantação de uma política como essa: uma sociedade de semelhantes e não de iguais:

> Uma sociedade de semelhantes é uma sociedade diferenciada, portanto, hierarquizada, mas na qual todos os membros podem manter relações de interdependência porque eles dispõem de um fundo de recursos comuns e de direitos comuns. (CASTEL, 2005, p.36).

Contudo, encontramos outro desafio na concretização de uma sociedade de semelhantes: ao reconhecermos que as famílias se estruturam a partir de relações de poder, o que é inegável, haja vista as relações de gênero e geracionais, reafirmamos o pressuposto, como aponta Itaboraí, de que tais relações “não garantem uma redistribuição equânime de recursos, o que torna fantasiosa a expressão renda per capita, acena para a necessidade de pensar a tensão indivíduo - família e o papel que o Estado pode ter para assegurar o bem estar individual e familiar”. (ITABORAÍ, 2005, p.04).

Desejamos dizer que diante de tal situação, há um excesso de responsabilidades delegadas às famílias quando o Estado e o mercado não conseguem controlar socialmente os impactos provocados por mudanças relativas ao trabalho, à educação, a saúde e a própria assistência social traduzindo uma realidade perversa como caracteriza Goldani (2002) vivida pelo processo de "passagem da mobilização de recursos da pobreza para a pobreza de recursos". O discurso do empoderamento da mulher se torna frágil a partir das argumentações apresentadas pelos estudos aqui citados: os espaços familiares em sua maioria demonstram diferentes e contrárias percepções para a mulher e para o homem, contexto para qual Joan Scott traz sua contribuição, quando declara que,

> Não existem soluções simples para as questões, debatidas calorosamente, da igualdade e da diferenças, dos direitos individuais e das identidades de grupo; de que posicioná-los como conceitos opostos significa perder o ponto de suas interconexões. Pelo contrário, reconhecer e manter uma tensão necessária entre igualdade e diferença, entre direitos individuais e identidades grupais, é o que possibilita encontrarmos resultados melhores e mais democráticos. (SCOTT, 2005, p.12).

Consideramos assim que a análise de León (1994) é válida para compreendermos algumas práticas assistencialistas no Brasil se levarmos em conta que o histórico da teoria do Bem-Estar Social que partia (ou ainda parte?) de três pressupostos para definir a estrutura de programas e políticas sociais: 1) A maternidade como aspecto mais importante; 2) O papel da criação dos filhos como sua tarefa mais efetiva para o desenvolvimento e 3) A definição da mulher como receptora passiva, como consumidora e usuária de recursos.

Em terceiro lugar, ao analisarmos a relação entre o incentivo à participação das mulheres no mercado de trabalho e o Bolsa Família, verificamos que o estudo do IPEA e o relatório da AGENDE trabalharam com o parâmetro da transferência direta de renda, omitindo a avaliação de números sobre as ações complementares previstas ao programa através de suas diretrizes, ou seja, sustentam seus argumentos pelo viés do recurso financeiro e pela simbologia do poder em ser responsável pelo recebimento do benefício . Do ponto de vista do "crédito", é viável afirmarmos que a política está sendo eficiente ao cumprir as metas estabelecidas de

famílias pobres beneficiárias (com base nas estimativas da PNAD e do Instituto Brasileiro e Geográfico de Estatísticas – IBGE para os anos de 2006).

Acreditamos que as ações mais concretas e efetivas para a promoção da emancipação têm nos programas complementares de geração de empregos e renda e de alfabetização de jovens e adultos, talvez um âmbito maior de oportunidades. A oferta desses serviços integra a contrapartida municipal, sobretudo, como atividades obrigatórias da agenda social das gestões locais. O planejamento da política prevê um repasse financeiro complementar às gestões do Bolsa Família para o desenvolvimento de tais ações, estabelecidos de acordo com os números indicativos do índice de Gestão Descentralizado (IGD) que resulta na média dos índices da saúde, educação e cadastramento único local.

Entretanto, as estatísticas levantadas pela Tabela 08 traçam a precária condição de ofertas da assistência social a essas famílias e jovens mulheres beneficiárias. Retomando os números anteriormente analisados pelo terceiro capítulo, apenas 17,64% da assistência social dos municípios possuem instrumentos para acompanhar as condicionalidades do programa; 11,76% declararam a existência de um plano de aplicação dos recursos do IGD em ações voltadas para a garantia da porta de saída dos beneficiários. Os questionários acusam que 0% dos municípios entrevistados possuem planejamento específico ou execução de ações destinadas às jovens mulheres.

Quando muito, as atividades planejadas para o grupo feminino são direcionadas aos cursos de corte e costura, culinária e artesanato. Os depoimentos dos grupos focais confirmam o tímido trabalho realizado pela assistência que insiste em reproduzir os mesmos problemas e práticas assistencialistas que vêem se desenrolando ao longo do processo de implantação de políticas públicas no país. “A prefeitura oferece os cursos. Mas aqui a gente não tem a quem vender, então não adianta de nada”, ou seja, planejamento de metas a serem alcançadas que não consideram questões regionais, fatores favoráveis ao desenvolvimento local e a demanda específica do comércio.

Atentar para o simples fato de mulheres e homens serem diferentes não apenas quanto a sua natureza, mas também quanto a seu desempenho social, é o

primeiro passo no difícil caminho que deve ser percorrido para garantir os direitos de cidadania das mulheres. O segundo passo nessa direção é conceber e implantar programas cuja concepção e objetivos reconheçam as desigualdades entre homens e mulheres, e cujas ações estratégicas orientem-se no sentido de combater a discriminação contra as mulheres. A expressão “enfoque de gênero” é usada para distinguir estes programas e para destacar sua capacidade, pelo menos potencial, de gerar mudanças no tocante ás relações entre homens e mulheres e, assim, debilitar a subordinação feminina e fortalecer o exercício do poder por parte das mulheres, ou seja, seu empoderamento. (SUÁREZ et al, 2002, p.71).

Sobre a conciliação entre trabalho e família, as depoentes declaram que um dos grandes desafios com maior dificuldade de superação é o reconhecimento de que não apenas as mulheres são responsáveis pelo cuidado com os filhos e pela redução das tensões decorrentes da modernização lembradas por Costa anteriormente (2007). O argumento de Fraser (1997) de que políticas públicas devem fornecer renda nos espaços econômico e social, e, ao mesmo tempo, de políticas culturais e educacionais voltadas à mudança dos paradigmas valorativos da sociedade se encaixa adequadamente às falas a seguir:

> É duro ter que trabalhar na rua e fazer todo o trabalho de casa. Aí tenho que escolher entre minha independência e o cuidado dos meus filhos.porque se você deixa com estranhos ou a vizinha você não tem segurança de que estão bem, sem sofrer alguma maldade...o marido não ajuda, já chega cansado e vai jantar e dormir. Tem que levar os meninos na escola, eu mesmo tenho que ir as tais palestras que falam sobre a gravidez, mas é duro com tanta coisa pra fazer.... (Solange, 21 anos, casada, 3 filhos, doméstica).

> Foi muito bom o governo ter dado o cartão para as mulheres. Claro, é a gente que sabe o que fazer com o dinheiro, sempre foi assim. A assistente social veio aqui perguntar o que eu achava disso e saber o que seria bom também a não ser o dinheiro. Aí disse: seria bom que a prefeitura tomasse conta dos nossos filhos pra gente puder estudar nesse programa que ensina a ler e a escrever, acho que é o EJA..... porque os homens conseguem, não tem que ficar em casa.... (Joice, 19 anos, solteira, 2 filhos, feirante).

> Uma vez a gente quis abrir uma cooperativa para vender as polpas de fruta que a gente trabalha faz muito tempo, quem não quer ganhar seu próprio dinheiro... Mas sem instrução é difícil, complica, porque eu e minhas colegas não terminamos os estudos e só sabemos assinar o nome. Aí ia

> precisar saber fazer conta e também de dinheiro para começar, uma ajuda, mas a prefeitura disse que não tinha dinheiro e que a gente tinha que fazer um projeto. (Carla, 24 anos, casada, 2 filhos, produtora rural).

> Essa história de quem tem que cuidar da família é a mulher é antiga, sempre existiu. Eu mesma fui educada por minha mãe e pai assim, desse jeito. Mas hoje não se pode dar o luxo de trabalhar apenas em casa, tem que ajudar o homem, senão no fim do mês não dá pra nada. E ainda tem que cuidar dos meninos e se a gente esquece de avisar que não foram à escola, fica sem o dinheiro do cartão e a culpa sempre cai pro meu lado....(Joana, 23 anos, casada, 3 filhos, costureira).

Ademais, quando não são oferecidas alternativas que venham contribuir para a diminuição do isolamento social, o aumento da emancipação feminina e de sua visibilidade no exercício de dialogar e de participação das deliberações da vida pública, o processo de desprivatização de suas experiências termina por reproduzir os problemas e obstáculos intergeracionais. O termo emancipação está aqui entendido, em primeiro lugar, como a participação democrática defendida por Santos (2006): a garantia da sobrevivência, a condição de não estar ameaçado e, sobretudo, estar informado. Em segundo, mas não menos importante, como a conquista de um ideal normativo, assumido pela identidade formada por um grupo de aspectos e peculiaridades que fundamentem processos de continuidade ao longo dos tempos, por intermédio de ações de que regulamentem a divisão sexo/gênero, a coerência interna dos sujeitos e a auto-identidade da pessoa. “A identidade é outra ficção da metafísica da substância, um efeito artificial mais que se veste de naturalidade” (BUTLER, 1990, p. 84).

Neste sentido,

> O reconhecimento da maior vulnerabilidade social das mulheres é também o reconhecimento de que sistemas de subordinações de cruzam, como os de classe, de raça e de gênero, o que me leva a insistir que políticas de ações afirmativas se fazem necessárias mais no sentido de minimizar discriminações por conta de identidades político-culturais, como o ser mulher, ser negra, ser jovem ou ser mais velha não ao azar grupos mais vulneráveis, ou que vêm se destacando entre os que se encontram em relações mais precárias de trabalho, no setor informal, no serviço doméstico, em formas de terceirização, trabalhos a tempo parcial e domiciliar. (CASTRO, 1999, p. 90).

Mas alguns avanços já começam a mudar a cara desse contexto: o programa “Mulher Cidadã”, implantado pelo município de Camaçari-BA em 2007, está contribuindo para progressos da garantia de autonomia financeira das mulheres participantes, através da superação do quadro de vulnerabilidade social apresentado ao ingresso no programa. Ressaltamos que o projeto teve a preocupação metodológica de estudar o mercado econômico local, visando determinar as oficinas de profissionalização. O projeto traz objetivos de capacitar, valorizar e inserir as mulheres no mercado de trabalho. Ao total são 194 beneficiárias, que recebem o auxílio mensal de R$ 120,00, e possuem atividades durante cinco meses, de segunda a sexta-feira, das 15:00 às 19:00. A programação dos cursos tem como base, assuntos do dia-a-dia: saúde da mulher, auto-estima, cidadania, culinária, meio ambiente e o Brasil Alfabetizado (alfabetização de jovens e adultos, substituído atualmente pelo Programa do governo estadual “Todos pela Educação” - TOPA). Para participar, as candidatas devem ser maiores de 16 anos e serem beneficiárias do Bolsa Família.

De fato, não podemos contestar, diante de estatísticas apresentadas, que políticas públicas tipologicamente planejadas pela transferência de renda direta são instrumentos eficazes na ação de reduzir desigualdades sociais.

Entretanto, como pondera a socióloga Maria Alice Setubal (Fundação Tide Setubal), precisamos “ir mais além” na formulação de críticas e análises. Se, de certa forma, os números que indicam que a dupla citada acima foi responsável pela diminuição em um quarto das posições desiguais na sociedade entre os beneficiários, precisamos não apenas olhar, mas enxergar os desafios do programa que aumentam à proporção de sua extensão.

> Se, por um lado, a transferência de renda diretamente às famílias pobres tem se mostrado muito mais eficaz do que o emprego de mecanismos indiretos de subsídios de preços, por outro, adotada como medida isolada, quase nada contribuirá para tirar as famílias do ciclo de pobreza a que estão submetidas geração após geração. (FOLHA DE SÃO PAULO, 11/09/2007).

Concordamos com a mesma reflexão que Setubal elabora: é essencial para uma coerência de discursos e práticas, que o trabalho descentralizado e intersetorial

previsto pela política assumam efetivamente lugares e papéis entre as esferas envolvidas, federal, estadual e municipal. Ao advogar essa problemática, a socióloga indica três necessidades que precisam estar integradas às ações do programa: 1. O trabalho de compreender e valorizar as dinâmicas intrafamiliares e a relação das famílias na comunidade; 2. O reconhecimento da importância de características regionais no desenvolvimento de programas que venham atender as demandas específicas dos municípios; 3. A constituição de equipes competentes, bem qualificadas e compromissadas com as políticas sociais de sustentabilidade.

Além disso, acreditamos que apesar da atribuição de determinar normas fujam em boa parte das atuais competências dos governos municipais, as possibilidades favoráveis dos gestores em introduzir inovações que fortaleçam a democracia são em número maiores em vista das unidades administradas – menor população, maior homogeneidade dos problemas e desafios locais. (RITTEL; WEBBER, 2000).

> Assim, aos governos municipais apresenta-se a oportunidade de levar a efeito uma gestão participativa que resulte na criação do espaço público como lugar de validação da realidade social inteira, por meio da visualização das experiências vividas, dos problemas enfrentados e dos interesses defendidos pelos mais diversos atores sociais. Perante a existência de um espaço público dessa natureza não se poderia ignorar a necessidade de idealizar políticas específicas, pelo menos enquanto existam indivíduos e grupos isolados das esferas de tomada de decisão, e excluídos dos direitos sociais e econômicos básicos. (SUÁREZ et al, 2002, p.77).

Os dados referentes às gestões municipais que denunciam o esforço desenvolvido pelas práticas e ações trazidas pelo terceiro capítulo permitem partilhar da compreensão de que o programa além de não trazer claramente em sua normativa legal, o reconhecimento das competências das famílias na sua organização interna e na superação de suas dificuldades, responde muito menos a prometida primazia da responsabilidade do Estado no fomento de políticas integradas de apoio à família e as mulheres.

Na conquista dos meios necessários que possibilitem às mulheres defender idéias, propor debates e que garantam espaços de equidade social, o Programa Bolsa Família caminha lentamente na melhoria e crescimento dessa realidade. É

essencial o aperfeiçoamento de políticas afirmativas que trabalhem no combate à redução das desigualdades de gênero, reconhecendo que tais ações assumem na sociedade brasileira atual a mesma importância da rede de proteção social que balizam as condicionalidades do programa.

Caberia-nos então, em momento oportuno, tentar responder, seja através das imagens traduzidas pelos dados apresentados referentes às gestões municipais baianas, ou, sobretudo, responder os questionamentos feitos por Lau Javien acerca do que dizem as mulheres tomando como referência as falas das jovens mulheres-mãe beneficiárias do Programa Bolsa Família. Seja pelo esforço diário de conquistar espaços e condições sociais que possibilitem o empoderamento de sua condição, seja pelas adaptações e estratégias criadas para superar o contexto de vulnerabilidade social que lhes é imposto, não resta dúvidas de que a necessidade que se impõem dia-a-dia às instâncias de controle social e às instituições sociais de compreender e valorizar as dinâmicas intrafamiliares reforçam o interesse em escutá-las e nos ocuparmos delas.

A provocação de Javien em “limitar” o papel das mulheres na história às suas condições de mãe, filha, irmã ou companheira das figuras masculinas que se destacaram ao longo dos tempos, nos incita a pesquisar e construir interpretações da realidade que confrontem tal imaginário social produzido pelas permanências culturais. Os estudos sobre família e proteção social nos ajudam a contestar tal afirmação, uma vez que nos mostram as funções desempenhadas por tal grupo em especial na área da garantia de direitos e da promoção de políticas especiais para as mulheres. De forma alguma negligencia-se nestas últimas considerações os desafios e o paradoxo entre a “feminização da pobreza” e o empoderamento das mulheres. Ao contrário, reforça-se ainda mais a idéia de que as ações afirmativas criadas em nosso país pelas esferas federal, estadual e municipal estão aquém do conceito e da aplicação prática entre as relações de participação e autonomia.

Paradoxalmente, as políticas públicas direcionadas às famílias e que consideram tal instituição o principal fator de proteção social, vêem nas mulheres a capacidade de reinvenção da estrutura familiar, ademais das estratégias voltadas para a ruptura do ciclo intergeracional da pobreza. Considerando os princípios do II

PNPM em que pese a “autonomia das mulheres” verifica-se que o objetivo de garantir a defesa do poder feminino de decidir sobre o destino de suas ações e escolhas distancia-se cada vez mais das definições de “poder sobre”, “poder para” e “poder desde de”, quando a esfera federal atribui em seu maior programa destinado às famílias que o empoderamento das mães beneficiárias está atrelado à posse do cartão e à sua condição profissional de gestoras municipais.

Uma das estratégias para a redução das desigualdades de gênero seria o entendimento do caráter relativos aos processos discriminatórios dos gêneros em sua multiplicidade e o “papel da mútua interação entre os processos na manutenção das desigualdades”. Se configuraria como estratégia, portanto, destinada à clarificação do funcionamento desta interdependência, a busca de

> indicadores que demonstrem, pôr exemplo, como a discriminação de gênero no emprego se mantém, não só através dos processos de trabalho no mercado mas, também, através da interdependência destes com a divisão de trabalho ao interior da unidade doméstica. Com isto, queremos dizer que ao avaliar as desigualdades de gênero na esfera da família, não há como deixar de avaliar as desigualdades socialmente construídas em outras esferas da vida social, política e cultural das mulheres. (GOLDANI, 2005, p.9).

Finalmente, comunga-se da afirmação de que a transformação de paradigmas valorativos da sociedade trazidos anteriormente por Fraser seria talvez um dos modos mais eficientes de alterar, de forma substancial, a constituição de subjetividades dominadas, assim como de mudar as estruturas de preconceitos, de sentimentos e estereótipos que alimentam os processos excludentes e de contextos marginalizados pelas “coletividades ambivalentes” (FRASER, 1997, p. 22).

> A vida pública é para as mulheres menos distinta da pessoal e doméstica que para os homens. Sua experiência em cada uma afeta radicalmente suas possibilidades na outra. Idealmente o cidadão que sabe buscar o argumento mais persuasivo tem muito mais oportunidade de conseguir o que pretende. Acontece que [...] freqüentemente se retira se priva o discurso das mulheres de toda a autoridade. [...]Por causa da passada e da presente divisão do trabalho no lar, para as mulheres o público e o privado não são em absoluto e de muitas maneiras, âmbitos separados e distintos (OKIN, 1987, p. 110).

As restrições vinculadas às experiências da vida baseada em direitos e princípios democráticos de expressão e direito à voz nas dimensões sociais

implicam limitações significativas para a constituição das mulheres como sujeitos capacitados para, no âmbito político, articular e ampliar demandas cívicas.

CONCLUSÃO

> De fato, meu argumento será o de que não existem soluções simples para as questões, debatidas calorosamente, da igualdade e da diferença, dos direitos individuais e das identidades de grupo; de que posicioná-los como conceitos opostos significa perder o ponto de suas interconexões. Pelo contrário, reconhecer e manter uma tensão necessária entre igualdade e diferença, entre direitos individuais e identidades grupais, é o que possibilita encontrarmos resultados melhores e mais democráticos.

Joan Scott, 2005.

Em 2007, a socióloga Maria Alice Setubal em matéria à Folha de São Paulo, na seção Tendências/Debates traçava perspectivas e previsões para os novos caminhos do programa Bolsa Família para o ano de 2008; Setubal se deteve na ocasião sobre as certezas e os desafios a serem superados, baseados por números já determinados para o período em questão: 2 bilhões de dólares de orçamento, inserção de 1,7 milhão de jovens entre 16 e 17 anos e 11 milhões de famílias atendidas em todo país.

Em pleno ano de 2009, após a concretização dos números citados, o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) no último mês de agosto afirma que um dos impactos, uma das várias faces sociais do PBF é a força eleitoral do programa, ao relembrar que em 2006, o 2º turno foi influenciado pela obtenção de 3% dos votos pelo presidente Lula com esta bandeira, “índice bem maior do que o de 0,34% atribuído ao crescimento do PIB nacional”. Em termos de investimento e cobertura, o jornal Bahia Negócios intitula o PBF como “o maior programa social do mundo”; sua extensão chegará à aplicação total de aproximadamente 11 bilhões e 961 milhões de reais, com atendimento de 11 milhões e meio de famílias em 14 estados brasileiros, com projeção de chegar em 2010, “pelo menos, a 12,900 milhões de lares”. (BAHIA NEGÓCIOS, 2009, p.4).

Para além da expansão financeira, o PBF aponta em poucos últimos anos de trajetória, outras dimensões, como exemplo a própria alteração da lei 11.692, de 10 de junho de 2008 que ao incluir o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, inicia uma nova

fase da política social ao estabelecer como um dos objetivos principais a complementação da proteção social básica às famílias beneficiárias do programa, através da criação de mecanismos que garantam a convivência familiar e comunitária, além de construir condições e meios para que os jovens sejam (re)inseridos e que permaneçam no sistema educacional.

Em paralelo, o governo federal inicia caminhada pelo cumprimento da normativa que rege a obrigatoriedade da oferta e execução de programas complementares ao Bolsa Família, através do Plano Setorial de Qualificação (Planseq Bolsa Família). A ação objetiva capacitar 185 mil beneficiários na área da construção civil, com a garantia das mulheres em pelo menos 30% das vagas. Os gestores municipais e profissionais dos CRAS (Centros de Referência da Assistência Social – Casa da Família) serão os responsáveis pela articulação e fiscalização das atividades que tem como meta a inserção de beneficiários qualificados profissionalmente no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em vagas como pintor, operador de trator, eletricista, carpinteiro, dentre outros. Os beneficiários irão receber cursos divididos em aulas teóricas e práticas, ministrados por instituições contratadas pela União, Estado e municípios. (SPADA, 2008).

Diante de tais elementos, há que se considerar que o programa Bolsa Família se aproxima, em parte, do conceito de políticas “referidas a la família”, ou seja, “ao conjunto de medidas ou instrumentos de políticas públicas cujo objetivo é fortalecer as funções sociais que cumprem as famílias”. As funções que mais se destacam como aponta Goldani são: a reprodução e socialização de seus membros, a filiação e a herança, garantir as condições materiais de vida, a construção da subjetividade de seus integrantes (sistemas de valores, atitudes, ideologias e personalidades). Estas se subdividem em políticas universais (educação, saúde, seguridade social, emprego, etc.) e em políticas focalizadas voltadas ao combate à pobreza e à violência doméstica, por exemplo. (GOLDANI, 2005a).

Em um cenário ideal, as políticas referidas à família, tipologia predominante na maioria dos países latino-americanos, deveriam ser suficientes para a garantia da proteção social e bem-estar dessa instituição e de seus integrantes. No entanto, observa-se que tais políticas não acompanharam o ritmo das mudanças sofridas

pelo mundo de trabalho e pelas configurações familiares, caindo em um contexto de fragmentação e expansão desenfreada. As conseqüências mais visíveis destes dois aspectos são as distorções presentes no reconhecimento do conceito de família pelos programas sociais em detrimento à realidade e a fragilização da estrutura sócioadministrativa da política, conforme traz as considerações do terceiro capítulo.

A produção bibliográfica acerca das ferramentas descentralização, relações intergovernamentais e federalismo destaca que em sua grande maioria a tensão se faz presente entre os padrões de governo, seja nos estados unitários ou em estados federais. Souza afirma que tal tensão assumiu a tendência de privilegiar as unidades subnacionais, à proporção que as várias nações com seus diferentes e diversos aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos vêm adquirindo dispositivos que objetivam à maior descentralização de seus governos e instituições e à maior participação da comunidade local nos processos decisórios. (ARRETCHE, 2000).

No entanto, ao lado do projeto de independência pretendido por tal estrutura, são observados contextos e fatores econômicos que dificultam a concretização do princípio descentralizador: considerável parcela dos municípios localizados na região nordeste, ainda sobrevive sob a égide dos repasses financeiros das instâncias federais e estaduais, ilustrando que um número razoável das gestões locais não ostentam grau individual de independência política e financeira por meio da adoção da descentralização como artifício, o que compromete, de fato, a autonomia das práticas gerenciais e, conseqüentemente, o desenvolvimento de ações para além dos programas sociais criados pelo governo federal e abraçados pelas prefeituras ao longo do país. “Não faltam a esses municípios apenas a capacidade de reinventar o governo”, mas, principalmente, “condições mínimas para o exercício do próprio governo”. (OSBORNE; GAEBLER, 1995, p.43).

Os estudos de J.R. Afonso (1994) e Arretche (2000) revelam que se identifica, cada vez mais, a substituição do papel dos estados pelos municípios para algumas funções, “enquanto outras estão sem nenhum apoio financeiro governamental devido à política de controle fiscal do governo federal”, repercutindo em um quadro de heterogeneidade local. (SOUZA, 2002, p.433).

Um dos argumentos mais recorrentes na literatura que trata do tema é o de que em países marcados por alto nível de heterogeneidade, a descentralização assume resultados contraditórios e fomenta a explosão de novas tensões para antigos problemas, como o das desigualdades inter e intra-regionais.

O Programa Bolsa Família é definido atualmente pelo círculo político e econômico, como o maior programa de transferência de renda direta com condicionalidade já criado no país. Inevitavelmente, não se pode negar sua eficácia relativa ao alcance direto às famílias beneficiárias, além do real aumento efetivo da renda família, independente das críticas ao aspecto focalizado e não emancipatório, o que nos faz concordar que o mesmo é o “chão concreto de qualquer outra consideração”. (REGO, 2008, p.180).

No entanto, quando nos deparamos com os trabalhos referentes à análise do PBF desde uma perspectiva de gênero, baseados em sua maioria pela determinação legal de que "o pagamento dos benefícios previstos nesta lei será feito preferencialmente à mulher, na forma do regulamento", estamos diante de questões que não podem se calar por meio de respostas imediatistas: a estratégia de inserção das mulheres no programa na condição legal de responsáveis pelo recebimento do benefício não garante que às mesmas sejam ofertadas oportunidades de experimentar transformações no status estrutural em que se encontram na sociedade, como também na sua situação social frente à sua família e à sua comunidade, aquém, sobretudo, de espaços de convivência e vivência de um contexto de maior autonomia.

Um dos fatores para justificar a aproximação dos resultados dessa pesquisa a tal idéia é o fato de que o Bolsa Família faz uso das condições desiguais das relações de gênero e das marcas sociais que as mulheres acumularam ao largo da história, a exemplo do pensamento que elas se constituem como opção fundamental para a garantia do melhor aproveitamento dos recursos financeiros transferidos. Não por menos, o PBF se apóia, acima de tudo, no papel estereotipado da mulher cuidadora que trata das crianças e mantém em dia as condicionalidades.

Soma-se a esse fator, os sentimentos de culpa e não-compromisso que recaem sob as mães quando não conseguem cumprir as condicionalidades, simbolicamente lidas como “obrigações” para o mundo materno.

No que diz respeito ao conceito de família determinado pela política, o PBF está longe do reconhecimento das relações de assimetria do poder, em que a casa, o lar muitas vezes se distancia do imaginário da proteção e conciliação, como citado por Costa (2007) no quarto capítulo e Cavalcanti (2005) quando lembra a recorrência desenfreada da violência doméstica desenvolvida pelo país.

Respondendo à hipótese que guiou o trabalho teórico-empírico desta pesquisa, é válido afirmar que a assertiva de que o PBF caminha na contramão da *máxima giddesiana* fundamentada “no direito com responsabilidade” foi comprovada pelas entrevistas e grupos focais, em medida que as gestões municipais e suas práticas, ou a ausência destas, terminam por fomentar o redimensionamento da feminização da pobreza, uma vez que, a falta de “esforço” para o acompanhamento das condicionalidades da saúde, educação e assistência social (onde se lê as ações complementares e projetos direcionados à promoção de geração de emprego e renda, alfabetização das jovens mães-mulheres, espaços de autonomia e construção de meios eqüitativos para as relações de gênero e familiares) compromete de forma direta o dispositivo de descentralização, conforme ilustra o terceiro capítulo.

Trilhando ainda pela estrada dos questionamentos feitos ao programa, atreveu-se, diante de tantos estudos que afirma o empoderamento das mulheres mediante posse do cartão, encontrar, se não soluções, mas indícios de melhoria nos dados apresentados pelos municípios: viu-se que, para algumas gestões, os desafios enfrentados pelo IGD são relacionados a apenas uma das áreas focalizadas, que se alternam entre a saúde e a educação; a situação da assistência social é mais crítica, haja vista que a mesma se forma a partir de algumas instâncias e que estas denunciam fragilidades no que abrange: a “vigilância social”, ou como define Sposati, a “capacidade de detectar, monitorar as ocorrências de vulnerabilidades e fragilidades que possam causar a desproteção, além da ocorrência de riscos e vitimizações” e a “defesa de direitos”, defendida pela autora

como “preocupação com os direitos dos usuários nos procedimentos dos serviços e na criação de espaços de defesa de direitos para além dos conselhos de gestão da política”. (SPOSATI, 2008, p.20).

Os índices preocupantes desenvolvidos pelas gestões não representam somente estatísticas que vão refletir os baixos montantes a serem repassados pelo governo federal às prefeituras: arrisca-se, principalmente, o efetivo acompanhamento das famílias e põe-se em risco o projeto de matricialidade sociofamiliar, ou seja, a “concepção de que a família é o núcleo protetivo intergeracional, presente no cotidiano e que opera tanto o circuito de relações afetivas, como de acessos a bens materiais e sociais”. (SPOSATI, 2008, p.21).

Quando nos deparamos com a questão – quais famílias estão em condições de sair do Bolsa Família, interrogação que insiste em não ter respostas para grande parte dos programas de transferência direta de renda na América Latina, vê-se que estudar a autonomia das mulheres é remota pauta da agenda PBF; haja vista práticas recorrentes de políticas como estas, como aponta estudos internacionais:

> Quando os programas focalizados de assistência ou proteção social se adéquam para brindar ajuda à população em condição de pobreza ou vulnerabilidade, seus desenhistas se empenham em estabelecer condições primeiramente para os beneficiários utilizando ferramentas de identificação e seleção para garantir que os recursos executados efetivamente sejam entregues à população objetivo. Não obstante, apesar da literatura atual sobre focalização propor o uso de sofisticadas ferramentas para determinar a seleção dos beneficiários, pouco se avançou no estudo das condições de saída[17]. (VILLA, 2008, p.2).

Outra interpretação a ser feita é a reflexão trazida por Lavinas acerca do gasto social brasileiro em que a autora analisa os programas de transferência de renda em contraste com o investimento social - para demonstrar que a existência de tais programas, condicionados pela comprovação da insuficiência de renda das famílias candidatas, estipulam tais critérios com objetivo de reduzir a demanda, dificultando o acesso, criando situações de incoveniências (a autora define como custos elevados para obtenção do benefício), ao passo que fomentam o nascimento

[17] Tradução livre da autora.

de marcas, pois estas, levariam as famílias em potencial a dispensar o “auxílio monetário”. (LAVINAS, 2007).

> Por isso mesmo a imagem mais usada quando o assunto é programas de transferência de renda focalizados é a da “organização da fila”. A metáfora sugere ganhos de eficiência, já que ao pôr ordem na fila se estaria estruturando o caos e identificando aqueles verdadeiramente merecedores da ajuda pública, que costumam ser os não-cidadãos ou os cidadãos de segunda classe. Só que não se trata propriamente de um direito de cidadania, mas da escolha “menos pior”. Esse é o princípio da autofocalização: aceitam-se os custos que são impostos porque seria pior, mais custoso, não aceitar. (LAVINAS, 2007, p.1469).

Mas a contribuição de Lavinas supera as considerações sobre a metaforização dos programas: a autora nos leva a pensar que não devemos gastar esforços e argumentos em insistir que o Estado crie as tão esperadas “portas de saída”, mas sim o estabelecimento de metas horizontais de redução da pobreza, investir em ações de monitoramento e de desempenho, estimando a dimensão da pobreza, “elevar o valor médio do benefício, mantendo-o como uma transferência fiscal permanente”. (LAVINAS, 2007, p.1470).

> Finalmente, a razão de ser de um programa de transferência de renda é reduzir a pobreza e, se for realmente eficaz, erradicá-la, não apenas no imediato, mas no médio e longo prazo. Na ausência de metas do governo no tocante ao percentual de pobreza que se pretende erradicar, pode-se apenas medir o número de famílias que, graças ao recebimento de algum tipo de benefício de programa público, ultrapassou a linha da pobreza para o lado bom. (LAVINAS, 2007, p.1470).

Lançamos mão aos resultados investigados por Lavinas para a importância do investimento social na elevação da renda do trabalho das mulheres mais pobres, em que a pesquisadora conclui que:

- Em um contexto que apresente baixa taxa de fecundidade, a existência de crianças não é fator inviabilizador para o desempenho das mulheres em situação de pobreza no mercado de trabalho quando estas possuem acesso a serviços de creches e pré-escola para as crianças pequenas e utensílios (eletrodomésticos) que reduzam a carga das tarefas domésticas – em contraposição à restrição temporal. Esses

elementos aumentam as chances de inserção no mercado de trabalho, fomentando a lógica de que autonomia é “bom para elevar os salários”.

- Por sua vez, quando em posição de referencial na família, as mulheres tendem a obter lucros mais altos por meio das atividades remuneradas em comparação à condição de cônjuge. Trata-se, novamente, de uma questão de autonomia, que ao final de contas, é o aspecto mais restritivo das perspectivas do aumento dos “rendimentos ocupacionais femininos”.

Portanto, sempre que for possível a conciliação, ou melhor, a redução dos *trade-offs* (conflitos de escolha) entre família e trabalho, pode-se concluir que a externalização dos conflitos de gêneros – em geral oriundos das altercações relativas à
“alocação do tempo de trabalho doméstico, reduzindo-o para todos os membros embora se trate de um tempo ainda e consistentemente assumido pelas mulheres –, mediante a provisão de serviços públicos”, contribuirá para o alavanque das potencialidades produtivas das mulheres, em particular daquelas em posição de subordinação. (LAVINAS; NICOLL, 2006).

Ainda nos remetendo à *máxima giddesiana* percebe-se que o PBF pode ser apontado como elemento da sobrecarga de responsabilidades (que para o programa significam condições, violando a posição de direito do conceito e o submetendo ao sistema de valores calcado no binômio recompensa-punição) como no espaço doméstico, em que pese a admitir que o programa oportunize a aquisição de bens, abertura e concessão de crédito em detrimento da garantia de recursos provenientes do benefício. No entanto, as condicionalidades se tornam uma tarefa a mais no cotidiano do cuidado das famílias, geralmente atribuídas às mulheres[18].

Arriscamos-nos ao declarar que a política não congregar novidades quanto ao lugar reservado às mulheres, pelo contrário. Reforça a mentalidade maternalista de

[18] Referência às ações para além da presença das crianças e adolescentes nas escolas e o atualização da carteira de vacinação – mas sim, às atividades extras, palestras, reuniões, etc. que em geral acontecem em horários incompatíveis com a carga de trabalho.

que as ações esperadas pela sociedade e pelo Estado estão orientadas pelo conhecimento e experiência histórica da função de administradora do lar e conciliadora dos conflitos familiares, por meio do bom uso do recurso e da aplicabilidade das “competências femininas”, destinados à manutenção das crianças e adolescentes, bem como às necessidades domiciliares.

O risco da perda do benefício em razão do descumprimento das condicionalidades colocam o princípio da universalidade cada vez mais distante da conquista de direito a uma renda mínima universal, quando enfraquece o significado da “ética de ser portador do direito à proteção social”, ao passo que detecta-se a permanência de uma interface da proteção social não-contributiva com os programas de enfrentamento da pobreza e a perspectiva de alcance do desenvolvimento social. “Essas duas perspectivas fluem mais da velha relação entre fome e pobreza do que da adoção de uma política redistributiva articulada com o modelo econômico”. (SPOSATI, 2008, p.25).

A maior fatia dos depoimentos das mulheres descortina o seguinte contexto: as atividades domésticas ocupam o maior tempo destinado às reproduções familiares: lavar, passar, cozinhar, levar as crianças às escolas e as atribuições de cuidadora da casa, no total. A casa termina ganhando o símbolo de claustro de sua imagem e essa, por sua vez, é valorada através do cumprimento de suas funções no ambiente privado. Uma vez que o PBF promova atividades que lhes possibilite ações produtivas extra espaço doméstico, reconhecendo sua potencialidade em outras instâncias, sobretudo, a pública, poderia então afirmar que a política contribui para os primeiros passos na construção da autonomia dessas mulheres.

Outro ponto saliente nas entrevistas são os baixos níveis de escolaridade e de capacitação profissional para o mercado de trabalho: foram mencionados anseios e posicionamentos a favor de dispositivos que viessem suprir essas necessidades, lacuna que termina por empurrar com maior intensidade as presentes e futuras gerações para superação dos ciclos de pobreza, do estigma maternal e das tantas vulnerabilidades sociais que se impõem no seu cotidiano.

Há que se considerar a prerrogativa de que os sistemas de marginalização cultural quando aliados às restrições econômicas atuam como

> elementos restritivo à fruição de direitos civis e políticos por parte destes sujeitos sociais. As restrições à experiência da vida regida por direitos e prerrogativas democráticas de expressão e direito de voz na sociedade limitam significativamente sua constituição como sujeitos capacitados politicamente a formular e ampliar demandas cívicas. (REGO, 2008, p.177).

Ao que retoma-se nestas últimas linhas, as reflexões sugeridas por Fraser: as políticas públicas e seu desenho, onde destacamos os caminhos do PBF, precisam levar em conta as ambivalências constitutivas discutidas pelo quarto capítulo, ou seja, certificar as diversas coletividades sociais, condição essencial para transformar o PBF em política potencial de cidadania e de emancipação.

Um das estradas possíveis na conquista e efetivação do PBF como política de cidadania e de fomento à autonomia das mulheres e dos membros de suas famílias como um todo, é o fortalecimento e monitoramento de políticas públicas estruturadas em racional e eficiente agenda do Estado perpassado por um modelo de proteção social não-contributiva, herança da Constituição Federal de 1988, em que se recorre uma última vez a Itaboraí:

- Ações de estímulo à proteção maternidade-paternidade-infância – superior à fecundidade, como dispositivo protetivo dos laços familiares e de afetividade, sobrepujando a idéia dos programas natalistas ou como estratégias de combate à reprodução social da pobreza;
- Incentivar a igualdade social nas famílias no que diz respeito à divisão do trabalho por gênero, que inclusive se reproduz na socialização de meninos e meninas, é uma forma de garantir oportunidades iguais para homens e mulheres na sociedade em geral.
- Focalização nas camadas e pessoas vulneráveis (mulheres, crianças e idosos, sem ignorar possíveis situações de vulnerabilidade masculina) de forma a favorecer o equilíbrio entre autonomia e solidariedade nas relações familiares. (ITABORAÍ, 2005, p.16).

Regina Mioto (2004) chama atenção para o fato de que existem duas leituras possíveis de interpretação acerca da relação entre Estado e família: a invasão do Estado no que concerne à coibição em parte da legitimidade e valores privados, em

parte pela sua constituição como instrumental de emancipação dos indivíduos. Mioto analisa que, da interação entre controle e sustentação, ou mesmo do seu equilíbrio, ou ainda, entre o direito à proteção e à privacidade, podem aparecer políticas que garantam direitos individuais às mulheres, aos idosos e às crianças, em atitude de correção das vulnerabilidades sociais que se diferenciam, não sendo obrigatório o rompimento com os princípios da solidariedade familiar.

Para além das políticas de transferência de renda monetária conclui-se que a retomada do investimento público necessita ser direcionada à escola de tempo integral e ampliação do número de creches, por meio da preconização de uma educação com qualidade. Acredita-se que a universalização do acesso e de parâmetros de eficiência "dos serviços desmercantilizados" serão os elementos-chave para a redução e transformação concretas dos sistemas de valores estigmatizados, dos diferenciais de gênero e das desigualdades sociais no país.

No que diz respeito aos novos paradigmas da gestão pública, os municípios baianos em questão precisam acompanhar na prática os lemas da administração pública que vem sendo desenhado pelas últimas décadas: a transferência de responsabilidades, o gerenciamento por participação e o próprio conceito de governo empreendedor. Tais prerrogativas, por sua vez, implicam a adoção de estratégias calcadas pela liderança e sua continuidade; confiança; visão e objetivos compartilhados e, finalmente, a construção de uma infra-estrutura cívica sadia, que nas palavras do historiador Thomas Kuhn (2003), a configuração de uma rede informal de compromisso cívico em que os cidadãos, as organizações comunitárias, as empresas e os órgãos de comunicação social estão comprometidos com o bem-estar do público.

No status de política pública o Programa Bolsa Família trilha terrenos longos e árduos no que diz respeito à construção de políticas intersetoriais que possam ser conceituadas como de gênero e não apenas como políticas que têm como público-alvo mulheres pobres, afinal, por si só, não as qualificam como tal, muito menos podem auferir para sua estrutura, as ações de empoderamento e autonomia.

As práticas gerenciais necessitam urgentemente rever posições e concepções relativas ao programa em que pese à luta contra estereótipos e juízos pré-formados,

condições essenciais para o conhecimento do público-alvo e de suas funções. O trabalho de monitoramento e controle social são peças-chave na construção de estratégias e planejamentos eficientes quanto ao objetivo e normativas da política.

O empoderamento, bandeira muitas vezes usada para o combate do redimensionamento da feminização da pobreza, precisa se constituir por meio de identidades, da redução dos conflitos de escolha entre família e trabalho, da diminuição dos sistemas de marginalização econômica e política, das correções de suas vulnerabilidades, da impugnação de ambivalências constitutivas entre os gêneros, retraduzidos pelas histórias de vida e pela sobrevivência cotidiana.

REFERÊNCIAS

AÇÕES EM GÊNERO CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO (AGENDE). O programa Bolsa Família e o enfrentamento das desigualdades de gênero: o desafio de promover o reordenamento do espaço doméstico e o acesso das mulheres ao espaço público. 2006. Relatório final de atividades apresentado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Com- bate à Fome (MDS) e ao Department for International Development (DFID). Mimeografado.

ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (Orgs.). **Família, Redes, Laços e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 2005. p.23.

AFONSO, J.R. **Descentralização fiscal na América Latina**: estudo de caso do Brasil. Santiago: Ed. das Naciones Unidas Comision Economica para America Latina y el Caribe, 128p, 1994.

AGUIAR, Marcelo; ARAÚJO, Carlos Henrique. **Bolsa Escola – Educação para enfrentar a pobreza**. Brasília: UNESCO, 2003.

AJAMIL GARCÍA, Menchu. Gênero y ciudadanía: análisis de desafíos para el Estado y el desarollo local. In: **VIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Adminstración Pública**. Panamá, 2003.

Análise da Pesquisa sobre a utilização dos Recursos do Índice de Gestão Descentralizada. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2007.

ARAÚJO, Clara & SCALON, Celi. Gênero e a distância entre a intenção e o gesto. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.21, n.62, out. 2006.

ARRAIGADA, Irma. Estruturas familiares, trabalho e bem-estar na América Latina. In: ARAÚJO, Clara; PICANÇO, Felícia; SCALON, Cecília (Orgs.). **Novas conciliações e antigas tensões:** gênero, família e trabalho e uma perspectiva comparada. EDUSC: São Paulo, 2006. p. 223-268.

ARRETCHE, M. **Estado federativo e políticas sociais**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

Bahia Negócios. Bolsa Família é mais importante que o desempenho da economia. Política/Eleições, Salvador, agosto.2009.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade.** Para uma teoria geral da política. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001**, institui o Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal.

_____. **Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004**, regulamenta a Lei nº 10.836, de 09/01/2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências.

_____. **Decreto nº 5.749, de 11 de abril de 2006**, atualiza os valores referenciais para caracterização das situações de pobreza e extrema pobreza, no âmbito do Programa Bolsa Família.

_____. **Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007**, dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências.

_____. **Decreto nº 6.157, de 16 de julho de 2007,** dá nova redação ao art. 19 do Decreto n° 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei n° 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família.

_____**. Decreto nº 6.392, de 12 de março de 2008,** altera o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.

_____. **Decreto nº 6.491, de 26 de junho de 2008,** dá nova redação ao art. 19 do Decreto n° 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei n° 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Decreto nº 6.917, de 30 de julho de 2009, altera os arts. 18, 19 e 28 do Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004.**

_____. **Portaria Interministerial MEC/MDS nº 3.789, de 17/11/2004**, dispõe sobre as atribuições e normas para a oferta e o monitoramento das ações de educação relativas às condicionalidades das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família dos Programas Remanescentes.

_____. **Portaria Interministerial MS/MDS nº 2.509, de 18/11/2004**, dispõe sobre as atribuições e normas para a oferta e o monitoramento

das ações de saúde relativas às condicionalidades das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

_____. **Portaria GM/MDS nº 551, de 9 de novembro de 2005**, regulamenta a gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família.

_____. **Portaria GM/MDS nº 672, de 29 de dezembro de 2005**, altera prazos fixados nas Portarias GM/MDS nº 246, de 20 de maio de 2005, GM/MDS nº 360, de 12 de julho de 2005 e GM/MDS nº 555, de 11 de novembro de 2005, e estabelece critérios para remuneração no Cadastro Único das famílias beneficiárias do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

_____. **Portaria GM/MDS nº 148, de 27 de abril de 2006**, estabelece normas, critérios e procedimentos para o apoio à gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal no âmbito dos municípios, e cria o Índice de Gestão Descentralizada do Programa.

_____. **Controladoria Geral da União**. Resposta à Folha de São Paulo. 18/07/2007. Mensagem recebida pela autora. Através de centrotalita@centrotalita.org.br . Disponível também em www.cgu.gov.br

BRUGUÉ, Quim; GOMÀ, Ricard. Las políticas públicas locales: agendas complejas, roles estratégicos y estilo relacional. In: **Gobiernos locales y políticas públicas.** Bienestar social, promoción económica y territorio. Barcelona: Ariel, 1998.

BRUSCHINI, Cristina. Uma abordagem sociológica de família. **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, v.6, n.1, p.1-23, jan/jun. 1989.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble:** Feminism and the Subversion of Identity. New York: Routledge, 1990.

CALDEIRA, Bárbara Maria Santos. A Dimensão do enfoque de gênero no Programa Bolsa Família: ranços e avanços na promoção do empoderamento das mulheres nos municípios baianos. In: **3º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero.** Redações e artigos científicos premiados - 2008. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. p.19-36.

CALDEIRA, Bárbara Maria S.; CAVALCANTI, V. R. S. A dimensão do enfoque de gênero no Programa Bolsa Família: caminhos e (des) caminhos na promoção do empoderamento das mulheres. In: SMITH, Yamile Delgado de; GONZÁLEZ, María Cristina. (Orgs.). **Mujeres en el Mundo**: migración, género, trabajo, historia, arte y política. Valencia: Ediciones de la Universidad de Carabobo, v. 4, p. 1-16, 2008.

CARBONERA, Silvia Maria. O papel jurídico do afeto nas relações de família. In: **Repensando o direito de família**. Belo Horizonte: IBDFAM, 1999.

CARDOSO, Ruth. Sustentabilidade, o desafio das políticas sociais no século 21. **Revista São Paulo Perspectiva**, São Paulo, vol.18, n. 2, p.42-48, jun. 2004.

CARVALHO, Ana M. A.; CAVALCANTI, V. R. S.; CALDEIRA, Bárbara Maria S. Woman the Caregiver: Ways of Sharing Childcare in Two Contemporary Brazilian Contexts. In: BASTOS, Ana Cecilia; URIKO, Kristiina; VALSINER, Jaan. (Orgs.). **Cultural Dynamics of Women s Lives.** Carolina do Norte: IAP - Information Age Publishing, v. 1, p. 1-35, 2009.

CARVALHO, M.C.B. A priorização da família na agenda da política social. In:_____. (Org.) **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez/ EDUC, 1997, p. 11-21.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: BELFIORE-WANDERLEY, M., BOGUS, L.; YAZBEK, M.C. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: Educ, 2005.

CASTRO, Mary Garcia. Feminização da Pobreza em cenário neoliberal. In: **Anais da I**
Conferência Estadual da Mulher. Rio Grande do Sul: Coordenadoria Estadual da Mulher – Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1999.

_____. Gênero e poder. Leituras transculturais – quando o sertão é mar, mas o olhar
estranha, encalha em recifes. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n.16, p.49-77, 2001.

_____. Marxismo, feminismos e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, n.11, p.98-108, 2000.

CAVALCANTI, V. R. S. Mujeres, derechos humanos y políticas públicas en Brasil. **Portuguese Studies Review**. Peterborough, v. 12, n. 2, p. 189-208, 2005.

CIMADAMORE, Alberto D. Ciências Sociais e Pobreza: a busca de um enfoque integrado. In: WERTHEIN, Jorge; NOLETO, Marlova. **Pobreza e desigualdade no Brasil:** Traçando caminhos para a inclusão social. Brasília: UNESCO, 2004.

Constituição da República Federativa do Brasil de 05/10/1988. São Paulo: Saraiva. 19. ed. atualizada e ampliada, 1998.

COSTA, Albertina de Oliveira. Conciliação entre Trabalho e Família. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 535-536, set.-dez. 2007.

COSTA, Ana Alice. Mulher e Poder. Um caso de exclusão. **Mulheres no Poder Uma Construção Coletiva**, São Paulo, p. 9-10, 1999.

COSTA, J. S. M. et al . **A Face Feminina da Pobreza**: Sobre-Representação e Feminização da Pobreza no Brasil. Brasília: IPEA, Texto para Discussão 1137, 2005.

CUNHA, Rosani. Transferência de Renda com Condicionalidade: A Experiência do Programa Bolsa Família. In: **Curso para directivos**: transferências condicionadas. Brasília: Indes/BID, jul. 2007.

_____. **A garantia do direito à renda no Brasil:** a experiência do Programa Bolsa Família. Brasília: MDS, 2008.

DEBUS, M. **Manual para excelencia en la investigación mediante grupos focales.** Washington: Academy for Educational Development, 1997.

DEMO, Pedro. **Introdução à sociologia:** complexidade, interdisciplinariedade e desigualdade social. São Paulo: Atlas, 2000.

DINIZ, Simone. Critérios de justiça e programas de renda mínima. **Rev. Katál.** Florianópolis, v. 10, n. 1 p. 105-114, jan./jun. 2007.

DRAIBE, S. O welfare state no Brasil: características e perspectivas. **Ciências Sociais Hoje,** Anuário da ANPOCS, São Paulo: Editora Vértice, 1989.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e Políticas Públicas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p.47-71, jan-abril. 2004.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de Faria. Idéias, Conhecimento e Políticas Públicas. Um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 18, n. 51, fev.2003.

FOGLIA, Izabel Cristina Firmo. **Políticas Públicas e o Programa Bolsa Família:** inclusão social ou (re)ordenamento do poder?. 2007. 164f. Dissertação (Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea) - Universidade Católica do Salvador, Salvador.

FRASER, Nancy. From Redistribution to Recognition? Dilemmas of Justice in a Postsocialist Age. In: _____. **Justice Interruptus**. Critical Reflections on the "Postsocialist" Condition.New York and London: Routledge, p. 11-40, 1997.

_____. Redistribución, reconocimiento y participación: hacia un concepto integrado de la justicia". In: UNESCO. **Informe Mundial sobre la Cultura** – 2000-2001. Ediciones Unesco, p. 55-56, 2001.

FREY, Klaus. **Políticas Públicas:** um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. 2002. Tese (Doutorado em Administração Pública) - Universidade de Konstanz, Alemanha.

GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo Focal na Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas.** Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

GARGARELLA, R. El ingreso ciudadano como política igualitaria. In: LO VUOLO, R. (Org.). **Contra la exclusión.** La propuesta del ingreso ciudadano. Buenos Aires: CIEPP/Miño y Dávila Editores, 1995, p. 323-342.

GIDDENS, Anthony. **The Third Way**. The Renewal of Social Democracy. Cambridge : Polity Press, 1998.

GOLDANI, Ana Maria. Famílias e gêneros: uma proposta para avaliar (des)igualdades. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 12, Caxambu, 2000, **Anais Caxambu**, Minas Gerais, 2000. Disponível em: www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/ 2005/Todos/gent2_1.pdf. Acesso em: 15 fev., 2009.

GOLDANI, Ana Maria. Las famílias brasileñas y sus desafios como factor de protección al final del siglo XX. In: GOMES, Cristina. **Processos sociales, pobración y família:** alternativas teóricas y empíricas en las investigaciones sobre a vida doméstica. México: FLACSO, 2005.

GOMES, E.S.;BARBOSA, E.F. **A técnica de Grupos Focais para obtenção de dados qualitativos**. Instituto de Pesquisa e Inovações Educacionais – Educativa. Disponível em: <http://www.educativa.org.br>. Acessado em: 23 de set. de 2008.

GOMES, Mônica Araújo. **Filhos de ninguém?** Um estudo das representações sociais sobre família de adolescentes em situação de rua. 2003. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciências & Saúde Coletiva**, São Paulo, n.10, p.357-363,2005.

GORNICK, Janet T.; MEYERS, Maria K. Os regimes de bem-estar social com relação a trabalho remunerado e cuidados. In: ARAÚJO, Clara; PICANÇO, Felícia; SCALON, Cecília (Orgs.). **Novas conciliações e antigas tensões**: gênero, família e trabalho e uma perspectiva comparada. São Paulo: EDUSC, p.191-222, 2006.

HÖFLING, Eloísa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cad. CEDES**, São Paulo, v.21, n. 55, p.30-41, nov. 2001.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2006.

Instituto de Estudos Socioeconômicos. Orçamento, direitos e desigualdades: um olhar sobre a proposta orçamentária/2009. Brasília, 2009.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. A proteção social da família brasileira contemporânea: reflexões sobre a dimensão simbólica das políticas públicas. In: **Anais do Seminário Famílias e Políticas Públicas** - ABEP, Florianópolis, 2005.

IVO, Anete B. L. A reconversão da Questão Social e a retórica da pobreza nos anos 1990. In: CIMADAMORE, Alberto; HARTLEY, Dean; SIQUEIRA, Jorge. **A pobreza do Estado:** reconsiderando o papel do Estado na luta contra a pobreza global. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

_____. A Reconversão do Social - dilemas da redistribuição no tratamento focalizado. **São Paulo em Perspectiva,** São Paulo, v.2, n. 18, p.57-67, 2004.

JACCOUD, Luciana. **Proteção social no Brasil**: debates e desafios. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. 1 ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome e UNESCO, p. 57-86, 2009.

JACOBSEN, Joyce P. **The Economics of Gender**. Blackwell: Mass, 2003.

JAIVEN, Ana Lau. **La Historia con micrófono.** Textos introductorios a la historia oral. Mexico: Instituto Moura, 1994.

KALOUSTIAN, S.M.; FERRARI, M. Introdução. In:KALOUSTIAN, S.M. (Org.). **Família brasileira, a base de tudo**. Brasília: Ed. Cortez-Unicef, 1994.

KIRKWOOD, Julieta. **Ser política en Chile:** las feministas y los partidos políticos. Santiago: FLACSO, 1986.

KRUEGER, R.A. **Focus Groups:** a practical guide for applied Research. London: Sage Publications, 1996.

KUHN, Tomas. **A estrutura das revoluções científicas**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

LAMPIETTI, J. A.; STALKER, L. Consumption expenditure and female poverty: a review
of the evidence. Washington, DC: **Policy Research Report on Gender and Development**, The World Bank, n.21, apr. 2000.

LAVINAS, L. Combinando compensatório e redistributivo: o desafio das políticas sociais no Brasil. In: HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de
Janeiro: IPEA, p. 503-520, 2000.

_____. Gasto social no Brasil: programas de transferência de renda versus investimento social. **Ciência & Saúde Coletiva**, São Paulo, v.12, n.6, p.1463-1476, 2007.

LAVINAS, L.; NICOLL, Marcelo. Atividade e Vulnerabilidade: Quais os Arranjos Familiares em Risco?. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 49, n.1, p. 67-97, 2006.

LAVINAS, L; VARSANO, R. Programa de garantia de renda mínima e ação coordenada de combate à pobreza. In: LOBATO, A. L. M. (Org.). **Garantia de renda:** ensaios e propostas. Brasília: IPEA, p. 47-80 1998.

LEÓN, Magdalena. **El Empoderamiento en la Teoría y Práctica del Feminismo**. Bogotá: Tercer Mundo, 1994.

LEÓN, Maria Antonia García de. Los Estudios de Género em España (Um balance). **Revista Complutense de Madri**. Espanha: v. 10, n. 2, p.167-187, 1999.

MARCOUX, A. The feminization of poverty: claims, facts, and data needs. **Population and Development Review,** v. 24, n. 1, p. 131-139, mar. 1998.

MEDEIROS, Marcelo, BRITTO, Tatiana; SOARES, Fábio. **Programas Focalizados de Transferência de Renda no Brasil**: Contribuições para o Debate. Brasília: IPEA – Texto para Discussão, jun. 2007.

MEIER, M.J.; KUDLOWIEZ, S. **Grupo Focal:** uma experiência singular. Florianópolis: Texto & Contexto Enf., 2003.

MESQUITA, Camile. Sahb. **O Programa Bolsa Família: uma análise de seu impacto e alcance social**. 2007. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília.

MIOTO, Regina Célia Tomaso. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C. de; LEAL, M. C. (Orgs.) **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. "Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004". Disponível através de www.mds.gov.br

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*.* Portaria nº 551 de 09 de novembro de 2005. "Benefício Financeiro e Condicionalidades, dimensões Complementares". Disponível através de www.mds.gov.br

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*.* Medida Provisória nº 411, de 28 de dezembro de 2007. Disponível através de www.mds.gov.br

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008. Disponível através de www.mds.gov.br

MOGHADAM, V. The feminisation of poverty: notes on a concept and trend. Nor mal: Illinois State University, 1997 (**Women's Studies Occasional Paper**, n. 2).

MOURA, Paulo Gabriel Martins de. Bolsa Família: projeto social ou marketing político? **Rev. Katál.** Florianópolis, v. 10, n. 1 p. 115-122 jan./jun. 2007.

MONNERAT, Giselle Lavinas. et al. Do direito incondicional à condicionalidade do direito: as contrapartidas do Programa Bolsa Família. **Ciência & Saúde Coletiva**, São Paulo, n.12, p.1453-1462, 2007.

NETO, O. C; MOREIRA, M. R.; SUCENA, L. F. M. Grupos Focais e Pesquisa Social Qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação. In: **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, Ouro Preto, 2000.

NOVELLINO, M. S. F.. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. In**:** XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2004, Caxambu. **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, v.1, 2004.

OSBORNE, D; GAEBLER, T. **Reinventando o governo**: como o espírito empreendedor está transformando o setor público. Brasília: Ed. MH Comunicação, 153pp, 1995.

Perfil das Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família. Brasília: MDS, março de 2007. Publicado em 22/08/2007. Disponível através de www.mds.gov.br

PALERMO, Alicia Itati. Reseñas de las Actas del II Congreso Internacional Historia a Debate. España: 2000. Disponible en: www.h-debate.com

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**. Operários, Mulheres, Prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.16, n.3, p.887-896424, set.-dez.2008.

RAMOS, C. A. Programa de renda mínima garantida. In: LOBATO, A. L. M. (Org.). **Garantia de renda**: ensaios e propostas. Brasília: IPEA, p. 203-250, 1998.

RAWLS, J. **Uma teoria da justiça**. Lisboa: Editorial Presença, 1993.

_____. **O liberalismo político**. São Paulo: Ática, 2000.

REGO, Walquiria Leão. Aspectos Teóricos das Políticas de Cidadania: uma aproximação ao Bolsa Família. **Lua Nova**, São Paulo, n.73, p.147-185, 2008.

RITTEL Horst; WEBBER, Melvin. Dilemas de uma teoria general de planeación. In: VILLANUEVA, Luiz F. **Problemas públicos y agenda de gobierno**. México: Miguel Angel Porrua Editorial, 2000.

RODRIGUES, A.R. Pontuações sobre a Investigação Mediante Grupos Focais. In: **Seminário COPEADI** – Comissão Permanente de Avaliação e Desenvolvimento Institucional, 1988.

ROSANVALLON, Pierre. **A nova questão social**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

RUA, M. G. Análise de Política Públicas: Conceitos Básicos. In: RUA, M.G.; CARVALHO, Maria. (Org.). **O Estudo da Política**: Tópicos Selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo Brasileiro de Proteção Social não Contributiva: Concepções Fundantes. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública – **Curso Gestão Pública/MDS**, 2008.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho**. São Paulo: Cortez, 2005.

SAU, Victoria. **Diccionario ideológico feminista**. 3.ed.Barcelona: Icaria Editorial, 2000.

SCHWARZER, H. **Impactos socioeconômicos do sistema de aposentadorias rurais no Brasil** – Evidências empíricas de um estudo de caso no estado do Pará. Rio de Janeiro: IPEA, Série Texto para Discussão, n. 729, 2000.

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.13, n.1, jan.-abril, 2005. Disponível através de www.scielo.org.br

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. 2004.

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. 2008.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENNA, Mônica de Castro Maia et al. Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira?. **Rev. Katál,** Florianópolis, v. 10, n. 1 p. 86-94 jan.-jun. 2007.

SETUBAL, Maria Alice. Muito além da transferência de renda. **Tendências/Debates**. São Paulo: Folha de São Paulo. 11/09/2007.

SOUZA, Celina. Governos e sociedades locais em contextos de desigualdades e de descentralização. **Ciência & Saúde Coletiva**, São Paulo, vol.7, n.3, p.431-442, 2002.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez. 2006.

SPADA, Bruno. Mobilização para qualificação profissional dos beneficiários do Bolsa Família envolve 240 municípios de 12 regiões metropolitanas. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Arquivo capturado em 24/07/08, às 08:38. Disponível através de www.mds.gov.br

SUÁREZ, Mireya, TEIXEIRA, Marlene; CLEAVER, Ana Julieta Teodoro. Gestão Local e Desigualdades de Gênero. **Cadernos AGENDE**. Brasília: AGENDE, 2002.

VAN PARIJS, P. **O que é uma sociedade justa?** São Paulo: Ática, 1997.

_____. Más allá de la solidaridad. Los fundamentos éticos del Estado de bienestar y su superación. In: LO VUOLO, R. (Org.). **Contra la exclusión**. La propuesta del ingreso ciudadano. Buenos Aires: CIEPP/Miño y Dávila Editores, p. 55-82,1995.

_____. Capitalismo de renda básica. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 32, p. 69-91, 1994.

VENIER, Marta Elena. Por qué apoderar. In: **Boletín 67**. México: El Colegio de México, 1996.

VILLA, Juan Miguel. **Que familias están en condiciones de salir del Programa Familias em Acción?** . Brasília: International Poverty Centre - PNUD, n.4, set.2008.

VILLANUEVA, Luiz F. **Problemas públicos y agenda de gobierno**. México: Miguel Angel Porrua Editorial, 2000.

YOUNG, Kate. Reflexiones sobre cómo enfrentar las necesidades de las mujeres.in: GUZMÁN et al. (ed.). **Una nueva mirada:** género en el desarrollo. Lima: Flora Tristán y Entre Mujeres, 1991.

ZALUAR, Alba. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.12, nº 35, fev. 1997.

A P Ê N D I C E

INSTRUMENTO DE INVESTIGAÇÃO 1 – PROJETO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E GESTÃO MUNICIPAL NO ESTADO DA BAHIA: empoderamento das mulheres ou redimensionamento da feminização da pobreza?

Município visitado: CAMACÃ
Contatos: ELIECY NÔ DA SILVA ROSA

1**. Situação atual da Educação**: Marque com um "X" o que existe no município.

1.1 Escola / Família / Secretaria

X Freqüência dos Alunos Beneficiários ☐ Registro dessa Freqüência

☐ Preenchimento do Relatório de Frequência

☐ Recebimento dos Relatórios das Escolas ☐ Compreensão dos Procedimentos pelas Secretarias

1.2 Encaminhamento dos Relatórios: ☐ Para o Gestor X Para o MEC/CAIXA

2. **Informação da Saúde**: Marque com um "X" o que existe no município.

2.1 Existe um Registro do Acompanhamento às Famílias beneficiadas pelo PBF ? X Sim ☐ Não

2.2 Encaminhamento dos Relatórios: ☐ Para o Gestor X Para o SISVAN

3**. Informações da Assistência Social**:

3.1 Possui Instrumentos para acompanhar as condicionalidades ? ☐ Sim (pedir cópia) X Não

3.2 Há um Plano de Aplicação do IGD ? ☐ Sim X Não

3.3 No Plano há Integração entre a Assistência Social e o Bolsa Família (Recursos do IGD) ?

☐ Sim X Não

3.4 O município tem o CRAS ? ☐ Sim X Não

3.5 O Recurso do IGD é aplicado nas atividades do CRAS ? ☐ Sim X Não

3.6 A Secretaria da Assistência, CRAS ou coordenações específicas possuem instrumentos de promoção de ações voltadas às mulheres? ☐ Sim X Não

4. **Observações da Pesquisadora.**

_____
_____
_____

DATA: ____/____/_____ASSINATURA: _____

INSTRUMENTO DE INVESTIGAÇÃO 2 – PROJETO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E GESTÃO MUNICIPAL NO ESTADO DA BAHIA: empoderamento das mulheres ou redimensionamento da feminização da pobreza?

ROTEIRO GRUPO FOCAL MULHERES BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
CONDIÇÃO: JOVENS MULHERES ENTRE 15 E 29 ANOS

GRUPO FOCAL Nº---------- **DATA** ----/----/----

LOCAL DE REALIZAÇÃO (Município) ----------

NÚMERO DE COMPONENTES ----------

NÚMERO DE MULHERES POR FAIXA ETÁRIA:15 a 18 ( )19 a 24 ( ) 25 a 29 ( )

NÚMERO DE MULHERES POR RAÇA-ETNIA DECLARADA:Negra ( ),Branca( ), Parda ( ), Indígena ( ), Outra ( ).

PARTICIPAM DE OUTROS PROGRAMAS SOCIAIS: PETI ( ), PRONASCI ( ), BPC na ESCOLA ( ), OUTROS:
_____

COMPONENTES (características gerais que as distinguem, visando sua referência):

BLOCOS TEMÁTICOS

- Papel/Representação do Programa Bolsa Família para as Famílias;
- Papel/Representação do Programa Bolsa Família para as Mulheres;
- Conceito de Poder;
- Conceito de Independência;
- Conceito de Cidadania;
- Percepção sobre a Função Materna na Distribuição dos Recursos Familiares;
- Percepção sobre as Condicionalidades – Responsabilidades, Direitos;
- Posicionamentos sobre Divisão de Atividades Domésticas Homem/Mulher, Posição na Família, Aumento do Diálogo com o Companheiro;
- Simbologia do Cartão de Benefícios;
- Atuação das Gestões Municipais – Saúde, Educação e Assistência Social;
- Conceito de Oportunidade, Desejos e Anseios para Vida Pessoal, Espaços Privados e Públicos.

CARTA-CONVITE

Prezada senhora,

Vimos por meio deste documento, convidá-la a participar da pesquisa intitulada "PROJETO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E GESTÃO MUNICIPAL NO ESTADO DA BAHIA: empoderamento das mulheres ou redimensionamento da feminização da pobreza?", que está sendo realizada pela mestranda Bárbara Maria Santos Caldeira, no curso de pós-graduação em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, na condição de entrevistada e participante dos Grupos Focais.

O estudo consiste em entrevistas com cerca de 30-50 minutos de duração, com a Sr(a), a respeito do Programa Bolsa Família no seu município de residência. As participantes terão sua identidade mantida em sigilo.

Local:_____
Data: _____

Caso queira entrar em contato com a pesquisadora para qualquer tipo de explicação, o endereço a que deve recorrer é

Rua Bahia, n. 661, ap. 302, Pituba, Salvador-Bahia, CEP: 41830 – 161. Telefones: 71 30115652 ou 71 99954858. Ou pelo e-mail: barbaracaldeira@yahoo.com.br ou ao gestor do Programa Bolsa Família – sede de sua cidade.

Obrigada,

_____
Pesquisadora Bárbara Maria Santos Caldeira
Coordenadora do projeto

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada senhora,

Sua família foi escolhida para participar da pesquisa intitulada "PROJETO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E GESTÃO MUNICIPAL NO ESTADO DA BAHIA: empoderamento das mulheres ou redimensionamento da feminização da pobreza?", que está sendo realizada pela mestranda Bárbara Maria Santos Caldeira, no curso de pós-graduação em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional da Universidade do Estado da Bahia - UNEB.

O estudo consiste em entrevistas com cerca de 30-50 minutos de duração, com a Sr(a), a respeito do Programa Bolsa Família no seu município de residência. As participantes terão sua identidade mantida em sigilo.

Caso queira entrar em contato com a pesquisadora para qualquer tipo de explicação, o endereço a que deve recorrer é

Rua Bahia, n. 661, ap. 302, Pituba, Salvador-Bahia, CEP: 41830 – 161.
Telefones: 71 30115652 ou 71 99954858.
Ou pelo e-mail: barbaracaldeira@yahoo.com.br

Caso concorde em participar, por favor, assine a declaração a seguir.

Obrigada,

_____
Pesquisadora Bárbara Maria Santos Caldeira
Coordenadora do projeto

Eu, _____, concordo em participar desse estudo, estando ciente de que estou livre para desistir a qualquer momento e de que minha identidade será mantida em sigilo.

Local e data:
_____
Assinatura:
_____

A N E X O S

ANEXO 01 – Informações Bolsa Família

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA

Informações Bolsa Família

UF: BA
Nome do Município: ARATACA
Código IBGE do Município : 2902252

Data de Referência

INFORMAÇÕES GERAIS	População do Município (estimativa IBGE 2004)	11.965	n.a.
	Estimativa Famílias Pobres - Perfil Bolsa Família (Renda Per Capita Familiar até R$120,00)	2.005	n.a.
	Estimativa Famílias Pobres - Perfil Cadastro Único (Renda Per Capita Familiar até R$ 175,00)	2.687	n.a.
	Data de Adesão	30/09/2005	n.a.
	Gestão Municipal	Habilitado	n.a.
CADASTRO ÚNICO	Total de Famílias Cadastradas	2.096	28/02/2007
	Total de Famílias Cadastradas - Perfil Cadastro Único (Renda Per Capita Familiar até R$ 175,00)	2.059	28/02/2007
	Total de Famílias Cadastradas - Perfil Bolsa Família (Renda Per Capita Familiar até R$ 120,00)	1.978	28/02/2007
	Número de Cadastros Válidos	1.811	28/02/2007
	Número de Cadastros Atualizados a Partir de 03/2005	1.801	28/02/2007
BENEFÍCIOS **Contemplam os benefícios liberados até o momento da geração da folha de pagamento, podendo não corresponder à situação mais recente dos benefícios.**	Número de Famílias Beneficiárias do Bolsa Família - Benefício Liberado	1.880	03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias do Bolsa Escola - Benefício Liberado		03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias - Bolsa Alimentação - Benefício Liberado		03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias do Auxílio-Gás - Benefício Liberado	51	03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias do Cartão Alimentação- Benefício Liberado		03/2007
IGD **O valor do IGD foi calculado com o arredondamento para duas casas decimais de cada média que o compõe.**	Índice de Validade dos Cadastros	0,67	03/2007
	Índice de Atualização de Cadastro	1,00	03/2007
	Índice de Condicionalidade de Educação	0,65	03/2007
	Índice de Condicionalidade de Saúde	0,21	03/2007
	IGD - Índice de Gestão Descentralizada no Mês	0,64	03/2007
	Recursos Transferidos no Mês para Apoio à Gestão (R$)	3.344,00	03/2007
	Teto de Recursos para Apoio à Gestão (R$)	5.513,00	03/2007

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

SECRETARIA NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA

Informações Bolsa Família

UF: BA
Nome do Município: ITAJU DO COLONIA
Código IBGE do Município : 2915403

Data de Referência

INFORMAÇÕES GERAIS	População do Município (estimativa IBGE 2004)	9.104	n.a.
	Estimativa Famílias Pobres - Perfil Bolsa Família (Renda Per Capita Familiar até R$120,00)	1.225	n.a.
	Estimativa Famílias Pobres - Perfil Cadastro Único (Renda Per Capita Familiar até R$ 175,00)	1.642	n.a.
	Data de Adesão	05/12/2005	n.a.
	Gestão Municipal	Habilitado	n.a.
CADASTRO ÚNICO	Total de Famílias Cadastradas	1.167	28/02/2007
	Total de Famílias Cadastradas - Perfil Cadastro Único (Renda Per Capita Familiar até R$ 175,00)	1.154	28/02/2007
	Total de Famílias Cadastradas - Perfil Bolsa Família (Renda Per Capita Familiar até R$ 120,00)	1.122	28/02/2007
	Número de Cadastros Válidos	1.021	28/02/2007
	Número de Cadastros Atualizados a Partir de 03/2005	960	28/02/2007
BENEFÍCIOS **Contemplam os benefícios liberados até o momento da geração da folha de pagamento, podendo não corresponder à situação mais recente dos benefícios.**	Número de Famílias Beneficiárias do Bolsa Família - Benefício Liberado	936	03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias do Bolsa Escola - Benefício Liberado	2	03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias - Bolsa Alimentação - Benefício Liberado		03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias do Auxílio-Gás - Benefício Liberado	29	03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias do Cartão Alimentação- Benefício Liberado		03/2007
IGD **O valor do IGD foi calculado com o arredondamento para duas casas decimais de cada média que o compõe.**	Índice de Validade dos Cadastros	0,62	03/2007
	Índice de Atualização de Cadastro	1,00	03/2007
	Índice de Condicionalidade de Educação	0,53	03/2007
	Índice de Condicionalidade de Saúde	0,56	03/2007
	IGD - Índice de Gestão Descentralizada no Mês	0,68	03/2007
	Recursos Transferidos no Mês para Apoio à Gestão (R$)	1.943,10	03/2007
	Teto de Recursos para Apoio à Gestão (R$)	3.563,00	03/2007

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA

Informações Bolsa Família

UF: BA
Nome do Município: MASCOTE
Código IBGE do Município : 2920908

Data de Referência

INFORMAÇÕES GERAIS	População do Município (estimativa IBGE 2004)	17.223	n.a.
	Estimativa Famílias Pobres - Perfil Bolsa Família (Renda Per Capita Familiar até R$120,00)	2.324	n.a.
	Estimativa Famílias Pobres - Perfil Cadastro Único (Renda Per Capita Familiar até R$ 175,00)	3.114	n.a.
	Data de Adesão	28/10/2005	n.a.
	Gestão Municipal	Habilitado	n.a.
CADASTRO ÚNICO	Total de Famílias Cadastradas	2.603	28/02/2007
	Total de Famílias Cadastradas - Perfil Cadastro Único (Renda Per Capita Familiar até R$ 175,00)	2.532	28/02/2007
	Total de Famílias Cadastradas - Perfil Bolsa Família (Renda Per Capita Familiar até R$ 120,00)	2.450	28/02/2007
	Número de Cadastros Válidos	1.441	28/02/2007
	Número de Cadastros Atualizados a Partir de 03/2005	1.141	28/02/2007
BENEFÍCIOS **Contemplam os benefícios liberados até o momento da geração da folha de pagamento, podendo não corresponder à situação mais recente dos benefícios.**	Número de Famílias Beneficiárias do Bolsa Família - Benefício Liberado	2.177	03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias do Bolsa Escola - Benefício Liberado		03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias - Bolsa Alimentação - Benefício Liberado		03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias do Auxílio-Gás - Benefício Liberado	57	03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias do Cartão Alimentação- Benefício Liberado		03/2007
IGD **O valor do IGD foi calculado com o arredondamento para duas casas decimais de cada média que o compõe.**	Índice de Validade dos Cadastros	0,46	03/2007
	Índice de Atualização de Cadastro	0,87	03/2007
	Índice de Condicionalidade de Educação	0,66	03/2007
	Índice de Condicionalidade de Saúde	0,06	03/2007
	IGD - Índice de Gestão Descentralizada no Mês	0,52	03/2007
	Recursos Transferidos no Mês para Apoio à Gestão (R$)	3.191,50	03/2007
	Teto de Recursos para Apoio à Gestão (R$)	6.310,00	03/2007

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA

Informações Bolsa Família

UF: BA
Nome do Município: PAU BRASIL
Código IBGE do Município : 2923902

Data de Referência

INFORMAÇÕES GERAIS	População do Município (estimativa IBGE 2004)	13.948	n.a.
	Estimativa Famílias Pobres - Perfil Bolsa Família (Renda Per Capita Familiar até R$120,00)	1.868	n.a.
	Estimativa Famílias Pobres - Perfil Cadastro Único (Renda Per Capita Familiar até R$ 175,00)	2.503	n.a.
	Data de Adesão	13/10/2005	n.a.
	Gestão Municipal	Habilitado	n.a.

CADASTRO ÚNICO	Total de Famílias Cadastradas	2.918	28/02/2007
	Total de Famílias Cadastradas - Perfil Cadastro Único (Renda Per Capita Familiar até R$ 175,00)	2.904	28/02/2007
	Total de Famílias Cadastradas - Perfil Bolsa Família (Renda Per Capita Familiar até R$ 120,00)	2.881	28/02/2007
	Número de Cadastros Válidos	2.687	28/02/2007
	Número de Cadastros Atualizados a Partir de 03/2005	2.638	28/02/2007

BENEFÍCIOS **Contemplam os benefícios liberados até o momento da geração da folha de pagamento, podendo não corresponder à situação mais recente dos benefícios.**	Número de Famílias Beneficiárias do Bolsa Família - Benefício Liberado	2.140	03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias do Bolsa Escola - Benefício Liberado		03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias - Bolsa Alimentação - Benefício Liberado		03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias do Auxílio-Gás - Benefício Liberado	23	03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias do Cartão Alimentação- Benefício Liberado		03/2007

IGD **O valor do IGD foi calculado com o arredondamento para duas casas decimais de cada média que o compõe.**	Índice de Validade dos Cadastros	1,00	03/2007
	Índice de Atualização de Cadastro	1,00	03/2007
	Índice de Condicionalidade de Educação	0,33	03/2007
	Índice de Condicionalidade de Saúde	0,13	03/2007
	IGD - Índice de Gestão Descentralizada no Mês	0,62	03/2007
	Recursos Transferidos no Mês para Apoio à Gestão (R$)	3.205,40	03/2007
	Teto de Recursos para Apoio à Gestão (R$)	5.170,00	03/2007

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA

Informações Bolsa Família

UF: BA
Nome do Município: CAMACAN
Código IBGE do Município : 2905602

Data de Referência

INFORMAÇÕES GERAIS	População do Município (estimativa IBGE 2004)	33.075	n.a.
	Estimativa Famílias Pobres - Perfil Bolsa Família (Renda Per Capita Familiar até R$120,00)	4.271	n.a.
	Estimativa Famílias Pobres - Perfil Cadastro Único (Renda Per Capita Familiar até R$ 175,00)	5.723	n.a.
	Data de Adesão	30/09/2005	n.a.
	Gestão Municipal	Habilitado	n.a.

CADASTRO ÚNICO	Total de Famílias Cadastradas	4.552	28/02/2007
	Total de Famílias Cadastradas - Perfil Cadastro Único (Renda Per Capita Familiar até R$ 175,00)	4.499	28/02/2007
	Total de Famílias Cadastradas - Perfil Bolsa Família (Renda Per Capita Familiar até R$ 120,00)	4.222	28/02/2007
	Número de Cadastros Válidos	3.323	28/02/2007
	Número de Cadastros Atualizados a Partir de 03/2005	3.241	28/02/2007

BENEFÍCIOS **Contemplam os benefícios liberados até o momento da geração da folha de pagamento, podendo não corresponder à situação mais recente dos benefícios.**	Número de Famílias Beneficiárias do Bolsa Família - Benefício Liberado	3.757	03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias do Bolsa Escola - Benefício Liberado		03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias - Bolsa Alimentação - Benefício Liberado		03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias do Auxílio-Gás - Benefício Liberado	111	03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias do Cartão Alimentação- Benefício Liberado		03/2007

IGD **O valor do IGD foi calculado com o arredondamento para duas casas decimais de cada média que o compõe.**	Índice de Validade dos Cadastros	0,58	03/2007
	Índice de Atualização de Cadastro	1,00	03/2007
	Índice de Condicionalidade de Educação	0,34	03/2007
	Índice de Condicionalidade de Saúde	0,04	03/2007
	IGD - Índice de Gestão Descentralizada no Mês	0,49	03/2007
	Recursos Transferidos no Mês para Apoio à Gestão (R$)	4.950,23	03/2007
	Teto de Recursos para Apoio à Gestão (R$)	11.178,00	03/2007

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA

Informações Bolsa Família

UF: BA
Nome do Município: SANTA CRUZ CABRALIA
Código IBGE do Município : 2927705

Data de Referência

INFORMAÇÕES GERAIS	População do Município (estimativa IBGE 2004)	24.675	n.a.
	Estimativa Famílias Pobres - Perfil Bolsa Família (Renda Per Capita Familiar até R$120,00)	2.246	n.a.
	Estimativa Famílias Pobres - Perfil Cadastro Único (Renda Per Capita Familiar até R$ 175,00)	3.010	n.a.
	Data de Adesão	11/11/2005	n.a.
	Gestão Municipal	Habilitado	n.a.

CADASTRO ÚNICO	Total de Famílias Cadastradas	3.384	28/02/2007
	Total de Famílias Cadastradas - Perfil Cadastro Único (Renda Per Capita Familiar até R$ 175,00)	3.307	28/02/2007
	Total de Famílias Cadastradas - Perfil Bolsa Família (Renda Per Capita Familiar até R$ 120,00)	3.133	28/02/2007
	Número de Cadastros Válidos	2.103	28/02/2007
	Número de Cadastros Atualizados a Partir de 03/2005	1.802	28/02/2007

BENEFÍCIOS **Contemplam os benefícios liberados até o momento da geração da folha de pagamento, podendo não corresponder à situação mais recente dos benefícios.**	Número de Famílias Beneficiárias do Bolsa Família - Benefício Liberado	2.269	03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias do Bolsa Escola - Benefício Liberado	12	03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias - Bolsa Alimentação - Benefício Liberado		03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias do Auxílio-Gás - Benefício Liberado	260	03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias do Cartão Alimentação- Benefício Liberado		03/2007

IGD **O valor do IGD foi calculado com o arredondamento para duas casas decimais de cada média que o compõe.**	Índice de Validade dos Cadastros	0,70	03/2007
	Índice de Atualização de Cadastro	0,94	03/2007
	Índice de Condicionalidade de Educação	0,44	03/2007
	Índice de Condicionalidade de Saúde	0,17	03/2007
	IGD - Índice de Gestão Descentralizada no Mês	0,57	03/2007
	Recursos Transferidos no Mês para Apoio à Gestão (R$)	3.485,55	03/2007
	Teto de Recursos para Apoio à Gestão (R$)	6.115,00	03/2007

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA

Informações Bolsa Família

UF: BA
Nome do Município: PORTO SEGURO
Código IBGE do Município : 2925303

Data de Referência

INFORMAÇÕES GERAIS	População do Município (estimativa IBGE 2004)	98.923	n.a.
	Estimativa Famílias Pobres - Perfil Bolsa Família (Renda Per Capita Familiar até R$120,00)	7.710	n.a.
	Estimativa Famílias Pobres - Perfil Cadastro Único (Renda Per Capita Familiar até R$ 175,00)	10.331	n.a.
	Data de Adesão	05/08/2005	n.a.
	Gestão Municipal	Habilitado	n.a.

CADASTRO ÚNICO	Total de Famílias Cadastradas	11.339	28/02/2007
	Total de Famílias Cadastradas - Perfil Cadastro Único (Renda Per Capita Familiar até R$ 175,00)	11.253	28/02/2007
	Total de Famílias Cadastradas - Perfil Bolsa Família (Renda Per Capita Familiar até R$ 120,00)	10.993	28/02/2007
	Número de Cadastros Válidos	6.135	28/02/2007
	Número de Cadastros Atualizados a Partir de 03/2005	5.592	28/02/2007

BENEFÍCIOS **Contemplam os benefícios liberados até o momento da geração da folha de pagamento, podendo não corresponder à situação mais recente dos benefícios.**	Número de Famílias Beneficiárias do Bolsa Família - Benefício Liberado	9.196	03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias do Bolsa Escola - Benefício Liberado	24	03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias - Bolsa Alimentação - Benefício Liberado		03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias do Auxílio-Gás - Benefício Liberado	329	03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias do Cartão Alimentação- Benefício Liberado		03/2007

IGD **O valor do IGD foi calculado com o arredondamento para duas casas decimais de cada média que o compõe.**	Índice de Validade dos Cadastros	0,59	03/2007
	Índice de Atualização de Cadastro	0,99	03/2007
	Índice de Condicionalidade de Educação	0,45	03/2007
	Índice de Condicionalidade de Saúde	0,40	03/2007
	IGD - Índice de Gestão Descentralizada no Mês	0,61	03/2007
	Recursos Transferidos no Mês para Apoio à Gestão (R$)	12.062,75	03/2007
	Teto de Recursos para Apoio à Gestão (R$)	19.775,00	03/2007

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA

Informações Bolsa Família

UF: BA
Nome do Município: BELMONTE
Código IBGE do Município : 2903409

Data de Referência

INFORMAÇÕES GERAIS	População do Município (estimativa IBGE 2004)	21.204	n.a.
	Estimativa Famílias Pobres - Perfil Bolsa Família (Renda Per Capita Familiar até R$120,00)	2.836	n.a.
	Estimativa Famílias Pobres - Perfil Cadastro Único (Renda Per Capita Familiar até R$ 175,00)	3.800	n.a.
	Data de Adesão	30/09/2005	n.a.
	Gestão Municipal	Habilitado	n.a.
CADASTRO ÚNICO	Total de Famílias Cadastradas	2.699	28/02/2007
	Total de Famílias Cadastradas - Perfil Cadastro Único (Renda Per Capita Familiar até R$ 175,00)	2.680	28/02/2007
	Total de Famílias Cadastradas - Perfil Bolsa Família (Renda Per Capita Familiar até R$ 120,00)	2.598	28/02/2007
	Número de Cadastros Válidos	2.049	28/02/2007
	Número de Cadastros Atualizados a Partir de 03/2005	1.745	28/02/2007
BENEFÍCIOS **Contemplam os benefícios liberados até o momento da geração da folha de pagamento, podendo não corresponder à situação mais recente dos benefícios.**	Número de Famílias Beneficiárias do Bolsa Família - Benefício Liberado	2.239	03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias do Bolsa Escola - Benefício Liberado	21	03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias - Bolsa Alimentação - Benefício Liberado		03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias do Auxílio-Gás - Benefício Liberado	82	03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias do Cartão Alimentação- Benefício Liberado		03/2007
IGD **O valor do IGD foi calculado com o arredondamento para duas casas decimais de cada média que o compõe.**	Índice de Validade dos Cadastros	0,54	03/2007
	Índice de Atualização de Cadastro	0,93	03/2007
	Índice de Condicionalidade de Educação	0,29	03/2007
	Índice de Condicionalidade de Saúde	0,12	03/2007
	IGD - Índice de Gestão Descentralizada no Mês	0,48	03/2007
	Recursos Transferidos no Mês para Apoio à Gestão (R$)	2.600,40	03/2007
	Teto de Recursos para Apoio à Gestão (R$)	7.590,00	03/2007

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA

Informações Bolsa Família

UF: BA
Nome do Município: SANTA CRUZ DA VITORIA
Código IBGE do Município : 2927804

Data de Referência

INFORMAÇÕES GERAIS	População do Município (estimativa IBGE 2004)	7.370	n.a.
	Estimativa Famílias Pobres - Perfil Bolsa Família (Renda Per Capita Familiar até R$120,00)	840	n.a.
	Estimativa Famílias Pobres - Perfil Cadastro Único (Renda Per Capita Familiar até R$ 175,00)	1.126	n.a.
	Data de Adesão	07/11/2005	n.a.
	Gestão Municipal	Habilitado	n.a.
CADASTRO ÚNICO	Total de Famílias Cadastradas	1.006	28/02/2007
	Total de Famílias Cadastradas - Perfil Cadastro Único (Renda Per Capita Familiar até R$ 175,00)	983	28/02/2007
	Total de Famílias Cadastradas - Perfil Bolsa Família (Renda Per Capita Familiar até R$ 120,00)	949	28/02/2007
	Número de Cadastros Válidos	876	28/02/2007
	Número de Cadastros Atualizados a Partir de 03/2005	842	28/02/2007
BENEFÍCIOS **Contemplam os benefícios liberados até o momento da geração da folha de pagamento, podendo não corresponder à situação mais recente dos benefícios.**	Número de Famílias Beneficiárias do Bolsa Família - Benefício Liberado	799	03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias do Bolsa Escola - Benefício Liberado		03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias - Bolsa Alimentação - Benefício Liberado		03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias do Auxílio-Gás - Benefício Liberado	16	03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias do Cartão Alimentação- Benefício Liberado		03/2007
IGD **O valor do IGD foi calculado com o arredondamento para duas casas decimais de cada média que o compõe.**	Índice de Validade dos Cadastros	0,78	03/2007
	Índice de Atualização de Cadastro	1,00	03/2007
	Índice de Condicionalidade de Educação	0,81	03/2007
	Índice de Condicionalidade de Saúde	0,72	03/2007
	IGD - Índice de Gestão Descentralizada no Mês	0,83	03/2007
	Recursos Transferidos no Mês para Apoio à Gestão (R$)	2.048,03	03/2007
	Teto de Recursos para Apoio à Gestão (R$)	2.600,00	03/2007

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA

Informações Bolsa Família

UF: BA
Nome do Município: VEREDA
Código IBGE do Município : 2933257

Data de Referência

INFORMAÇÕES GERAIS	População do Município (estimativa IBGE 2004)	7.936	n.a.
	Estimativa Famílias Pobres - Perfil Bolsa Família (Renda Per Capita Familiar até R$120,00)	1.068	n.a.
	Estimativa Famílias Pobres - Perfil Cadastro Único (Renda Per Capita Familiar até R$ 175,00)	1.431	n.a.
	Data de Adesão	13/10/2005	n.a.
	Gestão Municipal	Habilitado	n.a.

CADASTRO ÚNICO	Total de Famílias Cadastradas	1.079	28/02/2007
	Total de Famílias Cadastradas - Perfil Cadastro Único (Renda Per Capita Familiar até R$ 175,00)	1.066	28/02/2007
	Total de Famílias Cadastradas - Perfil Bolsa Família (Renda Per Capita Familiar até R$ 120,00)	1.035	28/02/2007
	Número de Cadastros Válidos	687	28/02/2007
	Número de Cadastros Atualizados a Partir de 03/2005	631	28/02/2007

BENEFÍCIOS **Contemplam os benefícios liberados até o momento da geração da folha de pagamento, podendo não corresponder à situação mais recente dos benefícios.**	Número de Famílias Beneficiárias do Bolsa Família - Benefício Liberado	896	03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias do Bolsa Escola - Benefício Liberado	2	03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias - Bolsa Alimentação - Benefício Liberado		03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias do Auxílio-Gás - Benefício Liberado	27	03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias do Cartão Alimentação- Benefício Liberado		03/2007

IGD **O valor do IGD foi calculado com o arredondamento para duas casas decimais de cada média que o compõe.**	Índice de Validade dos Cadastros	0,48	03/2007
	Índice de Atualização de Cadastro	1,00	03/2007
	Índice de Condicionalidade de Educação	0,48	03/2007
	Índice de Condicionalidade de Saúde	1,00	03/2007
	IGD - Índice de Gestão Descentralizada no Mês	0,74	03/2007
	Recursos Transferidos no Mês para Apoio à Gestão (R$)	2.042,40	03/2007
	Teto de Recursos para Apoio à Gestão (R$)	3.170,00	03/2007

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA

Informações Bolsa Família

UF: BA
Nome do Município: IBIRAPUA
Código IBGE do Município : 2912806

Data de Referência

INFORMAÇÕES GERAIS	População do Município (estimativa IBGE 2004)	7.544	n.a.
	Estimativa Famílias Pobres - Perfil Bolsa Família (Renda Per Capita Familiar até R$120,00)	925	n.a.
	Estimativa Famílias Pobres - Perfil Cadastro Único (Renda Per Capita Familiar até R$ 175,00)	1.240	n.a.
	Data de Adesão	23/09/2005	n.a.
	Gestão Municipal	Habilitado	n.a.

CADASTRO ÚNICO	Total de Famílias Cadastradas	781	28/02/2007
	Total de Famílias Cadastradas - Perfil Cadastro Único (Renda Per Capita Familiar até R$ 175,00)	775	28/02/2007
	Total de Famílias Cadastradas - Perfil Bolsa Família (Renda Per Capita Familiar até R$ 120,00)	754	28/02/2007
	Número de Cadastros Válidos	589	28/02/2007
	Número de Cadastros Atualizados a Partir de 03/2005	492	28/02/2007

BENEFÍCIOS **Contemplam os benefícios liberados até o momento da geração da folha de pagamento, podendo não corresponder à situação mais recente dos benefícios.**	Número de Famílias Beneficiárias do Bolsa Família - Benefício Liberado	625	03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias do Bolsa Escola - Benefício Liberado	17	03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias - Bolsa Alimentação - Benefício Liberado		03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias do Auxílio-Gás - Benefício Liberado	79	03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias do Cartão Alimentação- Benefício Liberado		03/2007

IGD **O valor do IGD foi calculado com o arredondamento para duas casas decimais de cada média que o compõe.**	Índice de Validade dos Cadastros	0,48	03/2007
	Índice de Atualização de Cadastro	0,92	03/2007
	Índice de Condicionalidade de Educação	0,63	03/2007
	Índice de Condicionalidade de Saúde	0,05	03/2007
	IGD - Índice de Gestão Descentralizada no Mês	0,52	03/2007
	Recursos Transferidos no Mês para Apoio à Gestão (R$)	1.079,00	03/2007
	Teto de Recursos para Apoio à Gestão (R$)	2.813,00	03/2007

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA

Informações Bolsa Família

UF: BA
Nome do Município: UNA
Código IBGE do Município : 2932507

Data de Referência

INFORMAÇÕES GERAIS	População do Município (estimativa IBGE 2004)	32.556	n.a.
	Estimativa Famílias Pobres - Perfil Bolsa Família (Renda Per Capita Familiar até R$120,00)	4.212	n.a.
	Estimativa Famílias Pobres - Perfil Cadastro Único (Renda Per Capita Familiar até R$ 175,00)	5.644	n.a.
	Data de Adesão	13/10/2005	n.a.
	Gestão Municipal	Habilitado	n.a.
CADASTRO ÚNICO	Total de Famílias Cadastradas	3.137	28/02/2007
	Total de Famílias Cadastradas - Perfil Cadastro Único (Renda Per Capita Familiar até R$ 175,00)	3.132	28/02/2007
	Total de Famílias Cadastradas - Perfil Bolsa Família (Renda Per Capita Familiar até R$ 120,00)	3.089	28/02/2007
	Número de Cadastros Válidos	2.674	28/02/2007
	Número de Cadastros Atualizados a Partir de 03/2005	2.431	28/02/2007
BENEFÍCIOS **Contemplam os benefícios liberados até o momento da geração da folha de pagamento, podendo não corresponder à situação mais recente dos benefícios.**	Número de Famílias Beneficiárias do Bolsa Família - Benefício Liberado	2.950	03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias do Bolsa Escola - Benefício Liberado		03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias - Bolsa Alimentação - Benefício Liberado		03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias do Auxílio-Gás - Benefício Liberado	21	03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias do Cartão Alimentação- Benefício Liberado		03/2007
IGD **O valor do IGD foi calculado com o arredondamento para duas casas decimais de cada média que o compõe.**	Índice de Validade dos Cadastros	0,47	03/2007
	Índice de Atualização de Cadastro	0,99	03/2007
	Índice de Condicionalidade de Educação	0,75	03/2007
	Índice de Condicionalidade de Saúde	0,06	03/2007
	IGD - Índice de Gestão Descentralizada no Mês	0,57	03/2007
	Recursos Transferidos no Mês para Apoio à Gestão (R$)	4.528,65	03/2007
	Teto de Recursos para Apoio à Gestão (R$)	11.030,00	03/2007

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA

Informações Bolsa Família

UF: BA
Nome do Município: EUNAPOLIS
Código IBGE do Município : 2910727

Data de Referência

INFORMAÇÕES GERAIS	População do Município (estimativa IBGE 2004)	87.852	n.a.
	Estimativa Famílias Pobres - Perfil Bolsa Família (Renda Per Capita Familiar até R$120,00)	7.480	n.a.
	Estimativa Famílias Pobres - Perfil Cadastro Único (Renda Per Capita Familiar até R$ 175,00)	10.023	n.a.
	Data de Adesão	30/09/2005	n.a.
	Gestão Municipal	Habilitado	n.a.

CADASTRO ÚNICO	Total de Famílias Cadastradas	10.191	28/02/2007
	Total de Famílias Cadastradas - Perfil Cadastro Único (Renda Per Capita Familiar até R$ 175,00)	10.051	28/02/2007
	Total de Famílias Cadastradas - Perfil Bolsa Família (Renda Per Capita Familiar até R$ 120,00)	9.449	28/02/2007
	Número de Cadastros Válidos	5.302	28/02/2007
	Número de Cadastros Atualizados a Partir de 03/2005	5.081	28/02/2007

BENEFÍCIOS **Contemplam os benefícios liberados até o momento da geração da folha de pagamento, podendo não corresponder à situação mais recente dos benefícios.**	Número de Famílias Beneficiárias do Bolsa Família - Benefício Liberado	7.189	03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias do Bolsa Escola - Benefício Liberado	44	03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias - Bolsa Alimentação - Benefício Liberado		03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias do Auxílio-Gás - Benefício Liberado	565	03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias do Cartão Alimentação- Benefício Liberado		03/2007

IGD **O valor do IGD foi calculado com o arredondamento para duas casas decimais de cada média que o compõe.**	Índice de Validade dos Cadastros	0,53	03/2007
	Índice de Atualização de Cadastro	1,00	03/2007
	Índice de Condicionalidade de Educação	0,24	03/2007
	Índice de Condicionalidade de Saúde	0,16	03/2007
	IGD - Índice de Gestão Descentralizada no Mês	0,49	03/2007
	Recursos Transferidos no Mês para Apoio à Gestão (R$)	9.408,00	03/2007
	Teto de Recursos para Apoio à Gestão (R$)	19.200,00	03/2007

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA

Informações Bolsa Família

UF: BA
Nome do Município: SANTA LUZIA
Código IBGE do Município : 2928059

Data de Referência

INFORMAÇÕES GERAIS	População do Município (estimativa IBGE 2004)	16.360	n.a.
	Estimativa Famílias Pobres - Perfil Bolsa Família (Renda Per Capita Familiar até R$120,00)	2.175	n.a.
	Estimativa Famílias Pobres - Perfil Cadastro Único (Renda Per Capita Familiar até R$ 175,00)	2.915	n.a.
	Data de Adesão	05/12/2005	n.a.
	Gestão Municipal	Habilitado	n.a.
CADASTRO ÚNICO	Total de Famílias Cadastradas	2.259	28/02/2007
	Total de Famílias Cadastradas - Perfil Cadastro Único (Renda Per Capita Familiar até R$ 175,00)	2.245	28/02/2007
	Total de Famílias Cadastradas - Perfil Bolsa Família (Renda Per Capita Familiar até R$ 120,00)	2.170	28/02/2007
	Número de Cadastros Válidos	1.519	28/02/2007
	Número de Cadastros Atualizados a Partir de 03/2005	1.338	28/02/2007
BENEFÍCIOS **Contemplam os benefícios liberados até o momento da geração da folha de pagamento, podendo não corresponder à situação mais recente dos benefícios.**	Número de Famílias Beneficiárias do Bolsa Família - Benefício Liberado	1.910	03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias do Bolsa Escola - Benefício Liberado		03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias - Bolsa Alimentação - Benefício Liberado		03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias do Auxílio-Gás - Benefício Liberado	50	03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias do Cartão Alimentação- Benefício Liberado		03/2007
IGD **O valor do IGD foi calculado com o arredondamento para duas casas decimais de cada média que o compõe.**	Índice de Validade dos Cadastros	0,52	03/2007
	Índice de Atualização de Cadastro	0,96	03/2007
	Índice de Condicionalidade de Educação	0,63	03/2007
	Índice de Condicionalidade de Saúde	0,37	03/2007
	IGD - Índice de Gestão Descentralizada no Mês	0,62	03/2007
	Recursos Transferidos no Mês para Apoio à Gestão (R$)	3.374,35	03/2007
	Teto de Recursos para Apoio à Gestão (R$)	5.938,00	03/2007

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA

Informações Bolsa Família

UF: BA
Nome do Município: GUARATINGA
Código IBGE do Município : 2911808

Data de Referência

INFORMAÇÕES GERAIS	População do Município (estimativa IBGE 2004)	25.653	n.a.
	Estimativa Famílias Pobres - Perfil Bolsa Família (Renda Per Capita Familiar até R$120,00)	3.499	n.a.
	Estimativa Famílias Pobres - Perfil Cadastro Único (Renda Per Capita Familiar até R$ 175,00)	4.689	n.a.
	Data de Adesão	24/10/2005	n.a.
	Gestão Municipal	Habilitado	n.a.
CADASTRO ÚNICO	Total de Famílias Cadastradas	3.756	28/02/2007
	Total de Famílias Cadastradas - Perfil Cadastro Único (Renda Per Capita Familiar até R$ 175,00)	3.737	28/02/2007
	Total de Famílias Cadastradas - Perfil Bolsa Família (Renda Per Capita Familiar até R$ 120,00)	3.674	28/02/2007
	Número de Cadastros Válidos	3.071	28/02/2007
	Número de Cadastros Atualizados a Partir de 03/2005	2.773	28/02/2007
BENEFÍCIOS **Contemplam os benefícios liberados até o momento da geração da folha de pagamento, podendo não corresponder à situação mais recente dos benefícios.**	Número de Famílias Beneficiárias do Bolsa Família - Benefício Liberado	3.394	03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias do Bolsa Escola - Benefício Liberado	2	03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias - Bolsa Alimentação - Benefício Liberado		03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias do Auxílio-Gás - Benefício Liberado	95	03/2007
	Número de Famílias Beneficiárias do Cartão Alimentação- Benefício Liberado		03/2007
IGD **O valor do IGD foi calculado com o arredondamento para duas casas decimais de cada média que o compõe.**	Índice de Validade dos Cadastros	0,65	03/2007
	Índice de Atualização de Cadastro	0,99	03/2007
	Índice de Condicionalidade de Educação	0,60	03/2007
	Índice de Condicionalidade de Saúde	0,00	03/2007
	IGD - Índice de Gestão Descentralizada no Mês	0,56	03/2007
	Recursos Transferidos no Mês para Apoio à Gestão (R$)	5.083,40	03/2007
	Teto de Recursos para Apoio à Gestão (R$)	9.248,00	03/2007

ANEXO 2 – Etapa I – Oficinas de Instância – Controle Social

Legenda: Prefeitura Municipal – PM, Sociedade Civil - SC

	NOME	MUNICÍPIO	DESAFIO	AJUDA	ATRAPALHA
1	Adelzisa Ribeiro dos Santos	Ibirapitanga – SC	Acabar com os bloqueios injustos 01	Acesso à internet	A política municipal / politicagem
2	Adilson Barboza de Oliveira	Itajú do Colônia – PM	Acesso às famílias de forma mais justa 01	Assiduidade na vacinação	Conselho não atuante
3	Aline Costa Santos	Ubatã – PM	Acompanhamento do controle 01	Aumento na renda da família	Demora do arquivo retorno
4	Ardenis Maria Costa	Ubatã – SC	Alcance do IGD 01	Avanço do país na área social	Demora na atualização dos dados dos recursos - Municípios
5	Creuza Cristine Lino Costa	Gongogi – PM	Ambição: quem não precisa recebendo no lugar de quem precisa 01	Capacitação para os coordenadores e técnicos do PBF	Demora no repasse das informações
6	Cristina Rodrigues Moitinho	Itapitanga – PM	Bloqueio 03	Capacitações	Espaço físico inadequado
7	Delano Duque	Ubaitaba – PM	Bloqueio de cartões 03	Conhecimento do retrato do município	Falha nos sistemas operacionais
8	Dinalva Souza Sodré	Ibirapitanga – PM	Bloqueio de pagamento 03	Criação de uma equipe de assessoria	Falta de colaboração da sociedade
9	Edvaldo Santos Sousa	Ilhéus – PM	Bloqueios / desbloqueios 03	Criação do Conselho	Falta de comunicação e informação
10	Elizabete Batista dos Santos	Gongogi – PM	Cartões: endereço errado 02	Descentralização da gestão de benefícios	Falta de conscientização quanto ao programa
11	Fabiana Araújo Santana Dantas	Itajuípe – PM	Complicações com SIBEC 02	Equipe capacitada (gestão e operacional)	Falta de documentação
12	Ivannoel Batista dos Santos	Itajuípe – SC	Demora no retorno do MDS 02	Erradicação do trabalho infantil	Falta de informação e capacitação p/ parte de MDS
13	Joana Celeste Viana Magno	Ubaitaba – SC	Desbloqueio 01	Esclarecimento de todos os órgãos ligados direta/indireto ao PBF	Falta de internet em alguns municípios
14	Jônatas Câmara Leite	Almadina – SC	Desinformação dos benefícios 02	Espaço físico adequado	Falta de transparência quanto ao IGD
15	Jonathas de Jesus Fontes	Jussari – SC	Dificuldade de cumprimento das condicionalidades 02	Estipulação de teto para o PBF	Falta de unificação entre as secretarias municipais
16	Karla Maria Almeida	Santa Cruz da Vitória – SC	Dificuldade de inclusão de novos beneficiários 01	Fortalecimento do comércio	Informação incorreta por parte dos beneficiários
17	Keli Maiame de Silva Borges	Itapé – SC	dificuldades MDS / GISES / CEF 02	Geração de renda no comércio	Lentidão na chegada dos benefícios
18	Lindiana Melo Rocha	Almadina – PM	Duplicidade 03	Identificação das famílias carentes	Lentidão na manutenção do sistema
19	Luiz Henrique Oliveira	Itapitanga – SC	Entrega de cartões pelo correio 03	Informatização	Levar em conta apenas a renda, identando a

	dos Santos				despesa
20	Maria de Fátima Pereira Novais	Jussari - PM	Esclarecimento com as famílias 02	Integração das famílias da zona rural para sede	Má distribuição dos valores do PBF
21	Maria Inês Paim dos Santos	Barro Preto – SC	Esclarecimento de quem será beneficiado 02	Mais acesso a documentação	Má utilização dos benefícios
22	Maria Raimunda Santos	Itajú do Colônia – SC	Espaço adequado 01	Meio de comunicação com clareza	SIBEC não funciona
23	Mariene Lopes de Souza	Santa Cruz da Vitória – PM	Falta de capacitação 02	Melhoria dos recursos financeiros	Transferências
24	Marina Santos Silva	Itabuna – PM	Falta de informatização - não temos acesso à internet 02	Melhoria no índice de saúde e ação social	Transparência na divulgação, na mídia (Federal)
25	Mary Marques Almeida	Jussari - SC	Falta de orientações (Caixa) 02	Melhoria no índice educacional	Utilização o PBF como marketing político
26	Miguel Pereira Santos	Itacaré – SC	Falta de responsabilidade de alguns dos atendentes 01	O Conselho Municipal exercendo seu papel	
27	Nilza Maria da Costa Lima	Ilhéus – SC	Famílias sem filhos na escola 01	Participação da sociedade organizada	
28	Raimunda Albano de Oliveira	Coaraci – PM	IGD 01	Rapidez no retorno das solicitações	
29	Renata Almeida de Souza Machado	Barro Preto – PM	Informação - informatização 02	Redução da desnutrição	
30	Valdemir Alves Santos	Coaraci – SC	Informações conflitantes: Caixa / Gestor 03	Redução da evasão escolar	
31	Valéria Barbosa Sepúlveda	Itacaré – PM	Informações operacionais 02	Reformulação do sistema	

	NOME	MUNICÍPIO	DESAFIO	AJUDA	ATRAPALHA
1	Aldileia Rocha de Oliveira	Guaratinga - PM	A pauta é discutida por todos os membros 01	Ampliar a doc. nas famílias	
2	Ana Paula Bomfim do Carmo	Alcobaça - SC	Articulação entre os Conselhos existentes (Saúde, Educação e Assist. Social) 01	Aumento na qualidade de vida	Comodismo
3	Antonio Vilmar Pereira	Teixeira de Freitas – SC	Construção do relatório e parecer social 01	Condicionalidades - saúde / educação	Desinformação sobre as condicionalidades do Programa (perfil)
4	Audirene Barboza de Oliveira	Guaratinga - SC	Critéro para seleção dos membros para os conselhos 02	Conhecimento das famílias	Dificuldade de document. paga CPF
5	Candila Raris Porto	Itapetinga – PM	Cumprimento das reuniões mensais 01	Controle da saúde	Falta de controle do Munic.: quem fica / quem sai / quem entra
6	Cristine Rocha Santana	Nova Viçosa - PM	Divisão de responsabilidades 01	Controle da saúde infantil / gestantes / nutris.	Falta de escolaridade
7	Derlizete Castelan Costa	Nova Viçosa - SC	Divulgação de informativos 02-03	Diagnóstico	Falta de informação
8	Evanildo Brito Nogueira	Jucuruçu - PM	Eleger pessoas com conhecimento na área social, e que tenham o desejo de trabalhar 01	Documentação da família	Informalida Cart. Assinada
9	Fernando Luis Costa da Silva	Mucuri – SC	Encaminhamento para o Ministério Público 01	Elevação do IDH	Infraestrutura: espaço, computadores, Rec.

					Humanos
10	Fernando Otoni Pimenta	Prado - SC	Existência de pescarias 01	Entrosamento da sociedade com a Prefeitura	Interesse público
11	Genilson Oliveira Rêgo	Teixeira de Freitas - PM	Frequência positiva dos membros 01	Familiarização do Programa	Mau uso do benefício
12	Jailton José da Silva	Itororó – SC	Gestão dinâmica 01	Geração de renda para o Município	Profissionais mais preocupados c/ remuneração que c/ bem social às famílias
13	Janderson de Oliveira Santos	Alcobaça – PM	Interação dos membros mesmo sendo de comunidades diferentes 03	Inclusão / permanência das crianças	SIBEC - respostas lentas / fora do ar
14	Jeone Jesus de Morais	Firmino Alves - PM	Plano de ação 01	Inclusão social	Uso político
15	Márcia Regina Frazon	Itanarajú - PM	Reuniões com datas e horários fixos 01	Integração família cidadã	Vícios / Assitencialismo
16	Maria Beatriz de Fátima de Oliveira	Mucuri - PM	Ter uma boa relação do Poder Público e a CS 03	Melhora do IDH do Município	
17	Maria de Lourdes Ribeiro de Souza	Prado - PM	Reversão e liberação de benefício 01	Melhoria na qualidade / quantidade de alimentação	
18	Maria Domingas Francisca dos Santos	Firmino Alves – SC	Contato MDS e GISSES 03	Receita do Município	
19	Nelson Lopes da Silva	Itororó – PM	Arquivo retorno 03	Redução da evasão escolar	
20	Neuma Correa Soares	Caravelas - PM	Rejeição 02	Redução do índice de mortalidade infantil	
21	Nilcélio Fernandes dos Santos	Itanhém - SC	Ausência de documentos 02	Redução do trabalho infantil	
22	Nildete Freire Pereira	Medeiros Neto - SC	Índice de famílias pobres 02		
23	Nilzete dos Santos Pereira	Itamaraju – PM	Esclarecimento para as famílias 02		
24	Rubenaldo Wagner Ribeiro Gonçalves	Macarani - SC	Valores reduzidos 01		
25	Sandra Iracema Silva Gaspar Costa	Medeiros Neto - PM	Cortes 01		
26	Sinvaldo Pereira da Silva	Itanhém - PM	Política - oposição 01		

1	Adriano Souza Ferreira	Una – SC	Acesso a internet de qualidade e permanente 02	Acompanhamento das famílias carentes	Aumento sem controle da natalidade
2	Alendoiza Epitácio Fernandes	Mascote – PM	Acompanhamento das famílias inseridas no PBF01	Aumento e Controle da vacinação	Capacitação dos gestores e equipe
3	Ana Cássia de Araújo Souza	Ibicaraí – PM	Acompanhamento das famílias inseridas no PBF01	Conhecimento da realidade das famílias	Comodismo
4	Arnei Lima da Silva	Encruzilhada – SC	Apoio dos órgãos competentes 01	Desenvolvimento sócio-econômico	Dificuldade de acesso a famílias da zona rural
5	Darci Gama Dias	Ribeirão do Largo – SC	Avaliação feita para o benefícioo (R$) 01	elevação da auto-estima	Falha nos sistemas operacionais
6	Elano Santos Silva	Canavieiras – SC	Capacitar todas as famílias do Programa, gerando emrpego e renda. SIBEC 01	Exploração da mão-de-obra das famílias	Falta de comunicação e informação
7	Eliete Santos Oliveira	Itambé – PM	Conscientização das famílias que não necessitam do benefício 02	Inclusão social	Falta de documentação
8	Ernandi Sampaio Lins Junior	Buerarema – PM	Conscientização das famílias que não necessitam do benefício 02	Melhoria na qualidade de vida	Falta de estrutura física do local de atendimento PBF
9	Gilmar Rocha Pereira	Encruzilhada – PM	Conscientização dos beneficiários e esclarecimentos das dúvidas sobre o PBF 02	Perspectiva de política social	Falta de transparências
10	Isaque Cordeiro Filadelfo	Riibeirão do Largo – PM	Conseguir e atingir as metas. 01	Redução da evasão escolar	Lentidão nas alterações cadastrais do responsável legal ou titular.
11	Jânio Machado Costa	Canavieiras – PM	Dificuldade com o SIBEC 02	Redução do sofrimento dos beneficiários	Má informações precisas por órgãos competentes
12	José Carlos Sales de Moura	Tucano – PM	Dificuldade de comunicação com a SIBEC 02-03	Resgate da identidade das famílias	Modo de divulgação do programa deixa a desejar
13	José Cavalcante dos Santos	Tucano – SC	Dificuldade na distribuição dos cartões 03	Oportunidades mútuas	Omissão do beneficiário
14	Joventino Sampaio Santana	Canavieiras – SC	Dificuldade no retorno dos cadastros 03	Redução do analfabetismo	Recursos materiais e humanos
15	Juliana de Assis Brito	Cândido Sales – PM	Dificuldade no retorno dos cadastros 03	Redução da desnutrição	Uso de recurso para política partidária
16	Leandro Muniz Lima	Itagimirim – SC	Dificuldade pela população flutuantes, devido a ser cidade turística 03	Avanço do país na área social	
17	Lucimar de Oliveira Souza	Itambé – SC	Dinheiro 01	Fortalecimento do comércio	
18	Maria de Fátima Silveira de Brito	Porto Seguro – PM	Falta de interesse de retorno para pegar o cartão no banco 01	Melhoria no índice educacional	
19	Maria Norma Muniz	Buerarema – SC	Fiscalizar famílias, SIBEC 01	Melhoria no índice de saúde e ação social	
20	Mário Sérgio Paixão de Amorim	Mascote – SC	Funcionamento do ICS - Instância 01		
21	Milva Ribeiro de Brito e Vasconcelos	Porto Seguro – SC	Inclusão no Programa o máximo de famílias e acomp. Conforme regulamentos do Gov. Federal 01		
22	Najara Gomes Lopes	Santa Cruz de Cabrália – PM	Mau atendimento por parte dos funcionários dos órgãos, MDS, GISESSA e Nossa Caixa de Relacionamentos 01		
23	Pedro Gomes Salles	São José da Vitória – SC	Melhoria dos programas da Caixa - Cadastramento único, conectividade e SIBEC 02		
24	Ramaiane Cerqueira	Arataca – SC	Montar um conselho participativo e com complemento 01		

25	Rita de Cássia Santana Santos	Itagimirim – PM	Número de cadastros rejeitados (não explicados) 02-03		
26	Rosemayre Almeida dos Santos Costa	São José da Vitória – PM	Recurso humano 01		
27	Sandraque do Espírito Santo	Una – PM	SIBEC e recursos materiais 01		
28	Sidiomar da Silva Santos	Arataca – PM	Ter apoio dos setores Municipal, Estadual e Federal 01		
29	Sivaldo Santos de França	Santa Cruz de Cabrália – SC			
30	Vanessa Araújo Henrique	Ibicaraí – SC			

	NOME	MUNICÍPIO	DESAFIO	AJUDA	ATRAPALHA
1	Adriano Souza Ferreira	Una – SC	Bloqueio de cartões 02	Geração de renda para o município	Dependência financeira
2	Aloísio de Jesus Santos	Rio do Antônio – SC	Dificuldade na explicação no valor do benefício 02	Ajuda na renda famíliar	Inversão de valores
3	Alzira Rego Evangelista Magalhães	Palmas de Monte Alto – PM	Famílias mais carentes ficam de fora, devido a outras sem perfil estarem recebendo 01	Redução da evasão escolar	Transferência de responsabilidades
4	Antônio Ronaldo Pereira	Rio do Antônio – PM	Famílias que perdem o benefício sem explicação 02	Acompanhamento na saúde fa família	Complexidade do programa - fique mais organizado
5	Celso da Silva Cerqueira	Jacaraci – SC	Famílias mais carentes ficam de fora, devido a outras sem perfil estarem recebendo 01	Participação da Sociedade no PBF	Falta de capacitação prar formações equivocadas aos gestores
6	Cleide Regina M. Silva	Sebastião Laranjeiras – PM	Acesso a dados informativos do SIBEC das famílias 02	Parcerias com a rede social do município	Falta de clareza nas entregas do SIBEC
7	Conceição A. Alves dos Santos	Cordeiros – SC	Demora na liberação dos cartões 01	Implantação do SIBEC	Suporte do PBF, parte do benefício deixa a desejar
8	Deifissara Saraiva de Souza	Licínio de Almeida – SC	Atualização cadastral 02	Sanar parcialmente o estado de extrema pobreza das famílias	Metas de cadastramento do município ao PBF não condiz com a realidade
9	Edilene Oliveira da Silva	Piripá – SC	Transmissão de dados 02	O recadastramento facilitou a seleção das famílias mais carentes	Lentidão no processo de inclusão / exclusão
10	Éric da Silva Ribeiro	Guajerú – PM	Recebimento de dados 02	Unificação dos programas sociais	Falta de oficina para os gestores
11	Fernando Rodrigues da Silva	Guajerú – SC	Capacitação 02	Crescimento econômico dos municípios	Sistema adequado para operacionalização so SIBEC
12	Leidiana Pereira de Moura	Piripá – PM	O principal problema ainda se encontra na divulgação 03	Continuidade do Programa, mesmo que mude o Governo - devido à importância	Local específico para distribuição do cartão
13	Luciana Dalinea Pires Botelho	Vitória da Conquista – SC	O próprio PBF 01	Ajuda financeira aos carentes	Aumento de meta para maior abrangência. IBGE não condiz c/ a realidade
14	Luiz André Pereira Donato	Guanambi – PM	Entrega de cartões 03	Melhoria nas condições de vida para os mais carentes	Conscientização para a população do verdadeiro objetivo do PBF

15	Maria Alves Pereira	Condeúba – PM	Renda percapta 02	Redução da fome	Mais agilidade com os arquivos
16	Maria de Fátima Souza Costa	Condeúba – SC	Valor do benefício 02	Redução do índice de miséria absoluta	Informação aos setores e parceiros de suas responsabilidades com o PBF
17	Marilene Moraes da Silva	Guanambi – SC	Cartões danificados 01	Redução da mortalidade infantil	Demora dos arquivos retornos
18	Mônica Ferraz de Oliveira	Belo Campo – SC	Cartões bloqueados 01	Redução da migração da zona rural para a urbana	Famílias carentes cadastradas que não foram beneficiadas
19	Prudenciano Souza Veiga	Candiba – PM	Novos cadastros 02		Comodismo
20	Renata Lodia Rocha de Abreu	Jacaraci – SC	Arquivo retorno 02		O SIBEC poderia ser mais eficiente
21	Sadraque do Espírito Santo	Una – PM	Bloqueios com o 0800 02		0 800 deveria funcionar
22	Simone Alcântara Lima Magalhães	Sebastião Laranjeiras – SC	Renda percapta 02		
23	Sinvaldo Pereira da Silva	Pindaí – PM	Valor do benefício 02		
24	Telma Alves Costa	Belo Campo – PM	Chegada de cartões 03		
25	Vanessa Lisboa de Abreu Cerqueira	Jacaraci – PM	Contemplação de todas os cadastrados 02		
26	Vanusia Braz do Nascimento	Cordeiros – PM	Bloqueio de cartões 02		
27	Verônica Mendes Nogueira	Mortugaba – PM	Renda percapta 02		
28	Zildi Santos Silva	Caraíbas – SC	Cartões danificados 01		

	NOME	MUNICÍPIO	DESAFIO	AJUDA	ATRAPALHA
1	Antonio Brasil Trindade	Rio de Contas – SC	800 02	Conhecimento da realidade do município	Comodismo
2	Antônio Carlos Flor Bomfim	Paramirim – SC	0800 e GISES 02	Desenvolvimento do comércio interno	Crescimento profissional
3	Antônio Neves de Souza	Igaporá – SC	A agência de relacionamento não tm dado o suporte devido 02	Desenvolvimento sócio-econômico	Descaso com o Programa
4	Aparecida Alice Azevedo	Lagoa Real – SC	A escolha das famílias 02	Documentação básica de todo cidadão	Exploração do recurso alheio
5	Clerio Alcantara de Souza	Caturama – PM	Acesso ao SIBEC (manutenção) 02	Documentação, tirando família do anonimato	Falta de emancipação
6	Cleuza Farias Monteiro	Malhada de Pedras – PM	Acesso às informações (contatos) 02	Geração de renda para município	Falta de informação
7	Cristiane dos Santos Pisa	Rio de Pires – PM	Acesso às informações 0800 e Caixa 02	Identificação da família em situação de vulnerabilidade social	Falta de informação Programa-pessoas
8	Daniel Magalhães de Brito	Igaporã – PM	Atendimento Caixa 02-03	Inclusão social	Falta de planejamento familiar
9	Dayane Novais e Silva Carvalho	Jussiape – SC	Bloqueio parcial do benefício não faz no SIBEC 02	Integração entre comunidades	Informações divergentes
10	Deraldina Laranjeira da Silva	Riacho de Santana – SC	Cadastro laranja, formulário avulso, CADBESS, cadastrar independente de renda 01	Mais assistência à saúde das crianças e gestantes	Ingerência política
11	Edivan Ferreira de Souza	Malhada de Pedras – SC	Caixa e outros órgãos transferem todos os problemas para o Munucípio 01	Melhoria na alimentação	Interferência política
12	Eliana Silva Costa	Lagoa Real – PM	Cancelamento no SIBEC de benefícios, mas as famílias continuam recebendo 01	Reconhecimento dos seus direitos	Interlocução entre Caixa-MDS e municípios
13	Euclécia Donato de Barros	Iuiú – PM	Clientelismo / Paternalismo 01	Redução da evasão escolar e	Propaganda enganosa

				analfabetismo	
14	Gisleney Amaral Miranda Silva	Rio de Contas – PM	Conscientização dos beneficiários e esclarecimentos das dúvidas sobre o PBF 02	Supre às necessidades nutricionais básicas	Propaganda incompleta, restrita
15	João Carlos Barbosa Silva	Tanque Novo – PM	Conscientização dos beneficiários e esclarecimentos das dúvidas sobre o PBF 02		Rejeições inexplicáveis
16	Joaquim Francisco Alves	Malhada – SC	Demora da caixa em relação aos novos cadastros 03		Sistema de informática
17	José Osmar de Moraes	Érico Cardoso – PM	Demora nos processos 01		Sistema paternalista
18	Lourdes Laranjeira de Souza	Riacho de Santana – PM	Desbloqueio de benefício] 01		
19	Luciana Santos Rasteli	Botuporã – PM	Desinformação 02		
20	Marcela Dellizola C. Santos	Paramirim – PM	Desintegração 02		
21	Marcos Suel Oliveira Caires	Caturama – SC	Dificuldades no diálogo entre os responsáveis 03		
22	Olga Luz Louzada	Jussiape – PM	Distanciamento da Caixa 03		
23	Reinaldo Rodrigues Sales	Iuiú – SC	Distribuição cartão correios 03		
24	Rosário Batista Pereira	Érico Cardoso – SC	Duplicidade de cartões 01		
25	Rosinei Pereira Carneiro	Tanque Novo – SC	Duplicidade de cartões 01		
26	Silene Dourado do Nascimento	Botuporã – SC	Duplicidade de cartões 01		
27	Silvana Cristiane Spinola	Livramento de Nossa Senhora – PM	Duplicidade de cartões 01		
28	Silvana Portella Lopes Cruz	Ibiassucê – PM	Escassês de RH no município para trabalhar com o PBF 01		
29	Vilemânio Silva Mendes	Livramento de Nossa Senhora – SC	Esclarecimento à população no caso de bloqueio e cancelamento 02		
30	Viviane Francisca da Silva	Malhada – PM	Esclarecimento à população no caso de bloqueio e cancelamento 02		
31	Zaid Souza	Rio do Pires – PM	Falta de apoio 01		

	NOME	MUNICÍPIO	DESAFIO	AJUDA	ATRAPALHA
1	Adolfo Fernandes de Souza Neto	Andaraí – PM	1002 tem perfil, 585 beneficiados, sendo que a cota do munic. é 816 02	Abre portas para outros benefícios	Comodismo
2	Allyson Rodrigo Figueiredo Venâncio da Silva	Ponto Novo – PM	A CEF dificulta na distribuição dos cartões 03	Acompanhamento com equipe multidisciplinar	Criar dependência sócio-econômica
3	Ana Messias da Silva	Brumado – SC	A consulta ao SIBEC 02	Auxilia na sustentação da família	Dificuldade de entrega dos cartões
4	Antonio Julio da Silva	Ituaçu – SC	A quem recorrer em caso de dúvidas 02	Circular do dinheiro	Divulgação tendenciosa e falta de entendimento (usuário)
5	Carla Soares Miranda	Lajedinho – PM	Acesso a senha de inclusão e exclusão 02	Divulgação	Falta de capacitação dos Conselheiros
6	Cássia Rosana Rabello	Barra da Estiva – PM	Aprimoramento do sistema de gestão (gestão + constrole social) 01	Gestão municipal do programa	Falta de clareza nas entregas do SIBEC
7	Cleuza Muniz da Silva Souza	Boa Vista do Tupim – SC	Atuação do Conselho 01	Implantação do SIBEC	Falta de critério para uso do benefício
8	Cristiane Ferreira Ribeiro	Iramaia – SC	Cadastramento sem critério 01	Ingestão de recursos no município	Falta de esclarecimentos por parte do MDS e do

					Governo Estadual
9	Delvane Aparecida de Oliveira T. Pinheiro	Nova Redenção – SC	Cadastramento sem critério 01	Melhoria da qualidade de vida das pessoas	Falta de fiscalização rígida por parte ente federados
10	Diene Aparecida Novais de Araújo	Barra da Estiva – SC	Cadastros em municípios diferentes 01	O tratamento de multiplicidade	Falta de informação atualizada dos dados do beneficiários
11	Edinete Silva Cruz	Boa Vista do Tupim - PM	Cancelamentos, desbloqueios por complemento de documentação 01	Recadastramento	O SIBEC sem funcionar
12	Evilásio Dias Costa	Itaberaba – PM	Cartões enviados pelo MDS para famílias não cadastradas pelo sistema devido a renda superior 01	Redução da evasão escolar	Omissão do perfil do beneficiário (beneficiário)
13	Gibran Thadeu Guimarães Silva Queiroz	Andaraí – SC	Cartões que são invalidados em meses alternados 01	Redução no índice de trabalho, mortalidade e desnutrição infantil e ou familiar	Uso indevido do recurso BF
14	Graciene Santana Gonçalves Brito	Tanhaçu – PM	Certa dificuldade de acesso nos programas na internet 02	SIBEC funcionando	
15	Guilma Rita de Cássia Silva Soares	Nova Redenção – PM	Conculta ao SIBEC sempre fora do ar 02	Tornar acessível a transferência de renda	
16	Jane Rizério Vargas	Brumado – PM	Conscientização dos beneficiados 02		
17	Juscival Almeida da Costa	Macajuba – PM	Conscientização sobre público alvo dos benefícios 02		
18	Laurita Gomes de Jesus	Itaberaba – SC	Conscientizar as pessoas que não estão dentro do perfil 02		
19	Léa Costa dos Santos	Iramaia – PM	De quem é o ônus das despesas para se chegar às áreas mais carentes 01		
20	Maiane Oliveira Silva	Itaetê – SC	Demora na inclusão da família no Programa 01		
21	Maria Izabel Moura dos Santos	Tanhaçu – SC	Denúncias ao MP 01		
22	Maria José Teixeira da Silva	Itaetê – PM	Denúncias ao MP 01		
23	Maria Verônica Cunha Cordeiro	Sítio do Mato – SC	Dificuldade com informações, tanto com a CEF quanto com o MDS 02		
24	Silvana Oliveira Cordeiro	Ituaçu – PM	Dificuldade em várias situações em se cortar por não ter documentos certos 02		
25	Wilsonesia Abreu dos Anjos	Novo Horizonte – PM	Dificuldade no acompanhamento das famílias 01		
26	Adriana Pinho da Silva	Contendas do Sincorá – PM	divergência de informações entre CEF e SAS 02		
27	Janivanda Ribeiro de Santana dos Santos	Contendas do Sincorá – SC	Documentação incompleta para o cadastro 01		
28	Gisleny Amaral Miranda Silva	Rio de Contas – PM	Documentação incompleta para o cadastro 01		
29	Edmundo Carvalho dos Santos	Lajedinho – SC	Documentos incompletos para cadastramento da família 01		

	NOME	MUNICÍPIO	DESAFIO	AJUDA	ATRAPALHA
1	Arnaldo Soares Lopes	Utinga – SC	A pressão da população 01	Atualização cadastral	A política
2	Carmise Maria Araújo Sales	Palmeiras – SC	Atender mais famílias carentes 01	Aumento no poder de compra dos beneficiários	Comodismo
3	Cássia Alves de Oliveira	Lencóis – PM	Aumentar mais, para atender mais famílias carentes. 01	Autonomia do gestor e da instância	Conflito de informação entre MDS e Caixa, confundindo e causando transtorno
4	Celma Alves da Silva Machado Rosa	Brotas de Macaúbas – PM	Burocracia dos órgãos: Caixa, MDS 03	Capacitações destinadas ao município	Duplicidade de cadastros (muitas vezes por má fé)
5	Delvania de Almeida Burges	Oliveira dos Brejinhos – SC	Dificuldade de interação entre Prefeitura, Caixa e MDS (informações diferentes) 03	Comércio local	Falta de comunicação e informação
6	Eneida Maria Oliveira de Souza	Lençóis – SC	Dificuldade na operação do sistema de informação 02	Desenvolvimento e crescimento da criança de 0 a 5 anos	Falta de participação e compromisso do Conselho
7	Eunice Rita de Oliveira	Souto Soares – PM	Direito de exclusão das famílias que não tem o perfil do Programa 01	Documentação das pessoas	Informações falsas
8	Galene Rocha Oliveira	Novo Horizonte – SC	Envolvimento do Gestor (prefeitos) 01	Equipamento adequado	Modo de divulgação do programa deixa a desejar
9	Geraldo Moreira Pereira	Boninal – SC	Envolvimento efetivo dos Conselhos Pertinentes 01	Gestor comprometido e motivado	Omissão do beneficiário
10	Gislene Leite Santos Araújo	Brotas de Macaúbas – SC	Envolvimento efetivo dos Conselhos Pertinentes 01	Melhoria na cidadania em questão de documentação	Questões políticas partidárias
11	Gislene Pereira Dourado	Souto Soares – SC	Esclarecimento às famílias que não se enquadram no Programa 02	Melhoria na educação, saúde e na parceria com esses segmentos	Recursos materiais e humanos
12	Josemir Rodrigues Oliveira	Bonito – PM	Esclarecimento da razão da demora em receber o cartão em caso de cad. Processados 02	Redução da evasão escolar	Renda não declarada
13	Jucinara dos Santos Lima	Ibitiara – PM	Esclarecimento da razão da redução do benefício 02	Redução da fome dos mais necessitados	Uso de recurso para política partidária
14	Luzinete Sampaio Jesus	Seabra – SC	Exclusão das famílias que não tem o perfil do Programa 02	Redução nos pedidos de cesta básica	Vereadores da oposição
15	Marivaldo Antônio da Silva	Piatã – SC	Exclusão das famílias que não tem o perfil do Programa 02	Resgate da dignidade e inclusão social das famílias mais carentes	
16	Miliza Lemita Lopes da Silva	Seabra – SC	Exclusão das famílias que não tem o perfil do Programa 02	Sistema capaz de detectar duplicidade e atualizado por frequência	
17	Pollianna Santos Castro de Queiroz	Palmeiras – PM	Exclusão das famílias que não tem o perfil do Programa 02	Socialização	
18	Rafaela Silva Santos	Mulungu do Morro – SC	Exclusão das famílias que não tem o perfil do Programa 02		
19	Ronaldo de Souza	Piatã – PM	Exclusão das famílias que não tem o perfil do Programa 02		
20	Rose Lima dos Santos	Boninal – SC	Falta de colaboração e compreensão da SC 02		
21	Sivaldo José Amorim	Ibitiara – SC	Falta de conhecimento do Programa 02		
22	Suzana Lima Bandeira	Oliveira dos Brejinhos – PM	Falta de conhecimento do Programa 02		

23	Tatiane Alves de Sousa	Ipupiara – PM	Falta de conhecimento do Programa 02		
24	Valéria Alves Viana	Mulungu do Morro – PM	Inclusão e exclusão de benefícios 01		
25	Virlane Nunes dos Santos Pimentel	Utinga – PM	Inclusão no Programa todas as famílias necessitadas 01		
26	Wilsonesia Abrêu dos Anjos	Novo Horizonte – PM	Inclusão no Programa todas as famílias necessitadas 01		

	NOME	MUNICÍPIO	DESAFIO	AJUDA	ATRAPALHA
1	Abderman Carneiro Pimenta	Lapão – PM	3 benefícios para as famílias 01	Atualização de documentos	Área territorial extensa
2	Adália da Rocha Santos	Mansidão – SC	Atende a 19 municípios 01	Aumento na capacidade de consumo nos minicípios	Atraso na entrega de cartões
3	Aldecisa Maria de Jesus	Formosa do Rio Preto – SC	Atualização de dados 02	Aumento na circulação de recursos do Município	Ausência de atualização cadastral por parte dos beneficários
4	Aldeneide Fernanda Ferreira de Oliveira	Presidente Dutra – PM	Ausência de visita domiciliar 01	Aumento na vacinação	Ausência de punição p/ os benef que fazem mau uso do benef ou omitem inf.
5	Almir Bezerra de Brito	Uibaí – SC	Bloqueios de cartão e benefícios 01	Cadastramento Único	Comodismo
6	Ana Borges Bertunes de Oliveira	Paratinga – SC	Cancelamento de benefícios 01	Capacitação da equipe técnica dos Conselhos	Deficiência no atendimento pela CEF
7	Ana Maria dos Santos Novaes Carvalho	Xique-Xique – SC	Cancelamento e bloqueio 01	Capacitação dos atores envolvidos no Programa	Desonestidade
8	Ana Paula Pereira Gualberto Cardoso	Irecê – PM	Capacitação da população para melhor utilização do benefício 02	Capacitações	Dificuldade de acesso à CEF
9	Antonio Carlos Santos de Moura	Jaborandi – PM	Capacitação de funcionários02	Colocar em prática o que é discutido nos cursos e conferências	Dificuldade de manuseio do programa
10	Carla Souza Queiroz	Gentio do Ouro – SC	Capacitação do gestor com mais frequência 02	Descentralização do Sistema / SIBEC	Dificuldade de suporte da Caixa, dando informações incompletas
11	Dalice Moreira dos Santos	Paratinga – PM	Capacitação dos Conselheiros 02	Divilgação e atendimento	Dificuldade na divulgação dos critérios
12	Denise Maciel de Assis	Barra – PM	Capacitação dos Conselheiros 02	Empenho do gestor do Programa	Divergência nas informações (Sec., Gov. Fed., Caixa)
13	Dulcinete Rodrigues de Queiroz	Gentio do Ouro – PM	Capacitação para Conselheiros da Instância 02	Estrutura operacional (automação do Sistema)	Duplicidade
14	Elenice Maria Alves Ferreira	Formosa do Rio Preto – PM	Capacitação para funcionários 02	Evolução das crianças na sala de aula (acomp. da frequência escolar)	Falsas informações
15	Fábio da Costa Ramos	Buritirama – SC	Chegadas do cartão bolsa família com emissão antes do recadastramento 01	Exercício da cidadania	Falta de capacitação e informação dos envolvidos

16	Franklin Alves da Silva	Morpará – SC	Comitê cotas pessoas sem perfil e voltar recebendo com duplicidade 01	Existência de contas bancáris individuais para depósito do benefício	Falta de comunicação dos órgãos competentes
17	Gildásio Miguel da Costa	Central – PM	Como acompanhar as famílias cadastradas 02	Fiscalização maior e mais frequente	Falta de conhecimento dos objetivos do Programa pelos beneficiários
18	Ivanete Oliveira Malhado	Presidente Dutra – SC	Como acompanhar as famílias cadastradas 02	Geração de renda às famílias e aos municípios	Falta de consciência dos que não têm necessidade e são beneficiados
19	João Lino Teixeira da Silva	Barra – SC	Como resolver a falsa renda 02	Gestor muncipal	Falta de curso de capacitação de técnicos e gestores
20	José Maria Bitencourt Moura	Santa Rita de Cássia – SC	Cristério estabeleciso pelo MDS para seleção de famílias pobres 02	ICS (Conselho)	Falta de disponibilidade de conselheiros
21	José Pereira de França	Mundo Novo – SC	Demora na liberação de novos cadastros 01	Implantação do sistema informatizado p/ cadastramento	Falta de fiscalização da CEF junto aos agentes credenciados
22	Lourival Bento Rodrigues	Lapão – SC	Demora na reversão do cancelamento01	Inclusão social / melhor qualidade de vida	Falta de informação na implantação
23	Luciana Dalinea Pires Botelho	Vitória da Conquista - SC	Demora no envio dos arquivos remessas 02-03	Integração entre setores	Falta de resposta MDF
24	Luciane Menezes Dourado Lopes	São Gabriel – PM	Descontrole das famílias benefiárias 01	Interesse do poder Público	Famílias que fazem mal uso do dinheiro
25	Luiz Santana Fernandes	Iaçu – SC	Dificuldade de contato c/ MDS 02	Internet / Site / MDS	Informações desencontradas e atrasadas p/ o gestor
26	Marco Antonio da Cruz Silva	Uibaí – PM	Dificuldade de contato c/ MDS 02	Liberação de recursos para realização de cadastros	Informações distorcidas
27	Maria Consuelda de Oliveira	Ibotirama – SC	Disponibilidade de pessoal / materia 01	Manter recurso para prefeituras	Inoperância dos Conselhos
28	Maria Lúcia Nascimento Brum Gomes	Santa Rita – PM	Disponibilização de Conselheiros para fazer visitas domiciliares 01	Melhoria da saúde e alimentação das famílias	Lentidão das informações
29	Maria Selma Souza de Brito	Irecê – SC	Duplicidade 01	Parcerias entre Gov. e CETEAD nas fiscalizações ao Munic. enviando téc. capacit.	Má fé dos comerciantes na apreensão dos cartões
30	Marivan Teixeira França Dias	Jussara – PM	Duplicidade 01	Participação da Sociedade Civil	Má vontade dos funcionários no atendimento ao público
31	Oberdan Alves da Costa	Xique-Xique – PM	Duplicidade 01	Participação efetiva dos Conselheiros	Mudanças frequentes no Prog. sem capacitação p/ gestores e conselheiros
32	Paula Roberta Sá do Nascimento	Buritirama – PM	Esclarecimento sobre bloqueio do benefício 02	Prevenção de doenças	O não acompanhamento dos Conselhos
33	Railma Alves Borges	Mansidão – PM	Falar sobre o cancelamento do bloqueio de benefício 02	Redução da evasão escolar	Os próprios beneficiários passam informações incorretas
34	Raimundo Rodrigues de Souza	Jaborandi – SC	Falta de acesso à internet 02-03	Redução do analfabetismo	Politicagem
35	Ronilson Barbosa Chagas	Morpará – PM	Falta de acesso à internet 02-03	Redução do índice de pobrena no país	Pouca informação sobre critérios do MDS p/ concessão do benefício
36	Valdiney Henrique da Silva	Central – SC	Falta de acesso à internet 02-03	Redução nas despesas com contas de luz e água	Propagando mal elaborada por parte do Governo Federal
37	Wirlei Fernandes de Carvalho	Jussara – SC	Falta de caixa disponível para recebimento do benefício 01	Regionalizar as capacitações e aumentar suas durações	Propagando mal elaborada por parte do Governo Federal
38	Yolanda Rocha de Souza	São Gabriel – SC	Falta de capacitação 02	Regularização da documentação	Questão política
39	Zilma Rita Delgado Teixeira de Vasconcelos	Ibotirama – PM	Falta de consciência da pop. na declaração da renda 02	Renda percapta do município, melhora do comércio local	Transferência direta de renda, incentivando depend. financeira pelos benef

	NOME	MUNICÍPIO	DESAFIO	AJUDA	ATRAPALHA
1	Antonio Carlos Santos de Moura	Jaborandi – PM	Acabar com o assistencialismo 01	Paliativo aos menos favorecidos	Estimula família a mentir sobre dados familiares
2	Auricélio Dias dos Santos	Feira da Mata – PM	Busca de alternativas - autosustentação, cooperativas 01	Melhoria parcial na qualid. de vida: alim, educ., saúde, social	Comodismo das famílias
3	Elinete Ribeiro dos Santos	Ourolândia – PM	Busca de maior parceria com a sociedade 01	Erradicação do trabalho infantil	Ciclo vicioso
4	Erick Gilliard Bastos de Souza	Barra de Mendes – PM	Capacitação para Saúde (Sisvan) e Educalçao (frequência) 01	Redução da evasão escolar	Por falta de esclareciento
5	Erivan Batista Freire	Umburanas – SC	Como fiscalizar integração das informações 01	Atualização do censo escolar	Redução de perspectiva de vida em relação ao trabalho
6	Gerson Sena Guimarães	Cafarnaum – SC	Como fiscalizar? Sec. Ação Social x Saúde x Educação x "Parcerias" x Investimento x Gastos01	Redução da taxa de mortalidade infantil	Comodismo das famílias, quando não acompanhadas
7	Ivamário Calazans de Farias	Barro Alto – PM	Como fiscalizar? Sec. Ação Social x Saúde x Educação x "Parcerias" x Investimento x Gastos01	Redução do assistencialismo	SIBEC fora do ar
8	Jerre Adriano Monteiro Magalhães	Canarana – PM	Compreensão correta das informações (interesse)03	Fortalecimento do comércio do município	Falta de capacitação dos Conselheiros para realizar um maior controle social
9	João Ricardo Souza Costa	Feira da Mata – SC	Conscientização dos benefíciários e esclarecimentos das dúvidas sobre o PBF 02	Redução da desnutrição	Assistencialismo
10	Katyane Bernardino Queiroz	Santa Maria da Vitória – PM	Conscientização dos benefíciários e esclarecimentos das dúvidas sobre o PBF 02	Controle da vacinação	Comodismo das famílias
11	Luciana Clara da Silva Jesus	Várzea Nova – PM	Conscientização dos benefíciários e esclarecimentos das dúvidas sobre o PBF 02	Controle e divulgação da importância do pré-natal e amamentação	Má informação
12	Luiz Santana Fernandes	Iaçu – SC	Conscientização dos benefíciários e esclarecimentos das dúvidas sobre o PBF 02	Circulação da moeda	
13	Manoel Brito Teixeira	Carinhanha – SC	Conscientização dos benefíciários e esclarecimentos das dúvidas sobre o PBF 02	Redução da pobreza	
14	Maria Eunice Guimarães	Cocôs – PM	Esclarecer às famílias que nem todas as famílias são beneficiadas. 02	Cadiúnico (?) como diagnóstico do município	
15	Micherlanne Freire Ferraz de Lima Costa	Iaçú – PM	Exclusão das famílias que não tem o perfil do Programa 01	Acesso a bloqueios por meio do SIBEC	
16	Monica Aparecida Ferreira Fagundes	Carinhanha – PM	Exclusão das famílias que não tem o perfil do Programa 01	Controle social através dos Conselhos	
17	Orlandina Ferreira da Silva Neta	Ourolândia – SC	Exclusão das famílias que não tem o perfil do Programa 01	Incentivos do Governo Federal	
18	Pedro Araújo Silva	América Dourada – SC	Exclusão das famílias que não tem o perfil do Programa 01	Geração de emprego e renda	
19	Raimundo Rodrigues de Souza	Jaborandi – SC	Exclusão das famílias que não tem o perfil do Programa 01	Geração de emprego e renda	

20	Risvaldo Vicente de Souza	Canarana – SC	Fiscalizar e orientar os beneficiários do PBF, quanto a adm. do recurso recebido 01-02	Aumento na receita local
21	Rosa Maria Dourada Lopes	América Dourada – PM	Inclusão no Programa todas as famílias necessitadas 01	Aumento na alfabetização de jovens e adultos
22	Sheila Veiga Ramos da Rocha	Coribe – PM	Inclusão no Programa todas as famílias necessitadas 01	
23	Simone Vieira Silva	João Dourado – PM	Informar ou não a renda de funcionários contratados temporariamente? 01	
24	Sirle Vieira da Silva Lima	Jõao Dourado – SC	Integração da informações (ED, AS, Saúde) 01	
25	Valter Neri Gomes	São Féliz do Coribe – PM	Maior acompanhamento das famílias beneficiadas 01	
26	Valternei Carvalho Pinto	Várzea Nova – SC	Mais esclareciemnto aos beneficiários 02	
27	Warlley Gonçalves Barreto	Cafarnaum – PM	Mais esclareciemnto aos beneficiários 02	
28	Wilma Aparecida Borges Figueiredo	São Féliz do Coribe – SC	Particpação dos conselheiros 01	
29	Wilson Francisco de Jesus Júnior	Umburanas – PM		

	NOME	MUNICÍPIO	DESAFIO	AJUDA	ATRAPALHA
1	Ademildes Borges de Brito Santos	Cristópolis – SC	Ação e atuação dentro do mesmo Projeto 01	Amplitude do Programa	Cadastramento incorreto
2	Adriana Montalvão de Santana Xavier	Cristópolis – PM	Aceitabilidade 01	Atendimento das famílias emconfição de vulnerabilidade social	Comodismo
3	Alana Pereira Santana	Cotegipe – PM	Acesso ao SIBEC 02	Avanço do país na área social	Dificuldade com os contatos de informações: Caixa e MDS
4	Ana Avelina Silva Xavier	Baianópolis – PM	Arquivo retorno 02	Cad ùnico que reflita a real situação sócio-econômica do município	Dificuldades operacionais
5	Ana Edite Oliveira Santos	Pedro Alexandre – SC	Atendimento a quem realmente precisa 01	Crescimento social (poder de compra, auto-estima, educação etc)	Falta de conhecimento dos instrumentos legais p/ atuação dos gestores e cons.
6	Catiane Aparecida Rodrigues de Oliveira Cordeiro	Serra Dourada – SC	Atendimento a todas as famílias necessitadas 01	Dinamizar as políticas públicas; ações conjuntas	Falta de informação
7	Edneia Moreira Nascimento	Correntina – PM	Atendimento a todas as famílias necessitadas 01	Efeticação na implementação das condicionalidades	Informação não real dos programas através dos meios de comunicação
8	Edvania de Souza Viana	Brejolândia – PM	Atendimento a todas as famílias necessitadas 01	Fortalecimento do comércio	Interferência político-partidária
9	Elaine C. S. da Paixão	SECOMP – CGAT	Bahia - estado extenso 01	Integração das famílias para vida social mais adequada através da transf. de renda	O não cumprimento da legislação do PBF
10	Flávia Karina Almeida de Jesus	Riachão das Neves – PM	Beneficiário usuário de bebidas alcoólicas 01	Melhoria no índice de saúde e ação social	Precariedade da Infra-estruta
11	Gilvanildo Nunes Vitorino	Irajuba – SC	Bloquear os benefícios dos que não se enquadram no perfil 02	Melhoria no índice educacional	Recursos materiais e humanos
12	Humberto Solon Sarmento Franco	Irajuba – PM	Bloquear os benefícios dos que não se enquadram no perfil 02	Oportunidades mútuas	Retenção de cartões por parte de comerciantes
13	Ivo Cézar de Morais	São Desidério – PM	Cadastramento nos limites do município 01	Redução da cobrança de taxa de água e luz	Sistema de operacionalização da rede
14	Jeferson Ribeiro dos Santos	Cotegipe – PM	Cancelamento do beneficiário fora do perfil 02	Redução da desnutrição	Uso de recurso para política partidária
15	Jesuildo Pereira da Silva	Brejolândia – SC	Cartão 01	Redução da evasão escolar	Uso do Programa com fins eleitoreiros

16	Jesuina Aparecida Alcântara Torres	Riachão das Neves – SC	Compreensão das famílias 03	Redução do analfabetismo
17	João Kuffel	Luís Eduardo Magalhães – SC	Compreensão das famílias 03	Redução do índice de pobrena no país
18	João Trajano Oliveira da Silva	Santana – SC	Conscientização da população sobre o esclarecimento da renda 03	Socialização das informações entre operadores e beneficiários
19	Jorge Cavalcante de Souza	São Desidério – SC	Conscientização dos benefíciários e esclarecimentos das dúvidas sobre o PBF 02 E 03	
20	Joselena Farias de Novaes	Wanderley – SC	Desburocratização no processo / desbloqueio de benefício 01	
21	Josielton dos Santos	Angical – PM	Dificuldade de os cartões chegarem até as famílias 03	
22	Lilian Barbosa Quinteiro	Muquém do São Francisco – PM	Esclarecimento ao povo o motivo de estar cadastrado e não receber o benefício 02	
23	Lucas Sousa Santos	Wanderley – PM	Esclarecimento aos beneficiários dos direitos e deveres referente ao PBF 02	
24	Márcia Regina Coêlho Simões	Catolândia – PM	Falta de informação 02	
25	Maria da Conceição Barreto	Serra Dourada – PM	Falta de políticas que atendam as verdadeiras necessidades: saúde / educação / social 01	
26	Maria da Penha Souza Silva	Wanderley – PM	Fiscalizar famílias 01	
27	Maria Gorete Silva Nunes	Barreiras – PM	Fiscalizar famílias 01	
28	Maria Isabel Silva Lima	Pedro Alexandre – PM	Inclusão das famílias no Peti - Respaldo do município nesta inclusão 01	
29	Maria Leonidia Fernandes Araújo	Tabocas do Brejo Velho – PM	Informação / Fiscalização 02	
30	Neusa Alves Lopes	Baianópolis – SC	Informações erradas (pelos usuários) 02	
31	Olides Fernandes de A. Mello	Barreiras – SC	Informações precisas sobre cartões bloqueados 02	
32	Ozana Conceição	SECOMP – CGI	Interferência 01	
33	Renilda Conceição Batista	Wanderley – SC	Junção do Peti / Bolsa Família 01	
34	Romênia Beatriz Silveira Mariani	Cotegipe – PM	Melhor atendimento dos serviços 0800 com os beneficiários 02	
35	Talita Bastos Oliveira	SECOMP – CGI	Não aceitamento do cancelamento do cartão 03	
36	Valdemar Pereira da Cunha Filho	Catolândia – SC	Não fazer do PBF clientelismo / assistencialismo 01	

CRÉDITOS DA AUTORA

Bárbara Maria Santos Caldeira é licenciada em História - Faculdades Jorge Amado em 2005, onde foi Bolsista Iniciação Científica da FAPESB. Atuou em 2009 como Supervisora Geral do IPROGECT (Instituto de Projetos, Gerenciamento e Tecnologia) na área de Monitoramento e Avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) em parceria com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (SEDES) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (MDS). É Conselheira Titular do CEJUVE (Conselho Estadual da Juventude-BA) em que representa o NPEJI desde 2009.

Na área docente é professora do Curso de História do Centro Universitário Jorge Amado e do Curso de Direito da Faculdade Ruy Barbosa. Ganhadora do 3º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero (2008) - SPM/PR, MCT, MEC, CNPq e UNIFEM, com o artigo "A dimensão do enfoque de Gênero no Programa Bolsa Família: ranços e avanços na promoção do empoderamento das mulheres nos municípios baianos".

Coordenou o Projeto de Avaliação do Programa Jovens Baianos - Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário/experiência Salvador-Bahia como consultora da Fundação Luís Eduardo Magalhães em 2008. Como Coordenadora de Infra-estrutura - Projetos, Programas e Apoio a Conselhos na Secretaria Municipal da Assistência Social de Alagoinhas (SEMAS) desenvolveu atividades voltadas à inclusão e promoção social de mulheres beneficiárias do programa Bolsa Família entre 2007 e 2008.

Através da SEMAS integrou a Comissão do Fórum de Gestores Municipais de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI) com participação na elaboração do Planejamento de Ação dos Gestores 2008. Desenvolveu atividades técnicas como Assessora de Projetos Sociais na ONG Centro de Formação Talita em programas sociais na área de Família, Formação de Educadores e Políticas Públicas e para o CETEAD - serviço de supervisão e oficinas IGD para os municípios baianos no Programa Bolsa Família - parceria ex-SECOMP e MDS.

Tem experiência na área de Educação de Jovens e Adultos (EJA) em que atuou como voluntária e depois como coordenadora e professora setorial no Programa ALFASOL. Atualmente é pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Juventudes, Identidades, Cidadania e Cultura – Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea – UCSAL.